

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica

Mestrado

AS BIBLIOTECAS NA CIBERCULTURA
Crítica da estética da informação na era do *cyberspace*

Zaira Regina Zafalon

São Paulo
2006

ZAIRA REGINA ZAFALON

AS BIBLIOTECAS NA CIBERCULTURA
Crítica da estética da informação na era do *cyberspace*

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Comunicação pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, sob a orientação do Prof. Dr. Eugênio Trivinho.

Área de Concentração: Signo e Significação

Linha de Pesquisa: Sistemas semióticos em ambientes midiáticos

São Paulo
2006

Zafalon, Zaira Regina

As bibliotecas na cibercultura: crítica da estética da informação na era do *cyberspace* / Zaira Regina Zafalon. – São Paulo, 2006.
p. ; 30cm.

Dissertação – Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

1. Comunicação 2. Cibercultura 3. Bibliotecas 4. *Cyberspace* 5. Informação – Estética I. Título.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Sueli Mara Soares Pinto Ferreira

Prof. Dr. Sérgio Bairon

Prof. Dr. Eugênio Trivinho

DEDICATÓRIA

Ao Pedro

Didier e Neide

Marcio

A todos que se fizeram sempre presentes
em minha vida e em meus projetos.

Àqueles que trabalham a epistemologia da
Comunicação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, de forma especial, ao meu orientador, Prof. Dr. Eugênio Trivinho – a quem devo manifestar o meu débito geral – pela paciência, dedicação, disponibilidade e atenção dispensadas no anseio de mostrar-me o caminho acadêmico das pesquisas, visto que sem a sua reconhecida competência, orientação, apoio, crítica, compreensão, confiança e incentivo este trabalho não teria sido possível.

Ao meu filho Pedro, que, mesmo em tenra idade, demonstrou o amigo que pôde ser, por ter que aprender, não sem tristeza, a abrir mão das várias horas em que não pude a ele dedicar-me.

A Didier e Neide, meus pais, Luiz, Marcia e Júnior, meus irmãos, por me apoiarem ainda mais durante este período e por saberem mostrar-me que é possível transpor mesmo o caminho de pedras mais duro.

Ao Marcio, companheiro, incentivador, exemplo de vida, dedicação e honestidade, amigo crítico e questionador, por estar presente em todos os momentos, principalmente nos mais difíceis, fazendo com que eu compreendesse a necessidade da trajetória.

Aos amigos Erivan Gomes, Sérgio da Rocha Júnior, Madelene Marinho, Selma Freitas, Raimundo Francisco da Silva Júnior, Gilberto Teixeira, Kátia e Neide Saisi e Carlos Sandano, que sempre estiveram dispostos a ouvir-me e ajudar-me nas árduas tarefas diárias.

Agradeço aos amigos do PPGCOS-PUC/SP, em especial aos membros do Centro de Estudos da Cibercultura, Edilson Cazeloto, Marcio Wariss Monteiro, Maria Cristina Palhares Valência, Michelle Prazeres, pela agradável companhia e partilha nas dificuldades e alegrias; à zelosa e inestimável secretária do Programa, Maria Aparecida Bueno; aos professores, Giselle Beiguelman, Helena Katz e José Luiz Aidar, que me deram a conhecer as teorias e contextos comunicacionais e a importância da atuação na sociedade; e a Ana Cristina Bariani Bica Rabello e Lilian Pachler por serem amigas presentes na hora em que mais precisei.

O problema básico que a tarefa formativa do homem propõe é o de explicar se é possível abrir-se a realidades distintas, distantes e alheias, sem alhear-se ou alienar-se.

López-Quintas
(1993, p. 27)

Minha mudança é que considero o presente como prólogo, não o passado.

Charles Olson
(1952)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – CIBERCULTURA E PÓS-MODERNIDADE	14
1.1 – Contextualização histórica, sociocultural e tecnológica.....	15
1.2 – Cibercultura na perspectiva crítica	24
1.3 – Crítica à visão utópica do acoplamento entre novas tecnologias e ente humano ...	40
CAPÍTULO II – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL DAS BIBLIOTECAS: Modelos de organização da informação	55
2.1 – Enfoque histórico da imprensa de tipos móveis e da organização de livros	57
2.2 – Bibliotecas <i>in loco</i>	67
2.3 – Bibliotecas em tempo real	75
2.4 – Bibliotecas híbridas	92
CAPÍTULO III – BIBLIOTECAS NA CIBERCULTURA: A estética da informação no novo panorama planetário.....	98
3.1 – Imbricação das áreas de Comunicação e de Ciência da Informação do ponto de vista da informação.....	100
3.2 – Dromocracia e exclusão: o paradoxo da democratização da acessibilidade às informações no <i>cyberspace</i>	109
3.3 – Crítica da estética da informação.....	117
CONCLUSÃO.....	128
Biblioteca em tempo real: desenvolvimento ou obliteração da biblioteca <i>in loco</i> ? ... Erro! Indicador não definido.	
REFERÊNCIAS	131
1 – Referências citadas	131
2 – Referências consultadas.....	138

RESUMO

A presente Dissertação de Mestrado visa estudar, sob o aspecto histórico-descritivo, com ênfase em recorrente contextualização conceitual, as bibliotecas virtuais no contexto da cibercultura, tomada como categoria de época, correspondente à fase contemporânea da civilização mediática. Os fatores e aspectos empíricos referentes ao objeto de pesquisa encontram-se delimitados desde, ao menos, 1994. Com base em metodologia de pesquisa fundamentada em levantamento bibliográfico, o trabalho estuda as bibliotecas de cunho tradicional, em tempo real e híbrida. A problemática da pesquisa, marcada por aspectos teóricos e práticos, gira em torno de implicações gerais e específicas concernentes ao surgimento das bibliotecas virtuais e envolvem, a um só tempo, as hipóteses de que o surgimento das bibliotecas virtuais pode não apresentar correlação com as bibliotecas tradicionais e a de que o desenvolvimento daquelas se deve ao desenvolvimento destas ou mesmo a um processo motivado pela tipicidade da cultura pós-moderna. O cumprimento dos objetivos da pesquisa pressupõe a compreensão do estatuto social, histórico e cultural das bibliotecas em geral e dos aspectos sociotecnológicos da cibercultura e do *cyberspace*; o estudo da influência da cultura pós-moderna no desenvolvimento ou na obliteração, olvido ou pulverização das bibliotecas tradicionais; a identificação do *modus operandi* do processo de aculturação no *cyberspace*; e o entendimento a respeito da mudança da estética da informação no ambiente cibercultural. Igualmente, pretende-se analisar os vários modelos de organização da informação, com foco no acesso, no âmbito das bibliotecas *in loco*, em tempo real e híbridas, implicando-se, nessa direção, uma aferição crítica das tecnologias destinadas ao desenvolvimento dos serviços de biblioteconomia. O desenvolvimento e a consolidação dos horizontes da Dissertação, com base nesse recorte de princípios teóricos e metodológicos encerram, fundamentalmente, o seu integral pertencimento à área de Comunicação.

Palavras-chave: cibercultura, bibliotecas em tempo real, bibliotecas *in loco*, bibliotecas híbridas, aculturação no *cyberspace*, estética da informação.

ABSTRACT

The purpose of this Master's Dissertation is to study virtual libraries from a historical and descriptive standpoint, with emphasis on a recurrent conceptual setting within the context of cyberculture, taken as a time category corresponding to the contemporary phase of mediatic civilization. The empirical factors and aspects of the object of research have been delimited since at least 1994. Based on a research methodology founded upon a review of the literature, this work involves a study of traditional, real time and hybrid libraries. The subject of this research, marked by theoretical and practical aspects, encompasses general and specific implications concerning the emergence of virtual libraries, involving, simultaneously, the hypotheses that the emergence of virtual libraries may not show a correlation with traditional libraries and that the development of the former is due to the development of the latter or even to a process motivated by the typicality of the post-modern culture. The attainment of the objectives of this research presupposes an understanding of the social, historical and cultural statute of libraries in general and of the sociotechnological aspects of cyberculture and cyberspace; a study of the influence of post-modern culture on the development or the obliteration, oblivion or pulverization of traditional libraries; identification of the *modus operandi* of the process of acculturation in cyberspace; and an understanding of the change in the esthetics of information in the cybercultural environment. Similarly, this study aims to analyze the various models of organization of information, focusing on its access, within the ambit of in loco, real time and hybrid libraries, which, in this context, implies a critical survey of the technologies destined for the development of bibliothecomic services. Based on this demarcation of theoretical and methodological principles, the development and consolidation of the horizons of this Dissertation encompass, fundamentally, its entire belongingness to the area of Communications.

Keywords: cyberculture; in loco, real time and hybrid libraries; acculturation in cyberspace; esthetics of information

INTRODUÇÃO

A motivação pela temática da presente Dissertação se deu pela necessidade de compreensão do estatuto das bibliotecas virtuais como forma de acesso às informações no contexto social-histórico contemporâneo (especificamente no que tange à estética da informação no ambiente cibercultural), e porque, assim, nos seria permitido entender a participação destas e as influências provocadas (por elas e nelas) pelas características específicas do período da pós-modernidade.

Sendo assim, vimos como necessário estudar uma ordem de problemas que podem ser identificados pelo entendimento do desenvolvimento e da aplicação de novas tecnologias da informação em bibliotecas, fazendo com que possam ser localizadas, disponibilizadas e acessadas no *cyberspace*, dado que a situação social-histórica vivenciada na contemporaneidade mantém relações iminentes com a cibercultura. No decorrer do trabalho, dar-se-á a compreensão – e assim o desejamos – da nossa proposta de reescalonar as bibliotecas quanto ao acesso e não, como em pesquisas de outros autores, quanto ao suporte da informação, a ambientação física ou as tecnologias adotadas.

O maior propósito deste trabalho é entender como se dá o surgimento das bibliotecas virtuais: [1] pelo fato de ter vida própria sem que haja qualquer correlação com as bibliotecas tradicionais, [2] pelo desenvolvimento das bibliotecas tradicionais ou, ainda, [3] se seria decorrente das características específicas da cultura e do período pós-moderno. Desse modo, no primeiro Capítulo, apresentaremos o panorama teórico e contextual no que

se refere aos traços específicos da cibercultura e da pós-modernidade. Aspectos sobre o trajeto histórico, sociocultural e tecnológico serão tratados, na primeira parte deste Capítulo, a partir do entrelaçamento de obras de autores como Habermas, Harvey, Jameson, Kumar, Lyotard, Sfez e Vattimo. Na seqüência, explanaremos a cibercultura, numa perspectiva crítica. Neste tópico ainda apresentaremos marcos epistemológicos sobre a reconfiguração do tempo e do espaço pelo tempo real e a formação do simulacro e da cultura desterritorializada. Com o intuito de problematizarmos a temática da tecnologia e suas implicações na cultura, autores como Baudrillard, Rüdiger, Trivinho, Vattimo e Virilio sedimentarão a pesquisa. Por fim, delinearemos, criticamente, a visão utópica do acoplamento entre novas tecnologias e ente humano no contemporâneo, de forma a evidenciarmos a subserviência às tecnologias, a possibilidade de acoplá-las ao corpo humano e a obliteração do real em prol da espectralização do mundo, utilizando-nos de autores como Rüdiger, Sfez, Vattimo e Virilio.

No segundo Capítulo, trataremos a contextualização social e cultural das bibliotecas com vistas aos modelos de organização da informação. O intuito é apresentarmos modelos de organização da informação, tanto aqueles que envolvem o *cyberspace*, quanto aqueles que não foram ainda envolvidos diretamente quanto à prestação de seus serviços (embora não seja, por nós, negado o fato de estarem imbuídos neste caso aqueles que tenham sofrido o processo de ciberaculturação). Autores representativos de outras áreas, inclusive da Ciência da Informação serão conjugados. Este Capítulo, também, por necessidade metodológica, tem a pretensão de reescalonar as bibliotecas segundo o vetor do acesso, apresentando nova epistemologia na área.

O terceiro Capítulo apresentará, de forma crítica, a estética da informação na era do *cyberspace*, de forma a focarmos, no primeiro tópico, várias conceituações de informação

e a imbricação das áreas de Comunicação e de Ciência da Informação quanto ao seu objeto de estudo (a informação), na tentativa de situarmos a Dissertação em sua área específica, a Comunicação. Autores como Armando Silva, Buckland, Capurro, Floridi, Hjørland, Le Coadic e Rüdiger, subsidiarão este tópico. No tópico subsequente serão trabalhados aspectos paradoxais do discurso político público em prol da democratização da acessibilidade às informações no *cyberspace*, tecido com base nos trabalhos de autores como Rüdiger, Trivinho, Vattimo e Virilio. Este Capítulo ainda contempla autores como Sfez, Trivinho, Vattimo, Virilio e Xavier para subsidiarem a discussão sobre a estética da informação e da cultura como características próprias do contemporâneo. Aspectos quanto à apresentação, a organização e o *modus operandi* específicos do *cyberspace* serão tratados, bem como questões acerca da percepção dos sentidos e o reescalonamento do espaço e do tempo em tão-somente tempo-luz serão problematizados.

CAPÍTULO I

CIBERCULTURA E PÓS-MODERNIDADE

1.1 – Contextualização histórica, sociocultural e tecnológica

Com vistas à proposta do trabalho em abordar a temática das bibliotecas virtuais na cibercultura, faz-se mister traçar as principais características do contemporâneo, consideradas como provenientes e constantes do período pós-moderno. Para tanto, será apresentada uma breve explanação sobre os aspectos da modernidade e da pós-modernidade.

Para Kumar, (1997, p. 86), embora os novos tempos da Renascença demonstrassem um período de rompimento com a estagnação da Idade Média, ainda consideravam a existência de um movimento que tinha volta à origem. Essa orientação de “volta ao passado”, mesmo com o decorrer do tempo, não trazia, ainda assim, qualquer interesse no futuro terreno, mas a confiança de que, ao menos, os antigos poderiam ser emulados. O autor considera (ibid., p. 80) que a modernidade pode ser identificada como uma invenção da Idade Média cristã, dado que, pelo cristianismo, foram revigoradas a idéia de tempo e de história (até então a cultura refletia uma eternidade imutável e fora do tempo; agora é assumido como “antes” e “depois” de Cristo), como uma seqüência compreensível entre passado, presente e futuro, de modo a ser considerado como tempo humano e histórico, por desnaturalizar o mundo antigo, no qual havia mudança, mas não novidade: “o tempo humano era regular e repetitivo”. Há o privilégio tanto da história humana quanto da dimensão futura. A visão de tempo faz com que o interesse no futuro seja de espera e preparação para um tempo de providência divina, não sendo objeto da ação humana. Na filosofia cristã da história o tempo é humanizado, linear e irreversível. Os fatos, embora

com começo, meio e fim, são orientados para o futuro. Assim, o passado tem o significado de retrospecto; o tempo presente é o da expectativa, da tensão constante entre passado e a promessa do futuro; o futuro, além de ser teleológico, é também terreno, sendo controlado, portanto, pelos princípios cristãos. A ligação entre os tempos históricos não é só de ordem cronológica, mas, principalmente, teleológica.

Para Kumar (1997, p. 89), o século XVII e grande parte do século XVIII foram marcados pela idéia de decadência e degeneração como partes integrantes da história, da mesma forma que o crescimento e o progresso. O que persistia era que, mesmo com o progresso da ciência, da cultura e das artes, havia o custo do progresso moral e espiritual. Entretanto, afirma (ibid., p. 91) que, na metade do século XVIII, pelo fato de essa visão não apresentar mais sentido, foi aberto um caminho para um novo conceito de modernidade: houve a conversão das crenças milenaristas em uma idéia secular de progresso.

O milênio tornou-se científico e racional, o alvorecer de uma era de progresso humano infindável na terra. A idéia de progresso, da forma concebida por Kant, Turgot, Condorcet e outros no século XVIII, foi a base da nova idéia de modernidade. (KUMAR, loc. cit.).

Em outra passagem, o autor (ibid., p. 111) trata o fato de a Modernidade significar rompimento completo com o passado e apresentar um começo em princípios radicalmente novos: o ingresso de um tempo futuro expandido de forma infinita. O passado tem a função de preparo para o futuro e tem o intuito de ajudar na compreensão do que ocorre no presente e não mais o de servir como exemplo. Tanto a interpretação quanto a reinterpretção do passado são possíveis, a partir da perspectiva do presente. A modernidade que, embora se caracterizasse pelo rompimento com a tradição, tornou-se em si a tradição de se buscar o novo. Para Baudrillard (1987 apud KUMAR, loc. cit.), “aos

poucos a modernidade perde todo o valor substancial de progresso que lhe deu fundamento no início, a fim de tornar-se uma estética de mudança pela mudança”.

Segundo Kumar (1997, p. 92 et seq.), o próprio significado de revolução sofreu mudança na modernidade. Antes definido por um ciclo com retorno à origem, agora se punha como um momento novo de criação, haja vista a ocorrência da Revolução Francesa, em 1789 (que deu forma e consciência características à modernidade, baseada na razão; mas com substância material dada pela Revolução Industrial). Essa ligação entre modernidade e revolução se deu tanto na esfera política quanto na econômica e na intelectual. O período da modernidade era em si revolucionário, mas ainda apresentava a derivação e a dependência da filosofia cristã da história.

Em tempos modernos, de acordo com esse autor (ibid., 94 et seq.), para que houvesse a sobrevivência, fazia-se necessário industrializar-se. Pelo fato de a constante ser o estado permanente de crise e de renovação, a relação entre modernidade e industrialização se põe como causa da proclamação do fim da modernidade, embora motivada, principalmente, pela crise das metanarrativas: história e progresso, verdade e liberdade, razão e revolução, ciência e industrialismo.

Para Boaventura de Sousa Santos (1995, p. 79), esse período é identificado como o de tentativa de cumprimento (até em excesso em alguns casos) das promessas, próprias do período moderno, ao mesmo tempo em que procura compatibilizá-las a outras, contraditórias, na expectativa de minorar as deficiências intrínsecas ao seu cumprimento. Para o autor (ibid., p. 83), esse período procurou fazer a distinção entre o que é possível e o que é impossível de ser realizado para tomar o possível como sendo único.

Modernidade, segundo o entendimento de Kumar (1997, p. 79), é uma designação que abrange mudanças intelectuais, sociais e políticas. Já modernismo seria uma crítica cultural à modernidade (ibid., p. 79, 104) que aumentou no decorrer do século XIX. O modernismo não constituiu simplesmente a rejeição da modernidade, mas uma reação, uma resposta crítica a ela.

Santos (1995, p. 92-93) afirma que Habermas “acredita que o projecto da modernidade é apenas um projecto incompleto, podendo ser completado com recurso aos instrumentos analíticos políticos e culturais desenvolvidos pela modernidade”, enquanto ele próprio afirma que

o que quer que falte concluir da modernidade não pode ser concluído em termos modernos sob pena de nos mantermos prisioneiros da mega-armadilha que a modernidade nos preparou: a transformação incessante das energias emancipatórias em energias regulatórias. (SANTOS, 1995, p. 93).

Apesar das controvérsias constantes quanto ao término da Idade Moderna, a referência mais consensual (se assim se pode dizer) é que o período “novo”, identificado como pós-modernismo¹, tem início no século XX. Embora, segundo Anderson (1999, p. 9 et seq.), o termo remonte, na Espanha, à década de 1930 (ligado à literatura), foi no meio da década de 1950, na Inglaterra e Estados Unidos, que tomou significado diferente – “como categoria de época e não de estética” (ibid., p. 10) –, com Toynbee, ao definir que a idade pós-moderna é marcada pelo industrialismo e pelo nacionalismo; no final desta década o termo reaparece, com C. Wright Mills e Irving Howe, “como indicação negativa do que era *menos*, não mais, moderno” (ibid., p. 18); nos anos 60, o termo muda, com

¹ Para Kumar, a distinção entre pós-modernidade e pós-modernismo não se aplica pelo fato de não haver uma tradição de uso, como ocorre com modernidade e modernismo. “Poderíamos preferir [...] reservar pós-modernidade para o conceito social e político mais geral, e pós-modernismo para seu equivalente cultural. Mas isso se chocaria com o uso corrente, que se recusa a fazer uma distinção analítica tão nítida – se recusa, na maioria dos casos, a fazer qualquer distinção.” (KUMAR, op. cit., p. 112).

Leslie Fiedler, para celebrar “o surgimento de uma nova sensibilidade entre a geração mais jovem da América, que era uma geração de ‘excluídos da história’, mutantes culturais cujos valores [...] encontravam expressão e acolhida numa nova literatura pós-moderna” (ibid., p. 19) e a difusão ampla do termo só ocorreu a partir dos anos 70. Connor (1993, p. 13) afirma que a cristalização do termo nos meados desta década deu-se “quando afirmações desse fenômeno social e cultural tão heterogêneo começaram a ganhar força no interior e entre algumas disciplinas acadêmicas e áreas culturais”.

Para Kumar (1997, p. 79), o prefixo *pós* na expressão *pós-modernismo* é ambíguo, e pode significar tanto o *pós* de posterior (para especificar o que vem depois), quanto o *pós* de estado de reflexão, e, desse modo (ibid., p. 112 et seq.), não há possibilidade de serem estabelecidas definições, regras, categorias para a pós-modernidade. Isso reduziria e restringiria o aspecto que lhe é peculiar: o pós-moderno é, ao mesmo tempo, tudo, e também o seu oposto; contradição e circularidade; a única certeza de que se tem na pós-modernidade é a incerteza. O conceito de pós-moderno pode ser considerado de contrastes. A pós-modernidade apresenta posição contrária à tradição e à modernidade por ser movimento crítico em relação à pretensão de autonomia e de emancipação que os ideais modernos da razão iluminada buscavam. Segundo Harvey (2002, p. 19), o pensamento pós-moderno é marcado por vetores como “a fragmentação, a indeterminação e a intensa desconfiança de todos os discursos universais ou [...] ‘totalizantes’”.

Jameson (2000, p. 13) propõe que o entendimento do conceito de pós-moderno seja “uma tentativa de pensar historicamente o presente em uma época que já esqueceu como pensar dessa maneira”. Isso, de acordo com o autor, se dá pelo fato de que:

[...] o conceito ou “exprime” [...] um irreprimível impulso histórico mais profundo ou efetivamente o “reprime” e desvia [...]. [...] Pode ser que o pós-modernismo [...] acabe sendo não muito mais do que a teorização de

sua própria condição de possibilidade, o que consiste, primordialmente, em uma mera enumeração de mudanças e modificações. [...] o pós-moderno, entretanto, busca rupturas, busca eventos em vez de novos mundos, busca o instante revelador depois do qual nada mais foi o mesmo, [...] busca os deslocamentos e mudanças irrevogáveis na *representação* dos objetos e do modo como eles mudam. (JAMESON, loc. cit., grifo do autor).

Connor (1993, p. 15) afirma:

“o pós-modernismo não encontra o seu objeto inteiro na esfera cultural, nem na esfera crítico-institucional, mas em algum espaço tensamente renegociado entre as duas”.

Para Habermas (2000, p. 5-6), a contextualização da pós-modernidade nas ciências sociais só foi possível graças à “investigação desenvolvida nos anos 50 e 60 sobre a modernização”. *La condition postmoderne*, publicada em 1979, por Lyotard, na França, demarcou esse processo. Segundo Connor (1993, p. 14), com a publicação desta obra “pareceu não haver mais espaço para se discordar de que o pós-modernismo e a pós-modernidade tenham vindo para ficar”. Para Sfez (1996, p. 23), Connor (op. cit., p. 16) e Francelin (2004, p. 55), Lyotard discorre sobre a falência e a suspeita dos metarrelatos ou das grandes narrativas. Friedrich Nietzsche, segundo Lyon (1998, p. 17) e Vattimo (1996, p. vii), figura como o mais representativo da pós-modernidade. Nietzsche e Heidegger, segundo Vattimo (op. cit., p. xi), são os pensadores que iniciam o questionamento sobre as “novas condições de não-historicidade, ou, melhor ainda, de pós-historicidade”.

Nesse período, para Sfez (1996, p. 23), “não há mais História, não há mais poder”.

Em outra passagem, o autor afirma:

O inimigo não está mais no exterior, não tem mais de ser combatido ou civilizado. [...] O inimigo está em nós, no perímetro da cidade poluída, do bairro desmembrado, nas famílias, em nossos corpos enfermos, em nossos genes. (SFEZ, 1996, p. 25).

E continua:

Não é mais do alto, de Deus, do Estado, que vem a razão. Não é mais de baixo, do povo, da nação, que viriam as luzes. “Isso” vem hoje da ciência, isto é, de toda parte, sem controle, dos grandes laboratórios instituídos aos pequenos erráticos. (Ibid., p. 28).

O fato é que com essa crise, segundo Francelin (2004, p. 54), um novo mundo baseado em informações e uma era fundamentada no consumo e/ou sociedade pós-industrial têm início. A partir da década de 1970, com base no fenômeno informacional e no desenvolvimento de novas tecnologias, destacam-se diversas nomeações para o período pós-moderno: sociedade pós-industrial, sociedade pós-moderna, sociedade do consumo e sociedade da informação.²

Francelin (2004, p. 56 et seq.) explica que as principais discussões acerca da pós-modernidade foram as relacionadas com a literatura, a arquitetura, a economia e o que se chama de *mass media*, a decadência das estruturas sociais e do próprio Estado, por se tratar de uma forma de crítica ao pensamento dominante e autoritário (um dos principais objetivos era o de apresentar criticidade a toda forma de pensamento que fosse posto como único e universal, redutor e simplificador).

A constituição da pós-modernidade envolve, a um só tempo, mudanças nos campos da política, da economia, da tecnologia, da ciência e nos aspectos filosóficos, religiosos e sociais. A reflexão que Santos (1995, p. 80 et seq.) faz sobre esse período aponta falta de identidade própria, mas com forte relação com o capitalismo (como forma de produção dominante) e, assim, a conscientização de que o fato de o projeto da modernidade não realizar o que foi prometido é irreparável e maior do que se julgou, a ponto de não fazer mais sentido esperar que se cumpra. Nesse período, segundo o autor (ibid., p. 87), muitas

² Os termos citados foram estudados, respectivamente, por Daniel Bell com o *Advento da sociedade pós-industrial*, por Jean-François Lyotard com *A condição pós-moderna*, por Jean-François Lyotard com *A condição pós-moderna*, por Jean Baudrillard com *A sociedade de consumo* e por Armand Mattelart com *História da sociedade da informação*.

formas de organização que haviam vigorado no período anterior colapsam. Todas as transformações apontam para uma desregulação global da vida econômica, social e política. Tudo parece negociável e transformável no nível da empresa ou família, do partido ou do sindicato, mas, ao mesmo tempo, nada de novo parece possível no nível da sociedade em sua totalidade ou da nossa vida pessoal como membros da sociedade (o aspecto iluminista apresenta o homem universal). Porém, Hirschman (1977 apud SANTOS, 1995, p. 102) afirma:

o capitalismo não pode ser criticado por ser repressivo, alienante e unidimensional em contraste com os seus princípios fundamentais porque, ao contrário, o capitalismo realizou precisamente o que se esperava dele, ou seja, reprimir a variedade humana e produzir uma personalidade humana menos multifacetada, menos imprevisível e mais unidimensional.

Trivinho (1992, p. 202) elenca, entre os “deslocamentos estruturais da pós-modernidade – do real para o hiperreal, do simbólico para o significante, da história para os *media*, da memória social para o banco de dados, etc. – [...] aquele que vai da razão para o imaginário”.

A pós-modernidade é marcada por guerras, comércio, produção em massa, impulso tecnológico e por profundas transformações industriais que se refletiram, conseqüentemente, no cotidiano humano. Ocorreram mudanças na forma de pensar, agir e fazer, havendo, para alguns autores, o processo de pluralização, embora entendemos que tenha acontecido o contrário: a padronização de comportamentos. O contraponto é a identificação de que o período pós-moderno pode ser considerado como não-racional, embora na era moderna o mecanicismo, o determinismo e as inovações tenham sido possíveis. Relembremos que os modernos queriam a unicidade da racionalidade e que, para isso, se punham os metarrelatos.

Araújo (2003, p. 26) apresenta, como síntese do processo da ciência pós-moderna:

A “ciência pós-moderna” [...] é entendida como o movimento de superação da crise do paradigma científico dominante desde o século XVII, pela superação do modelo de racionalidade cartesiana, de separação do sujeito e do objeto, a busca da ordem, a separabilidade dos elementos constituintes da realidade, movimento esse motivado pelas crises geradas com a evolução e a aplicação do conhecimento científico, tais como as guerras, os regimes totalitários, a poluição e os desastres ecológicos, a exclusão do acesso ao conhecimento, reforço das desigualdades socioeconômicas, a sofisticação dos instrumentos de dominação.

Tendo em vista que este tópico delineou as principais características do contemporâneo, considerando-se o período Moderno e as especificidades do período pós-moderno (se é que podem assim serem chamadas), partiremos para os traçados da perspectiva crítica da cibercultura no intuito de marcar o território epistemológico das bibliotecas – que trataremos no Capítulo 3.

1.2 – Cibercultura na perspectiva crítica

Por privilegiarmos o debate sobre a problemática da tecnologia e suas implicações na cultura, propomos um posicionamento crítico quanto aos aspectos da cibercultura, da reconfiguração do tempo e do espaço pelo tempo real e a formação do simulacro e da cultura desterritorializada.

Iniciemos, para melhor contextualização, a apresentação do termo *cyberspace*³ e, posteriormente, do termo cibercultura. A acepção do termo *cyberspace* é adotada por abranger, de acordo com Trivinho (1999a, p. 261-262), “a imagem digital ‘plana’ da maioria dos produtos ciberculturais [...]; a imagem em síntese, produzida por numerização [...]; e a imagem-rede, isto é, uma imagem metonímica [...]”. Segundo o autor (ibid., p. 234; 2002a, p. 265), cibercultura é uma categoria cultural ampla, não restritiva aos espaços internos do *cyberspace*, mas que o envolve de maneira a indexar a nossa existência, recortando tanto o tempo produtivo (trabalho) quanto o de lazer (domo); coloca-se como configuração de época, além e aquém do *cyberspace*. “A cibercultura se tornou o próprio

³ A adoção do termo *cyberspace* – e não o seu correlato traduzido para a Língua Portuguesa – dá-se para que não se “perca de vista”, segundo Trivinho (1999a, p. 25), a “memória da origem do fenômeno empírico-referente a que o termo está vinculado”: o ambiente norte-americano; o “campo no qual ele foi gestado (o da guerra, na época da distensão nuclear) e da neo-utopia de tecointegração mundial da humanidade de que ele é [...] o vetor exponencial”; “a demarcação teórica e a otimização conceitual da imagem geral da dinâmica sociocultural estrutural fincada nos processos de informatização, virtualização e ciberespacialização, dinâmica que envolve toda a vida humana hodierna [...]”. Ressalte-se que o termo Internet foi preterido por remeter, segundo Trivinho (1999a, p. 27), “à infra-estrutura da maior rede interativa mundial, com suas funções nucleares e características pragmáticas, não aludindo [...] à dimensão simbólica e imaginária que permeia o complexo processo de comunicação que pretende significar [...] toda a carga de significações que se inscreve no signo *cyberspace* [...]”. Por isso, *cyberspace* pode ser tomado como um conceito, enquanto Internet se afigura ser mero termo, magro, limitado, eis que superficial [...], por isso mais afeito aos interesses de popularização comercial por parte do jornalismo especializado, pelo discurso publicitário e pela literatura técnica”.

mundo, a sua materialidade e o seu simbólico, a sua atmosfera integral” (TRIVIINHO, 2001b, p. 59).

Cibercultura [...] corresponde à formação simbólica e imaginária mais acabada da fase atual da sociedade tecnológica, abrangendo, pois, os processos, as relações, as disposições comportamentais, as práticas e ações, as mentalidades, os objetos, os valores e as exigências próprias dessa fase histórica (id., 1999a, p. 235).

Na cibercultura “todos os objetos, procedimentos e processos doravante predominantes dependem, em alguma medida, da matriz informática da tecnologia” (id., 2001b, p. 60); neste “modelo tecnológico de cultura” (ibid., p. 59), “tudo passa pelo vetor informacional, virtual e imagético” (ibid., p. 61). A cibercultura “é, ao mesmo tempo, uma *cultura informática* e uma *cultura virtual*” (id., 1999a, p. 236, grifo do autor). Por cultura informática refere-se ao que está “do lado de fora do *cyberspace*” e por cultura virtual “diz respeito a tudo o que, do universo infotecnológico, se desenrola dentro do *cyberspace*” (loc. cit.).

Na contemporaneidade, não só a cultura (como traçado acima) teve o seu *status* alterado. Isso também ocorreu com o poder, que passa a significar domínio cibercultural pleno privado. Entenda-se, por isso, segundo Trivinho (2002a, p. 267, 2003a, p. 104 et seq., 2005b, p. 13), a necessidade de domínio das “*senhas infotécnicas de acesso*” (grifo do autor): objeto infotecnológico, produtos ciberculturais compatíveis, *status* irrestrito de usuário da rede, capital cognitivo necessário para operar esses três fatores, capacidade geral de acompanhamento regular das reciclagens estruturais de objetos, produtos e conhecimentos, com domínio privado pleno.

O controle coexistente ao poder implica controle de território. Dessa forma, entendemos, com base em Trivinho (2001a, 2001b, 2002a, 2003a, 2005a, 2005b) e Virilio

(1988, 1993a, 1993b, 1996a, 1996b, 1999, 2000a, 2000b, 2000c, 2002), que território, no processo de aculturação, tratado neste ponto, não significa tão-somente espaço terrestre, marítimo, aéreo, mas também aquele de ondas eletromagnéticas (*cyberspace*). Quem tem como controlar o seu próprio território pode, a princípio, municiar-se para evitar ataques ou quaisquer disputas que possam estar envolvidas na possível perda de seu *status* (territorial), ora adquirido. Esse controle (tanto próprio, quanto de seu oponente) é favorecido pelo acesso às informações. Dessa mesma forma, quem tem como mapear informações de seu território, e tem como circunstanciar as de seu inimigo teria como atacá-lo, inclusive. Observemos, então, que não há forma de dissociar informação de controle e poder. Entretanto, se informação pode significar poder (poder de conquista e também de manutenção, simplificando uma situação de vantagem comparativa), envolvemo-nos em um processo que pode ser identificado como economia da informação que se faz presente como economia da riqueza. Incluamos neste contexto, utilizando-se dos trabalhos dos mesmos autores, o vetor da velocidade para que seja possível tratarmos de forma diferenciada a mesma questão de forma a entendermos que a velocidade, o poder e a riqueza contextualizam e regem os processos comunicacionais. Se o acesso à informação é hoje feita à velocidade da luz (assim o é no contexto cibercultural), é esta mesma velocidade que determina a riqueza e, de qualquer forma, o poder. Sendo assim, o vetor que consubstancia a evolução da humanidade não se põe mais como o poder capitalista (aquele identificado como produção e apropriação de bens materiais), mas de velocidade. Isso não só propõe como também favorece-nos outro entendimento sobre a história. A análise antes feita pela ótica do capitalismo e, portanto, dos meios de produção e dos processos produtivos, agora é feita sob o prisma da velocidade. Em outras palavras: as conquistas se fazem pela rapidez, pela velocidade (tendo papel definitivo o tempo de realização da ação), na forma da abordagem do inimigo, que, pelo fato de ser surpreendido,

é tomado pelo assalto e feito refém. A conclusão a que Virilio (2000b, p. 15) sabiamente chega é a de que “o poder é inseparável da riqueza e a riqueza é inseparável da velocidade”.

Segundo Trivinho (2002a, p. 267, 2005b, p. 4), a velocidade de acesso às informações é que define a riqueza na sociedade dromocrática. A “*dimensão dromológica da existência*” (id., 2005b, p. 4, grifo do autor) define-se pelos “*vetores de processamento fenomenológico da velocidade*” (TRIVINHO, loc. cit., grifo do autor), isto é, com a velocidade relativa – dada as formas de transporte ora existentes (o próprio corpo, cavalo, navio, carro) – era possível, de alguma forma, uma partilha equitativa; entretanto, na sociedade cibercultural, a velocidade torna-se absoluta – pela ocorrência das ondas eletromagnéticas – e, desse modo, não se faz mais possível a democracia, a promoção e inserção social, a participação, a discussão política etc., mas a violência e a opressão.

A forma contemporânea de poder, a cibercultural, é a do poder dromológico: a vitória é dada àquele que tem o domínio informacional dromocrático. Constitui-se, portanto, uma sociedade dromocrática⁴ (por dizer respeito à classe social na qual se pressupõe a supremacia da indexação, pela tecnologia – da velocidade –, de todas as práticas sociais, de trabalho, do lazer, das atividades e setores) na qual o controle se dá tanto pelos meios de transporte quanto pelos meios de transmissão e comunicação, seja para assegurar o *status quo* dessa sociedade, seja para a proteção nacional de determinado reinado, governo, império. Para Trivinho (2005b, p. 5), “os vetores de produção de movimento convencional cedem espaço aos de transmissão e circulação de produtos simbólicos (informações e imagens), representativos ou não de referentes concretos”.⁵

⁴ A relação entre sociedade e o prefixo *dromos* – de origem grega, significa rapidez e vincula-se ao território geográfico –, é feita por Virilio (2000b, p. 15), para referir-se à “sociedade da corrida”.

⁵ A relação epistemológica entre veículo de transporte e meio de comunicação se dá pelo fato de que ambos

Retomando o ponto a respeito dos processos comunicacionais, percebe-se que os meios de comunicação e o uso que se faz da informação podem servir, sob a ótica do presente trabalho tanto ao desenvolvimento científico, quanto à guerra e à exploração do outro (embora o aspecto iluminista moderno prevaleça para que isso seja definido, defendido e “vendido” como necessário; a colocação de aspectos teleológicos e utópicos permanecem ativos e, por incrível que pareça, em muitos casos, se põem como convincentes e inquestionáveis). Informação está, dessa forma, no centro tanto do foro científico, quanto do militar.⁶ Para Virilio (2000b, p. 36 et seq.), também podemos verificar não só a militarização das ciências, mas a militarização da informação e do conhecimento, e isso nos coloca diante de um fenômeno de totalitarismo como nunca existiu.⁷ Isso faz com que seja vivido o processo dromocrático da existência humana. Agora a velocidade faz a organização social, por ser processo relacionado a classes e a grupos e deles não se separa.

Para Trivinho (2002a, p. 258), a velocidade “impõe-se como *eixo de organização e modulação de toda a existência social, cultural, política e econômica*” (grifo do autor) e exprime a sua concordância com Virilio, que apresenta o fato de a tendência bélica estar na

são vetores sociodromológicos da existência. A recíproca de que ambos servem tanto para comunicar quanto para transportar se faz verdadeira, dado que partida e chegada não se põem mais como situações adversas, motivadas pelo fato da imediatidade. “À longa preponderância histórica do *nomadismo veicular sedentário* [...] segue-se o *sedentarismo comunicacional nômade* como *habitus* sociocultural propriamente urbanitário” (TRIVINHO, 2005b, p. 6, grifo do autor).

⁶ A correlação entre meios de comunicação infotecnologizados, a violência e a guerra – o que demonstra a militarização da informação e por conseguinte, da ciência – é estudado por Virilio (2000b) e Trivinho (2005b).

⁷ Lembremo-nos do ambiente de trabalho, como situação *en passant* para uma outra comparação do *modus operandi* da sociedade contemporânea e o belicismo, e correlacionemo-lo ao ambiente de guerra. Da mesma forma que, no ambiente de trabalho, o comandante está num campo sedentário, os operários se colocam em posição nômade. As ações são militarizadas, padronizadas, prescritíveis. O ambiente de “ataque” e “defesa” para a sobrevivência se coloca como premente e fundamental. Para que haja a sobrevivência nesses dois “campos de batalha”, há a necessidade de provisão de equipamento tecnológico, o que prevê que aquele que não o tem seja superado pelo outro que o possui e o “domina”. Estes dois tipos de operários (o de guerra e o da fábrica) agem e tornam-se subjugados pela velocidade. Tanto na situação militar como naquele do processo produtivo, há o movimento para a revolução: a revolução militarizada. Para estas anotações utilizamo-nos da leitura de várias passagens de obras de VIRILIO, 1993a, 1993b, 1996b, 2000a e 2000b.

origem da vida humana estruturada em cidade. Observe-se que a comunicação (e, com ela, a informação) é, então, fenômeno totalitário, que exige, dessa vez, o subjetivo e o emocional, não a vida física, como em outros “totalitarismos”. A comunicação é a forma dinâmica da civilização. De acordo com Vattimo (1991, p. 14), “a própria lógica do ‘mercado’ da informação requer uma contínua dilatação deste mercado e exige conseqüentemente que ‘tudo’ se torne, de certo modo, objecto de comunicação”: tudo tem que ser comunicável para que não se deixe nenhum espaço vazio (o que implica, dessa forma, não haver mais o objetivo *sine qua non* do “comunicar”, porque vige agora o entreter).⁸ A comunicação não se volta para o benefício informal da democracia, para a transparencialização do mundo⁹, mas para a dissimulação do real em prol de uma fábula, no sentido proferido por Nietzsche (cf. VATTIMO, 1991, p. 15). Para Vattimo (loc. cit.), a realidade é o resultado de imagens, interpretações e reconstruções distribuídas pelos *media*. O belicismo informacional totalitarista se põe, mesmo que no simbólico e no imaginário da coletividade – embora seja contra-senso pensar a totalidade na pós-modernidade, pela sua conotação de efêmero e fugaz.

⁸ Para elucidar este evento Sfez (2000, p. 13) adota o termo tautismo utilizado para definir a comunicação que tem relação consigo mesma de forma auto-suficiente e totalitária. Para ele a comunicação tautológica, cujo objetivo é totalitário (“o visgo que me cola à tela, a realidade da cultura telística, realidade sempre mediada, ao mesmo tempo que exibida como realidade primeira”, loc. cit.), se utiliza da “tautologia como única verificação: se repito, provo”, é proponente de um “autismo” (surdez e mudez que isola as pessoas como partícipes do mundo), tem “a realidade representada [tomada] como realidade expressa” e tem “o representado pelo representante”. Em suas próprias palavras: “A comunicação não é mais do que a repetição imperturbável do mesmo (tautologia), no silêncio de um sujeito-morto, ou surdo-mudo, encerrado em sua fortaleza interior (autismo), captado por um grande Todo que o engloba e dissolve até torná-lo o menor dos seus átomos paradoxais. [...] A comunicação se faz aqui de si para si mesmo, mas um si diluído num todo” (loc. cit.). Interessa-nos evocar este termo para definir a lógica da forma da cultura na era da comunicação: o tautismo resolveu o processo entrópico da comunicação. Para Trivinho (2005b, p. 10), essa lógica tautística sobredetermina a dromosfera mediática: “uma tendência estrutural de pura circularidade pantópica de informações e imagens, de puro fluxo recorrente, pleonástico e sem finalidade de significantes”. O totalitarismo comunicacional que se põe, como tratado por Sfez, é o de perda da relação com o real, e, por isso, não percebido. A situação vivida (a de uma sociedade de controle, de forma tácita) é a de que tanto a comunicação quanto os meios de comunicação olham para si mesmos, esses, por sua vez, com autonomia do aparato comunicacional para além das possibilidades de controle.

⁹ “[...] ao tornar-se efectivamente possível do ponto de vista da disponibilidade estritamente técnica a autotransparência da sociedade, por um lado, como mostra sobretudo a sociologia crítica de Adorno, revela-se como ideal de domínio e não de emancipação; por outro [...] desenvolvem-se, no próprio seio do sistema

Outras questões devem ser colocadas no intuito da crítica sobre o *cyberspace*: [1] a obliteração do real e o presenteísmo e [2] o simulacro e a desterritorialização cultural. Entretanto, o cuidado é premente, porque, mesmo sendo observado o fato de as tecnologias promoverem uma revolução no modo de vida, parece que é somente no campo imaginário que elas teriam como resolver os problemas centrais da vida social. É fundamental que haja questionamento dos processos de mercantilização e de dominação pela tecnologia – que deve ser pensada como evento histórico ligado ao processo civilizatório.

Em uma visão crítica, de acordo com Winner (1999 apud RÜDIGER, 2002a, p. 19), do ponto de vista social-histórico, as potenciais crises presentes na cibercultura envolvem:

crise do mundo do trabalho e suas correspondentes formas de socialização; [...] crise das estruturas de interação cotidiana e suas correspondentes formas de realização; [...] crise das formas de identificação individual e dos princípios de estruturação da subjetividade que lhes são correspondentes historicamente.

1.2.1 – A reconfiguração do tempo e do espaço: a obliteração do real e o presenteísmo

Com o advento das novas tecnologias de comunicação e informação impactos quanto ao mundo real ainda não foram percebidos pela massa populacional. Entretanto, cabe-nos levantar alguns pontos que se fazem importantes e necessários. O problema que pretendemos demonstrar é o estarmos num *continuum* e na modificação constante da noção de espaço, de tempo, de valores, de versões de fatos etc., próprios da cibercultura.

Vivemos em um mundo que não aprendemos a olhar. Isto pelo fato de que ainda não foi percebida a dessemelhança quanto à percepção do outro, sobre a distinção, sobre a categoria da alteridade. Isso porque a visão de mundo proveniente da percepção pelo

de comunicação, mecanismos [...] que tornam definitivamente impossível a realização da autotransparência”

prisma da velocidade é outra (assim exige o racionalismo tecnológico): uma atividade desenfreada e desajuizada. A visão (ou percepção) de mundo é afetada pela velocidade ou, para citar Virilio (2000b, p. 22): “a velocidade muda a visão do mundo”.

Para Marcondes Filho (1993, p. 92-93), a velocidade dita o ritmo de produção, de recepção e de circulação dos fluxos simbólicos e imagéticos na época mediática, conduzindo ao frenesi pela troca e à banalização. Há, então, segundo Costa (2002, p. 134), perda da sensibilidade perceptual, a naturalização da barbárie e do terror, ou, como diz Rüdiger (2002a, p. 8), “o racionalismo tecnológico nos impôs um ativismo frenético e sem juízo”. Para Trivinho (1992, p. 201) reajustes psíquicos ocorrem “numa época de estética generalizada, de fluxo indiscriminado de significantes, vale dizer, de perda estrutural do referente/real”.

Pretendemos demonstrar como pode ser percebido o mundo, que não faz parte do mundo real, vivido, presenciado (não entraremos no mérito da questão que mesmo este mundo, que faz parte do dia-a-dia e da proximidade, entendemos que não seja proximamente palpável, mas percebido na subjetividade, no imaginável), mas pertencente ao longínquo, ao alhures, à estética do desaparecimento. Virilio apresenta a expressão tomada por Nietzsche, em sentido transversal à frase proferida por Cristo, como ameaça diuturna o “amar o vosso longínquo como a vós mesmos” (ibid., p. 45), mas complementa, na situação representativa daquela vivida na atualidade, na qual há a obliteração do mundo real: “amar o longínquo, isto é o estrangeiro, sim! Mas amar o longínquo em detrimento do próximo, não!” (ibid., p. 46).

Comungamos da constatação de Virilio (loc. cit.) quanto à dicotomia na forma de tratamento pessoal com o longínquo e com o próximo (este que faz parte do nosso

convívio pessoal e não mediado pelas cibertecnologias, mas captado pelos órgãos sensoriais). O convívio com o ente próximo – com o qual conversamos, olhamos nos olhos, tocamos, sentimos e, por isso mesmo, toca-nos e se deixa sentir (cognoscível, portanto, à sensorialidade) –, é diferente daquele mediado tecnologicamente. Nesta espécie de convívio, a pessoa não está ali de fato, embora se faça presente, em tempo real. Mas essa situação ocorre em nosso imaginário, podendo ser, assim mesmo, identificada como a própria pessoa e não outra (caso haja convivialidade para tanto), com a possibilidade de (exclusivamente na situação com mediação cibertecnológica) desaparecer, fugir e maquiar a situação que ora lhe é apresentada. Se há a necessidade de colaboração, participação e comunhão, o aparato pode lhe permitir isso. Porém, se a situação que lhe é apresentada não agrada, mas, pelo contrário, o incomoda, há a opção do desaparecimento: o simples desconectar-se – o simples cancelamento do contato que havia sido estabelecido tecnologicamente, seja por telefone, via *chat* com *webcam* ou qualquer outra forma de comunicação de ordem tecnológica, na relação de um para um ou um para muitos. Contudo, há a opção do reaparecimento, por circunstância do desaparecimento, para o outro, voltando, então, ao aparecimento em seu local de origem, o seu local do estar fisicamente.

Duas colocações entendemos que sejam de fundamental importância. A primeira é que os aparatos cibertecnológicos permitem, atualmente (embora somente para a camada social dromoapta), a visão e a audição do outro, e estudos estão sendo feitos no sentido de que meios sejam criados para que também sejam possíveis o tato e o olfato. A segunda colocação, que não pode ser esquecida, é o fato de que a mediação tecnológica para as pessoas portadoras de alguma deficiência, seja ela física, motora, auditiva ou visual pode proporcionar a acessibilidade que antes não lhes era permitida. Lembremo-nos de situações

como a de Christopher Reeve e Stephen Hawking em que os aparatos tecnológicos contribuíram para a melhora na qualidade de vida e de comunicação por ter havido diminuição ou total perda das faculdades de comunicação nos casos de acidente ou por doenças degenerativas. Contudo, o ponto que vimos como culminante para a discussão é o de que em situações de comunicação à distância, portanto, mediadas tecnologicamente, segundo Trivinho (2003a, p. 117), há a segregação da materialidade, há o morrer culturalmente para que se possa migrar, viajar, ir sem que de fato se vá, sem que haja o deslocamento físico do corpo.¹⁰ Essa é, para o autor, a regra inextricável na cibercultura: para que haja a comunicação há a negação do corpo físico. Os tecnófilos preconizam a obsolescência do ser humano, afinal isso prejudicaria o surgimento de uma forma de organismo superior, os *cyborgs* (“produto da preconizada fusão entre homem e máquina, vida e tecnologia” – RÜDIGER, 2002a, p. 11), cujo cérebro tornar-se-ia uma interface da rede. Verificamos, então, de acordo com Trivinho (2003a, p. 116 et seq.), que se expõem dois tipos de morte (ambas simbólicas): uma do corpo próprio em prol do corpo espectral; e outra do corpo social pela dromoinaptidão propriamente cibercultural.

Essa nova contextualização da noção de tempo e de espaço, amplamente discutida por Virilio, faz parte do fenômeno que ocorre por decorrência da velocidade: a lógica do não-permanente e a ditadura do movimento, definido como dromologia. Há, nesse sentido, a compressão do espaço e a modificação dos princípios, antes relativos e agora absolutos, do vetor tempo, alterando a aparência da realidade, cada vez mais acelerada, fornecendo uma expressão positivada da versão dos acontecimentos. O fascínio pelas tecnologias, que

¹⁰ Utilizamos o mesmo sentido empregado por Trivinho em *Cibercultura, sociossemiose e morte* que “segregar é, no limite, eliminar, pelo que estar segregado é, a rigor, morrer, e morrer um pouco por dia – não, obviamente, por similitude prosaica ao preço natural de se estar vivo, mas por desaparecimento simbólico motivado por privação de acesso e por carência de capital dromocrático cibercultural. [...] O indivíduo [...] que não dispõe [deste capital] está fadado a amargar a *morte simbólica própria da cibercultura*, vale dizer, a *castração de direitos* no âmbito do simbólico e do imaginário das tendências majoritárias da época.” (TRIVINHO, 2003a, p. 116, grifo do autor).

subverteu as noções clássicas de tempo e de lugar, fez com que o processo de reprodutibilidade técnica de bens simbólicos assumisse uma falsa idéia de democratização, que, de acordo com Costa (2002, p. 17 et seq.), pode ser desmascarada pelo fato de não haver a dialogicidade entre produtores e consumidores, tendo, como elementos qualitativos da mensagem, os efeitos sensoriais.

Para Virilio (2000b, p. 48), a questão da perda do corpo próprio tem relação estrita com o mundo próprio: agora o mundo foi reinventado. Se este [o corpo] não está presente, o mundo também não tem como estar envolvido nessa situação. Há um relacionamento intrínseco entre um corpo e outro e também situado no e com o mundo. Virilio, para demonstrar essa situação, propõe: “todo o problema da realidade virtual, é essencialmente de negar o *hic et nunc*, de negar o ‘aqui’, em proveito do ‘agora’. [...] aqui já não existe, tudo é agora” (VIRILIO, loc. cit.). Hoje, a proximidade e intimidade com aquele que está alhures é maior do que com aquele que está ao seu lado: há a preferência pelo corpo spectral em detrimento do corpo social do outro. Lembremo-nos de que há cerca de 20 a 30 anos, pelo fato de ainda não estar ocorrendo a proliferação e difusão dos meios e aparatos tecnológicos de comunicação da forma que o são hoje, a comunicação no *tête-à-tête* se fazia de forma mais corrente.

Preferia-se ir à casa do outro a simplesmente telefonar-lhe. Preferia-se a conversa de final de tarde em cadeiras nas calçadas, para saber as notícias do bairro e da cidade, a assisti-las pela televisão ou a ouvi-las pelo rádio. Preferia-se levantar de seu posto de trabalho e caminhar até o seu colega a enviar-lhe uma mensagem instantânea ou um *e-mail*. Embora se tente representar, no ambiente cibercultural, os sentimentos pelos chamados *emoticons* não há, na realidade, qualquer semelhança com aqueles que são transmitidos e verbalizados presencialmente e sensorialmente percebidos. Longe de

demonstrar saudosismo, essas frases têm a pretensão de demonstrar que o corpo, no dia-a-dia, perdeu a importância e a referência que tinha antes, para que, em prol do agora, do imediatismo, seja assumido um corpo representativo do outro, sendo que algumas vezes não há, tampouco, o seu referencial. Há, em todas estas novas situações (já não tão novas), a percepção do mundo pelos olhos da velocidade: é mais rápido enviar uma mensagem instantânea e telefonar do que ir até o outro. Há a perda do “sentido de realidade” pela necessidade de atualização e velocidade constante ao acesso às informações.

Segundo Virilio (2000b, p. 13), a instantaneidade, pela aplicação do tempo real, não correlaciona-se ao tempo ordinário e histórico, o tempo que passa, o tempo do relógio. A interação e a interatividade, pela instantaneidade, fazem parte de um tempo único, um tempo da astronomia. Desse modo, tempo e espaço, motivados pela velocidade e temporalidade envolvidos no *cyberspace*, deixam de correlacionar-se no formato até então vigente e envolvem-se com o tempo real e com o espaço espectral, ambos reinventados pelo imediatismo e pela presentidade. A vinculação com a velocidade faz com que seja modificada a relação, antes inextricável, entre corpo, tempo e espaço, tornando tudo, não mais relativizado, mas absoluto: tanto o tempo quanto o espaço assumem a mesma velocidade: a velocidade da luz.

Arrastados pela sua extrema violência, não vamos a parte nenhuma; contentamo-nos com trocar o *vivo* pelo *vazio* da rapidez. [...] No *domicílio* ou em *viagem*, indiferentemente, não se tratará já de admirar a paisagem, mas apenas de vigiar os ecrãs, os seus mostradores, a régie de sua trajectória interactiva, isto é, de um “trajecto” *sem* trajecto, de um “tempo” *sem* tempo. (Id., 1993b, p. 114, grifo do autor).

1.2.2 – O virtual e o real: simulacro e desterritorialização cultural

A perda de referência da realidade promovida pela interação com os meios de comunicação, segundo Costa (2002, p. 103), agrupa representações estilizadas e produzidas e dizem respeito às formas de controle social, estético e político. Em outra passagem (COSTA, 2002, p. 116) afirma que, pelo papel exercido pelo *mass media* em tornar indistinto o real e o imaginário, os simulacros afirmam-se. Nesse mesmo sentido, o autor afirma que

o real é dado como fenômeno, a ser constatado pelas suas evidências imediatas, restringindo o conteúdo da experiência à constatação formal do aparente exposto pelos *mass media*. Nesse caso, há um comprometimento da experiência do concreto sensível, na medida em que a subjetividade fica exposta à heterodeterminação cultural. (Ibid., p. 173).

Baudrillard (2001, p. 17 et seq.) afirma que, na atualidade, há uma constante troca de valores, nos quais se verifica a negação daqueles que tanto se afirmaram no período moderno – classe social, emancipação da humanidade, essência, homem, ideologia, iluminismo, luta de classes, razão, socialismo, sociedade, capitalismo, totalidade, universalidade, unidade, utopia, teleologia, metarrelato – e a afirmação dos valores simbólicos na qual predomina a reversibilidade de termos como vida e morte, bem e mal e outros valores alternativos tornando-se intercambiáveis e não-dialéticos. Neste mesmo sentido há a reversibilidade do corpo: “[...] é uma substância que pode se pôr em movimento através de outras formas [...]” (ibid., p. 20). A realidade só passa a ser tratada e questionada a partir da existência de “parâmetros que permitem representá-la por signos codificados e decodificáveis” (ibid., p. 43).

Segundo Baudrillard (2001, p. 41 et seq.), o virtual se põe para homogeneizar, dar o acabamento, tornando-se mais real do que a simulação. Pela emergência das novas

tecnologias, tem-se a impressão de que o virtual marca a eliminação do real. Com o virtual, é possível demarcar a realidade definitiva do mundo, assinalando, ao mesmo tempo, a sua dissolução. Mas, ressalta o autor, “[...] fazer acontecer um mundo real é já produzi-lo, e o real jamais foi outra coisa senão uma forma de simulação” (ibid., p. 41); e, em outra passagem (BAUDRILLARD, 2001, p. 59), reafirma: “tornar o mundo perfeito é dar-lhe acabamento, completá-lo”.

Vattimo (1991, p. 16), no que tange a essa perda de sentido da realidade, propõe que não se trata, porém, de grande perda, visto que, na verdade, há uma perversa lógica interna envolvida: “um mundo de mercadorias, de imagens, o fantasmagórico mundo do *mass media*”.¹¹ A emancipação dessa realidade perversa consistiria na libertação das diferenças e das divergências, retomando-se o dialeto, o conjunto de elementos locais, conforme Vattimo (loc. cit.), ou, como propõe Virilio (2000b, p. 70), a retomada da língua, da palavra, da leitura e da escrita. Baudrillard (op. cit., p. 45) concorda com outros autores no que diz respeito à fascinação pelo virtual, e propõe que essa não seria de todo ruim, mas irônico o fato de que a tecnologia, mesmo relacionada com a inumanidade e o aniquilamento, poderia servir como forma de se estar quites com o mundo do valor e dos juízos: a perda da cultura filosófica e moral foi conseguida não com o pensamento radical moderno, mas com a tecnologia. “Diante de um mundo que é ilusão, todas as grandes culturas se empenharam em gerir, de certo modo, a ilusão com a ilusão, o mal com o mal” (BAUDRILLARD, 2001, p. 60). Em outra passagem Baudrillard (2001, p. 59) afirma que este seria, afinal de contas, o crime perfeito: a eliminação do mundo real pelo virtual.

¹¹ A tese apresentada por Vattimo (1991, p. 15) é que “na sociedade dos *media*, em vez de um ideal emancipativo modelado na autoconsciência completamente definida, no perfeito conhecimento de quem sabe como estão as coisas [...], está a surgir um ideal de emancipação que, na sua própria base, reflecte oscilação, pluralidade, e finalmente, a erosão do ‘princípio de realidade’”.

Outra questão eminente hoje é a verificação de que o imediatismo e a instantaneidade de acesso às informações e ao conhecimento (já tratados em tópico anterior) são mais relevantes do que a veracidade e a originalidade (o que implica dizer sobre a versão dos fatos) que lhe são peculiares. Análise, seleção e crítica não ocupam mais o valor intrínseco das questões culturais em prol da instantaneidade e da rapidez na acessibilidade. Atualmente, a memória tem maior correlação com a comunicação tautológica do que com a informação e com o conhecimento em si (que hoje sofrem de um processo de contínua vulgarização).

De modo a sumarizar o exposto, entendemos que, nos eventos de visibilidade mediática são produzidas formas de representação que se constituiriam em [1] plágios do mundo visível, uma criação artificial da realidade, indiferenciando o real e a sua representação pela abnegação do referente; [2] a espetacularização dos fatos para que a apresentação se torne mais evidente do que o próprio acontecimento; e [3] a totalidade do ambiente real colocada de forma simplificada, para que possa haver um maior fluxo de informações no mundo espectral. O resultado é uma apreensão superficial da realidade (uma vez que tratar da reprodução do real é tratar de uma reprodução, haja vista que o fato está inserido em um novo espaço e não mais no ambiente original) e, conseqüentemente, uma confusão causada quanto ao conhecimento dos problemas cotidianos e à possibilidade de atuação sobre eles. Dessa forma, instaura-se a repressão da subjetividade pela versão dos fatos (e não pela presencialidade desses), pelo lazer contíguo ao labor e pela produção em massa de bens simbólicos.

Tendo sido considerados aspectos quanto à cibercultura e ao *cyberspace*; a sociedade dromocrática e o domínio informacional dromocrático; a instantaneidade de acesso à informação por conta dos processos comunicacionais mediatizados e mediáticos;

a obliteração do real, a desterritorialização cultural e o simulacro que foram alterados dada a reconfiguração do tempo e do espaço pela aplicação do tempo real traçaremos a crítica ao acoplamento entre novas tecnologias e ente humano para que possamos subsidiar o enfoque da crítica da estética da informação nas bibliotecas do período contemporâneo.

1.3 – Crítica à visão utópica do acoplamento entre novas tecnologias e ente humano

Contemporaneamente, evidenciam-se a subserviência às tecnologias, a possibilidade de acoplá-las ao corpo humano e a obliteração do real em prol da espectralização do mundo, o que significa ajustar-se à cultura da técnica, com a subjetividade tomada e representada pela posse de mercadorias. Dessa forma, posicionamentos e discussões propostos por teóricos acerca da cultura mediática, perpassam a suposição de que as tecnologias prolongam os sentidos humanos e pressupõem mudanças quanto à forma de percepção da realidade (transformada pela nova contextualização das noções de tempo e espaço). Nesse mesmo sentido, faz-se mister tratarmos a normose informacional e a normose tecnológica, isto é, a cultura tecnológica informacional como parte de todas as atividades da cultura humana.¹²

Rüdiger (2002a, p. 9) menciona que, quanto à tecnocultura, vários autores identificam “a tecnologia não só como força econômica articulada cientificamente, mas também como uma espécie de ideologia”. Para Kurz (2002 apud RÜDIGER, 2002a, p. 18), esse seria um problema identificado pela aspiração de se algoritmizar o comportamento

¹² Peter Weil (2000, p. 62) adota o termo normose (forjado por Jean Yves Leloup, na França e, no Brasil, por Roberto Crema e Pierre Weil) para designar o “conjunto de crenças, opiniões, atitudes e comportamentos considerados normais, logo em torno dos quais existe um consenso de normalidade, mas que apresentam conseqüências patológicas e/ou letais”. Denomina como patologias provocadas pela adoção da informática a informatose (termo usado “para designar distúrbios ou mesmo doenças causados por excesso de fluxo de mensagens informacionais em relação a um só receptor, isto é, a uma só pessoa”) e a cibernose (termo criado pelo psicossociólogo francês Van Bockstaele “para designar nós de estrangulamento nas comunicações”). Finalmente, como normose tecnológica (ibid., p. 65 et seq.), entenda-se o reforço da normose informacional decorrente do uso das cibertecnologias.

social e mental dos seres humanos, a ponto de por eles ser representado, calculável e programável. Weil (2000, p. 65 et seq.) ressalta que os aspectos do processo de destruição do planeta, a pseudo-neutralidade científica na tecnologia e a informação sem ética fazem parte desse processo ideológico. Sfez (1996, p. 104) afirma que as utopias contemporâneas deixam de apresentar-se sob seu aspecto clássico, de proposição de solução ao governo dos homens, de pretensão de curar corpos e almas situadas em países imaginários, para assumir novos conceitos – de “um homem perfeito, imortal, construído por técnicas de simulação, e que pensa, sente e imagina um mundo infinitamente melhor que o nosso” (ibid., p. 21) – que fundam “de maneira descontínua, pontual, um a um”, a sociedade global em prol da saúde como projeto mundial (SFEZ, loc. cit.). Estes novos projetos utópicos tratam de prever o futuro, de preformá-lo, com visão de o desenvolvimento tecnológico ser a via do progresso para a sociedade por inteiro com “utilizando-se de planos, programas, planejamentos, tentativas de fundar comunidades, associações de todo gênero [que] nascem e se desenvolvem em concordância com as obras utópicas, acompanhadas ou prefiguradas pelos relatos utópicos” (ibid., p. 114). Essas utopias mantêm os aspectos constituintes próprios de uma narrativa: “o *lugar* escolhido para o desdobramento da trama, o *poder* do narrador, as *regras de vida* pregadas para um mundo melhor, o apelo a um *imaginário técnico* e o *retorno a uma origem* que deve fundar o novo mundo” (ibid., p. 105-106, grifo do autor).

Segundo Rüdiger (2002a, p. 13), na crítica à cibercultura, as posições extremistas e dogmáticas não fazem sentido. Afinal, seria assumir a posição de um tecnófilo (“um agente direto ou indireto da criação do fantástico mundo novo da tecnologia” aberto às mudanças culturais dele provenientes) ou de um tecnófobo (aquele que “não só ama o progresso social como é um saudosista contrário ao desenvolvimento tecnológico”).

Os grandes defensores da associação e incorporação da tecnologia defendem que, no período da cibercultura, o corpo humano não é capaz de executar tarefas hoje necessárias à sua sobrevivência (enquanto cidadão, funcionário etc.) sem os aparatos tecnológicos (aqueles com alguma autonomia em relação ao esforço humano), presenciando-se, também, essa tendência, no que se refere aos aparatos mediáticos (esses que permitem o movimento sem que haja deslocamento físico). Em suma: faz-se necessário criar e recriar novas formas de experimentar o mundo. Afinal, na cibercultura, tanto a máquina quanto os aparatos tecnológicos ocupam o espaço dos ideais políticos, sociais, culturais e religiosos. Rüdiger (2002a, p. 75) destaca que o argumento atual é o de que, no futuro, as comunicações não envolverão mais, em sua maioria, apenas o ser humano, mas também uma máquina. Isso porque “quanto mais os ambientes mediáticos se expandem, proliferam e se desenvolvem como estruturas autônomas, menos o ambiente orgânico é necessário” (DYENS, 2000 apud RÜDIGER, 2002a, p. 58), [pois] “as tecnologias de comunicação evoluirão no sentido da criação de aparatos holográficos tridimensionais, responsáveis por uma ampla difusão de ambientes virtuais sem qualquer relação com seu análogo material” (KURZWEIL, 2000; WEIBEL, 1996 apud RÜDIGER, 2002a, p. 75). Para seus líderes, a cultura tecnológica promoveria a “superação das crenças e condutas humanas, através da engenharia genética, da ciência cognitiva, da computação neuronal e da nanotecnologia molecular (!)” (EXTROPIAN Manifest, 1994 apud RÜDIGER, 2002a, p. 34), visto que, assim, as nossas capacidades e expectativas de vida poderiam ser aumentadas. Em resumo: *cyborg* e super-homem (*Übermensch*) são vistos como sinônimos e podem ser resumidos em: “sem nós, seres humanos comuns” (ibid., p. 59).

Sfez (2000, p. 211), ao criticar aqueles que divulgam a similitude entre homem e máquina, apresenta o jogo da câmara chinesa de Searle, para quem a máquina pode agir *como se* fosse um humano, mas enfatiza que isso não equivale ao *é*. Sfez (op. cit., p. 213) explica que no referido jogo, um *imitation game* em oposição à máquina de Turing, as ações não podem ser concebidas a partir de regras. Se assim o fosse, o ato de falar precisaria somente da gramática e não da estrutura da língua. “É o tecido complexo das relações socioculturais no seio das quais emerge a fala que funda esta estrutura e permite a *expressão*” (loc. cit., grifo do autor). Cabe-nos lembrar que as mudanças advêm das ordens sociais e não da tecnologia, e inferir que, no caso de o humano ser considerado máquina, todos os sentimentos e as racionalidades devem ser calculáveis e mensuráveis. Sfez (op. cit., p. 251) afirma que, àqueles que sentem-se “aterrorizados pela solidão, pelo estar juntos, o computador oferece um compromisso, uma solidão... convivial, uma nova fusão, de um romantismo de outro tipo, [...] com um segundo eu”. Representada pela máquina Frankenstein (ibid., p. 246), essa relação forma uma “prática social total” do homem maquinizado e da máquina humanizada.

Uma ressalva importante, feita por Sfez (op. cit., p. 266) quanto a este processo, é sobre teorizações e práticas acríicas que envolvem o que ele denomina “tecnologias do espírito”: aos pesquisadores da comunicação que gozam de bom senso restam os “esforços teóricos”, apesar do julgamento daqueles que acreditam que eles possam ficar “sem eco [...] pelas dificuldades de sua abordagem, e como que instalados num território restrito, domínio exclusivo de sábios em sua fortaleza”. Caso contrário, as “noções empregadas pelas tecnologias do espírito” é que podem ser priorizadas academicamente e propagadas pelas ciências sociais.

De acordo com Sfez (2000, p. 267), o discurso minado pelas tecnologias do espírito, cada qual com sua particularidade e revolução, pode estar presente nos vários discursos profissionais e inclui a conjugação das noções de pensamento da *rede*, de *paradoxo* – explorado pelos defensores do *Creatura* –, da *simulação* (não mais o original) e da *interatividade* de homem maquinizado e de máquina humanizada. “A rede se erigiria contra a árvore (linear), o paradoxo contra o princípio da não-contradição, a simulação contra a ontologia, a interação contra a causalidade linear e o sujeito todo-poderoso.” (SFEZ, 2000, p. 267). A rede, segundo Sfez (op. cit., p. 268), refere-se, de início, ao corpo biológico, e, na teoria da comunicação assumiu, por extensão e associação, conceitos antigos e práticas modernas. O paradoxo (ibid., p. 269) que designava isso ou aquilo, diz respeito, agora, a isso e aquilo: “é o paradoxal o englobante e são as proposições assertivas ou descritivas que se tornam exceções no ambiente paradoxal” (ibid., p. 270). A simulação, ainda de acordo com Sfez (op. cit., p. 272), que tratava do “modelo e da cópia, do mesmo e do outro”, apresenta, na contemporaneidade, a intenção de ser tão real e natural quanto o modelo, desfazendo a distinção entre verdadeiro/falso e real/imaginário. A interação – apresentada pelo autor como uma estratégia de venda no mercado teórico – é “chamada em auxílio de quem se interroga sobre a perda da criatividade que o indivíduo sofreria com a maquinização de sua memória e com os procedimentos heurísticos que lhe são próprios” (ibid., p. 275).

Sfez (op. cit., p. 316) propõe o bom-senso para responder rigorosamente às tecnologias de comunicação e às tentativas de dominação. Este, o bom senso, seria a prova de uma “aliança momentânea”, que viria consolidar, ou denunciar, a relação e o bem-estar entre homem e máquina. O autor (SFEZ, 2000, p. 317 et seq.) propõe, ainda, elementos que poderiam impor limites ao empreendimento infotecnológicos, sem que haja prejuízo da

cultura: [1] a língua falada, que abarca a “conversa comum em forma de diálogo” (ibid., p. 317), “o contexto” (ibid., p. 318), “a intenção do locutor” (loc. cit.), “a interpretação do interpretante” (loc. cit.), “as regras do discurso que regem as enunciações e que o interpretante supõe serem conhecidas do locutor” (loc. cit.), e “o locutor, que o interpretante supõe ter a firme intenção de se servir dessas regras” (loc. cit.); [2] a instituição ou instituições, “que limitam e garantem as palavras, enraízam um fundo comum nos sistemas sociais” (ibid., p. 317); “uma instituição, empresa ou Estado, funciona com base em dois regimes [...] regras implícitas e regulamentações explícitas” (ibid., p. 326); são “duas tradições, portanto, para a instituição comunicacional; uma é reserva de sentido e a outra, procedimento de efetivação” (loc. cit.); e [3] a interpretação, que “assegura a transmissão e envolve os signos com o seu halo de sentido” (ibid., p. 317); o autor afirma que a interpretação é “ao mesmo tempo causa e consequência de sentido” (ibid., p. 327) pois “forma uma nova linguagem e é como um filtro que emite sua própria luz” (loc. cit.); “Contra a comunicação tecnológica, artificiosa, transnacional e sem rosto, só resta a interpretação” (ibid., p. 316).

Há também propagandistas que, ao defenderem o humanismo tecnológico, afirmam que “as máquinas farão para a espécie o trabalho de formação política e espiritual que o convívio social e o esforço bem-intencionado não fizeram por si mesmos” (RÜDIGER, 2002a, p. 13). Nesse caso,

as superestradas de informação [...] permitirão que o poder público venha se exercer de maneira direta, de baixo para cima e da periferia para o centro, pois não apenas haverá meios para tanto, como a riqueza cultural acumulada por gerações e gerações, necessárias para viabilizá-lo, estará ao seu inteiro alcance dentro de casa [...]. (Ibid., p. 13-14).

Para o outro grupo extremista, “o desespero social e espiritual se faz acompanhar de um discurso [...] segundo o qual a tecnologia é promotora de um repugnante processo de

decadência” (ibid., p. 13). Esse entendimento, segundo Rüdiger (loc. cit.), tende, da mesma forma que o outro, a ser acrítico, por preferir o real ao espectral e ao afirmar que o surgimento de comunidades virtuais e a espectralização do sujeito promoveriam a separação entre corpo e mente humanos. Para os apocalípticos, “a cultura estaria se convertendo em reserva de meios protéticos, em que o próprio homem estaria em declínio” (RÜDIGER, loc. cit.).

A ênfase crítica, segundo Rüdiger (2002a, p. 16-17), deve recair no fato de que, para ocorrer o “livramento do corpo” pelas revoluções tecnológicas, existem complicadores de ordem histórica, econômica e cultural – não se nulifica de uma hora para outra um passado que ainda vigora em tantas instituições e, tampouco, está para ocorrer submissão do comportamento humano às técnicas e tecnologias. As redes funcionam muito mais como mediadoras da sociedade (sublimando a realidade) do que uma nova realidade que promete, segundo Stallabrass (1996 apud RÜDIGER, op. cit., 2002a, p. 17), experiência variadas, embora incompatíveis, como a “liberdade subjetiva para explorar todas as possibilidades de manejo da identidade individual e o desejo de desfrutar de relações comunitárias mais sérias, autênticas e comprometedoras”. Em suma: “a política correta a seguir é pois separar a máquina da cultura, reagir à cultura, ao invés de à máquina, na medida em que essa pode servir de princípio de seleção do super-homem” (RÜDIGER, 2002a, p. 40).

Adorno, segundo Pucci (2003, p. 13), em *Educação após Auschwitz*, já questionava que havia algo de irracional no estabelecimento de identificação das pessoas com os objetos tecnológicos (feitos para promover uma vida humana digna), o que fez com que tornassem-se dependentes, perdendo, com essa adoção e “subordinação” não percebida, a alteridade, a autonomia, tornando-se passivas na apropriação do referido aparato. Pucci

(op. cit., p. 14) cita a proposta crítica de Adorno em que, com a aceitação, pelo homem, da tendência imanente da implantação generalizada da tecnologia ao desenvolvimento da civilização, o homem estaria sendo contemporâneo de seu tempo, ao passo que negá-la significaria o banimento do mercado de trabalho e da vida social.

Weil (2000, p. 62 et seq.) descreve o isolamento e desmembramento familiar, a dissonância cognitiva entre aspiração e capacidade real de absorção da informação, a ligação sutil computador-ser humano, a neurose do virtual e a divulgação da violência como problemas causados pela informatose, e denomina de efeitos da cibernose o desequilíbrio dos hemisférios cerebrais, a atrofia da função numérica da mente humana e as frustrações nas comunicações e relações humanas.¹³

Heidegger (1957 apud VATTIMO, 1991, p. 66), ao confrontar “as características da existência humana no mundo da técnica”, explica que o homem, ao *pôr*¹⁴ as coisas como objetos manipuláveis, faz com que sejam exigidos novos custos, de tal modo que a *im-posição* seja uma espécie de contínua e desenfreada provocação recíproca de homem e ser. Para Marcuse (1998, p. 74) o poder exercido pela tecnologia, com “a intensificação do trabalho, a propaganda, o treinamento de jovens e operários, a organização da burocracia governamental, industrial e partidária”, tem o intuito de promover maior eficiência tecnológica. Rüdiger (2002a, p. 7-29) arremata essa problemática ao afirmar que o que deve ser assumido não é o aceite ou não das tecnologias, mas o entendimento de que funcionam como projeto de construção de mundo: como devemos nos relacionar com as

¹³ Embora concordemos com a classificação proposta pelo autor quanto ao que se refere à informatose e à cibernose, não apresentamos a mesma simpatia pela sugestão de adoção e aplicação de terapias específicas para tais ocorrências.

¹⁴ Heidegger usa a noção *Stellen* (adotando como tradução “pôr”) para caracterizar o conjunto da técnica moderna e, por associação, o termo *Ge-Stell* poderia ser traduzido, aproximadamente, por im-posição. “Heidegger vê mesmo no *Ge-Stell*, isto é, na sociedade da técnica e da manipulação total, uma chance de ultrapassar o esquecimento e a alienação metafísica em que viveu até agora o homem ocidental. O *Ge-Stell* pode oferecer esta chance, precisamente porque se define em termos que são quase idênticos aos usados por

tecnologias diante do seu “alcance não-tecnológico, que afeta a nossa individualidade, nosso psiquismo e nossa existência” deve ser a questão.

Da mesma forma, outros autores comungam dessa ótica crítica da relação (vezes por aceitação e outras por subordinação) com as tecnologias. Virilio (2000b, p. 12) compartilha do ponto de vista de haver, pelo estabelecimento de redes de relações efetivadas pelas novas tecnologias de informação, uniformidade da humanidade. Para Baudrillard (2001, p. 36), a sociedade se empenha para que cada necessidade humana, proveniente da mediação tecnológica, corresponda a uma tecnologia. Já Marcuse (1998, p. 82) afirma que “a ‘mecânica da submissão’ se propaga da ordem tecnológica para a ordem social; ela governa o desempenho não apenas nas fábricas e nas lojas, mas também nos escritórios, escolas, juntas administrativas e, finalmente, na esfera do descanso e lazer” (loc. cit.). E conclui: “aquele que seguir as instruções será mais bem-sucedido, subordinando sua espontaneidade à sabedoria anônima que ordenou tudo para ele” (MARCUSE, 1998, p. 80).

Adorno e Horkheimer (1985, p. 117) afirmam que a máquina já traz a padronização de comportamentos, já antecipados “no esquematismo de produção” e continuam: “a tradução estereotipada de tudo [...] no esquema da reprodutibilidade mecânica supera em rigor e valor todo verdadeiro estilo” (ibid., p. 120). A proposta dos autores (ibid., p. 128) é que, pelo poderio da mecanização exercido sobre as pessoas, nas atividades de lazer e de trabalho, não há como “perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho [...]. O pretenso conteúdo não passa de uma fachada desbotada; o que fica gravado é a seqüência automatizada de operações padronizadas”. E concluem: “toda

Benjamin quando fala do *shock*”. (VATTIMO, 1991, p. 67).

ligação lógica que pressuponha um esforço intelectual é escrupulosamente evitada” (loc. cit.).

Segundo Costa (2002, p. 24, 108, 117), essa falsa idéia da universalização da cultura e da uniformidade da humanidade (que não significa, necessariamente, a difusão dos meios de comunicação eletrônicos e informatizados), permitem a ampliação do universo de mercadorias simbólicas e promove a configuração do gosto e dos sentidos perceptuais à mesmice repetitiva e reiterada pelos mediadores tecnológicos, impedindo, de certa forma, a afirmação da cultura nativa. O convívio e a sobrevivência do ente na sociedade dromocrática, movida pela aceleração das informações, fixa-se como um processo transcendente à individualidade de cada sujeito. Para Adorno e Horkheimer (1985, p. 128), o processo de mecanização exerce um tal poder sobre as pessoas a ponto de determinar tanto as mercadorias voltadas à diversão quanto aquelas ao trabalho, de modo que sejam prescritas as suas reações. Adorno e Horkheimer (1985, p. 116) afirmam que:

para todos algo está previsto; para que ninguém escape, as distinções são acentuadas e difundidas. O fornecimento ao público de uma hierarquia de qualidades serve apenas para uma quantificação ainda mais completa. Cada qual deve se comportar, como que espontaneamente, em conformidade com seu *level*, previamente caracterizado por certos sinais, e escolher a categoria dos produtos de massa fabricada para seu tipo. Reduzidos a um simples material estatístico, os consumidores são distribuídos nos mapas dos institutos de pesquisa [...] em grupos de rendimentos assinalados por zonas vermelhas, verdes e azuis.

Para Trivinho (2002a, p. 262), a velocidade (presente nos processos comunicacionais), faz com que haja uma aculturação dos sentidos perceptuais, um treinamento de comportamento conformes e paradigmas domesticados, matando a alteridade inerente a cada ser humano. Essa pura funcionalidade transforma pessoas em máquinas, nas quais a precisão, o tempo veloz e a instantaneidade são elementos que se

põem como necessários nas relações sociais. Trata-se, segundo Berland (2000 apud RÜDIGER, 2002a, p. 9), de algo que:

é capaz de produzir efeitos tangíveis na maneira como nós pensamos, produzimos socialmente, mediamos tecnicamente e experimentamos visceralmente nossos corpos [e nosso mundo, acrescentaríamos]. (Colchetes do autor).

Para Marcuse (1998, p. 79), “o pensamento e a ação do homem [...] são antes os fatos do processo da máquina, que por si só aparecem como a personificação da racionalidade e da eficiência”. Essa eficiência caracteriza-se “pelo fato de que o desempenho individual é motivado, guiado e medido por padrões externos ao indivíduo [...] que dizem respeito a tarefas e funções predeterminadas” (ibid., p. 78). Para o autor (loc. cit.) a ação eficiente seria dada pela “reação adequada às demandas objetivas do aparato, e a liberdade do indivíduo está confinada à seleção dos meios mais adequados para alcançar uma meta que ele não determinou”.

Verifica-se, de maneira peculiar, uma inseparabilidade entre a percepção sensório-motora e a vida social mediada tecnologicamente: uma artificialidade de relações automatizam o ser humano que tem o seu *habitus* alterado (de forma a haver perda de referências existenciais concretas para a formulação de juízo sobre a realidade) e uma pressuposta violência.¹⁵

Para Costa (2002, p. 30-31) a presença da mediação da técnica modifica o campo da percepção e da inteligibilidade humanas, altera o imaginário coletivo e as necessidades de expressão sobre realidades distantes. O autor afirma, em outra passagem (COSTA, 2002, p. 124), que essa realidade humana modificada, de ente humano como *cyborg*, metaforizada pela máquina como extensão do corpo e da sensorialidade, é que (ibid., p.

144) gerencia a produção econômica e informacional, de modo a criar condições favoráveis à manipulação de dados da realidade, fazendo com que a representação do real tome o lugar do próprio real.

Cabe-nos reafirmar que esse processo de artificialidade da comunicação mediatizada altera as noções de memória, experiência, vivência, realidade e virtualidade. Assim, a percepção sensório-motora é condicionada à natureza do veículo advinda da possibilidade de representação do real (pelas novas tecnologias oriundas da aplicação do tempo real, programadas para auxiliarem o corpo obsoleto que, para realizar a sua tarefa social e cultural, é auxiliado por uma prótese veicular, preconizada como tendo o papel de contigüidade do corpo). Segundo Costa (2002, p. 26), essa

“naturalização da tecnologia” [...] colada ao corpo, confundida com o ambiente privado na condição de mediadora das construções de representações do imaginário individual e social, a circulação do capital informacional [...] produzido pelos *mass media* passa a ter um lugar de centralidade para a adaptação do homem à cultura urbano-industrial.

Para Horkheimer (1974 apud COSTA, 2002, p. 10-11), há inseparabilidade da forma de percepção humana dos modelos de produção e o processo de vida social. O autor (HORKHEIMER, 2000, p. 101) afirma que, apesar da maior flexibilidade vivida na contemporaneidade, há também maior exigência de adaptabilidade às “condições mutáveis”. A independência – gerada pelo fato de o homem estabelecer seus próprios padrões de conduta, de modo a ser “menos dependente de padrões absolutos [...], de ideais universalmente unidos” – promove um “aumento paralelo de passividade” (loc. cit.). Ele ainda exemplifica esta questão ao expor que pela propaganda há adaptação passiva às novas relações de poder e ajustes à “organização econômica, social e política” (ibid., p.

¹⁵ Concordamos com Rüdiger (2002a, p. 14) quando afirma que essa violência e opressão provocada pelo ciberespaço não existe de fato, mas sim as suas “absorções” pela subjetividade.

104) e que o “desenvolvimento da tecnologia reforça a opressão e exploração social” (ibid., p. 136).

Conclui-se, portanto, que a mediação tecnológica (conformada pela lógica sistêmica da racionalidade instrumental determinada pelas mercadorias simbólicas) persiste pelo período em que perduram “as forças que submetem a cultura, o homem e a sociedade à evidência da utilidade e da manipulação calculada” (ibid., p. 166-167). A mediatização tecnológica faz com que haja [1] colonização da percepção, experiência, imaginação e representação do real, [2] sujeição à intencionalidade de quem produz as mensagens e do meio que a codifica e transporta e [3] comprometimento da formação da imaginação e da razão, sendo negado o acesso à cultura em sua condição original e não mediada tecnologicamente.

Ainda de acordo com Costa (2002, p. 30 et seq.), a necessidade (material e simbólica) e a percepção humana, pré-sensibilizadas pela extensão oferecida pelos *mass media* como se fossem naturais e espontâneas, por decorrência das representações simbólicas e dos suportes técnicos da comunicação, passam a ser criadas pelas mediações da tecnologia. Em outro momento (ibid., p. 6), o autor afirma que o surgimento das mercadorias simbólicas apresenta intrínseca relação com a indústria cultural – apropriado para identificar a mercantilização da cultura, a sociedade de consumo, a perda de autonomia da produção cultural por parte da audiência dos veículos de comunicação – pelo fato de essa favorecer a supressão das noções de tempo e espaço.

A tendência verificada por Heidegger (1995 apud RÜDIGER, 2002a, p. 83) é de que as novas tecnologias de comunicação permitem o acionamento da subjetividade e a exposição do eu como mercadoria, fazendo com que, a posse do conjunto de habilidades e possibilidades técnicas da máquina prescreva como a língua pode [e deve] ser. Já Simmel

(1990 apud RÜDIGER, 2002a, p. 86) propõe que a conduta cotidiana, técnica, banal e conformista são necessárias para que hábitos de consumo em escala massiva sejam mantidos. Segundo Costa (2002, p. 55), a cultura – forma de materializar a luta do ser humano pela autonomia das adversidades e, portanto, direito inalienável de todos – é afirmada positivamente em casos de inexistência ou minimização da experiência mediada tecnologicamente.

Nesse contexto, as noções e valores de experiência/autonomia e real/representação fazem com que a cultura dobre-se à universalização de padrões estéticos por correlação entre produção e circulação da informação nos processos comunicacionais. Entretanto, a mercantilização e a manipulação da cultura, da informação e do conhecimento faz com que haja um contra-senso, haja vista que, desse modo, a cultura mediática pode servir de forma paradoxal à sociedade. Esse movimento serve como parte do processo de desterritorialização cultural, propõe um questionamento acerca da formação da identidade nacional e da preservação das produções simbólicas nativas (COSTA, 2002, p. 172 et seq.), de modo a ocorrer novos processos de aculturação entre as relações de lugar, identidade cultural e memória coletiva (ibid., p. 118). Para o autor (ibid., p. 3), isso se dá pela centralidade da informação e do conhecimento no que se refere à relação homem-mundo.

A tecnologia, vista e difundida como possibilidade de prolongamento dos sentidos perceptuais – proveniente da acomodação do aparelho sensorial e da subjetividade às normatizações da indústria cultural –, reduz a experiência humana e a figura do homem, segundo Heidegger (1995 apud RÜDIGER, 2002a, p. 78), “à massa de dados, que pode ser armazenada, processada e disponibilizada para manipulação”.¹⁶ Desse modo, Sfez (1996,

¹⁶ Rüdiger (2002a, p. 49) conclui que o emprego da ficção identitária no ciberespaço se baseia ora em mecanismo de defesa e ora como arma de ataque, que a pessoa se utiliza ao entrar em um território desconhecido. Entendemos que isso se dá por três motivos principais: [1] pouca dessemelhança entre o real e

p. 43) considera que as profissões que antes se ocupavam dos recursos de como pensar e cuidar do corpo, não estão mais habilitadas a fazê-lo dado os novos paradigmas exigidos para esse cuidado.

Após terem sido, ao longo deste Capítulo, elencados aspectos concernentes à cultura contemporânea e apresentada abordagem crítica da cibercultura e do acoplamento entre novas tecnologias e o ente humano, julgamos que aspectos contextualizadores do ponto de vista histórico e cultural das bibliotecas – e seus respectivos modelos de organização da informação – forneçam subsídios necessários para o entendimento do enfoque crítico da estética da informação. Para tanto, no próximo Capítulo da Dissertação, será apresentada nova proposta de modelo conceitual sobre as bibliotecas, partindo-se do ponto de vista do acesso e não da ambientação física, dos suportes da informação e da tecnologia por elas adotadas.

o fictício, [2] a promoção de fantasias de poder oriunda das “tecnologias geradoras do ciberespaço” (RÜDIGER, 2002a, p. 81), e [3] pelo fato de uma procura compulsiva pelo excesso e poderio que demonstra cansaço da experiência imediata, passando a seguir uma nova direção: o ciberespaço ser visto como o paraíso pós-moderno em que se pode fugir das dores e incômodos da vida pela entrega absoluta à virtualização da realidade (RÜDIGER, 2002a, p. 10).

CAPÍTULO II

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E

CULTURAL DAS BIBLIOTECAS

Modelos de organização da informação

Com o intuito de contextualizar, histórica e culturalmente, as bibliotecas, quanto aos seus modelos de organização da informação, apresentaremos, no decorrer deste Capítulo, o enfoque histórico da imprensa de tipos móveis e da organização de livros (de forma a abranger a imprensa de tipos móveis e livros, o ponto de vista da biblioteca e do acesso quanto à organização da informação e as bibliotecas e as tecnologias da contemporaneidade), no anseio de demarcar eventuais paralelos entre a sociedade Medieval – especificamente no período pós advento da imprensa de tipos móveis – e a sociedade contemporânea. Apresentaremos, também, por necessidade metodológica, o reescalonamento das bibliotecas de acordo com o acesso e não quanto a ambientação física, as tecnologias adotadas ou ao suporte da informação, de modo a serem abordadas as bibliotecas *in loco*, em tempo real e híbridas.

2.1 – Enfoque histórico da imprensa de tipos móveis e da organização de livros

O objetivo, neste ponto do trabalho, não é apenas traçar o desenvolvimento histórico da imprensa, do livro e das bibliotecas, mas, examinar as consequências imprevistas da invenção, seus efeitos e os problemas que com ela surgiram. Isso se faz mister haja vista que a necessidade humana, segundo Luiz Silva (2002, p. 1),

de registrar os feitos e fatos de sua história ao longo do tempo, demandou o desenvolvimento de “técnicas de escrita” e de “artefatos”, nos quais eram feitas as “anotações”. Dentre as “técnicas” da escrita, podemos citar a pictográfica, cuneiforme, mnemônica, ideográfica, hieroglífica e a fonética que se divide em escrita silábica e escrita alfabética.

Desse modo, podemos resumir que, desde a percepção da necessidade de registros, as bibliotecas tiveram seus suportes modificados, sendo constituídas inicialmente por tabletes de argila, passando por papiros e pergaminhos e, finalmente, com a descoberta, pelos árabes, do papel, sendo mais tarde as bibliotecas de livros propriamente ditos (AQUINO, 2004, p. 7; CUNHA, 1999, p. 258; MARTINS, R., 2003, p. 2).

2.1.1 – Imprensa de tipos móveis e livros

Com a invenção da imprensa, a informação, segundo Tennant (1996 apud BURKE, 2002, p. 175), se alastrou “em quantidades nunca vistas e numa velocidade inaudita”, provocando, segundo Luiz Silva (loc. cit.), mudanças culturais significativas, como a perda

do “poder de (re)produtora e guardiã dos livros [...] em virtude da Reforma Protestante [...] [e o] surgimento da ‘leitura silenciosa’, [...] provocando uma ‘reforma social’”.

Segundo Burke (2002, p. 175), Johann Regiomontanus, astrônomo humanista, observou, em 1464, o aumento dos erros e negligências dos tipógrafos. Em 1470, Niccolò Perotti propôs um “projeto, defendendo a censura erudita”. Já Antonfrancesco Doni, em 1550, “se queixava da existência de tantos livros que não temos tempo para sequer ler os títulos”. Outros autores também demonstraram estar estupefatos com o volume de informações a partir do advento da imprensa: Jean Calvin, de acordo com Cavallo e Chartier (1999 apud BURKE, loc. cit.), afirmava que os “livros eram uma ‘floresta’ na qual leitores poderiam se perder”; já, para Basnage (1994 apud BURKE, loc. cit.), era um “oceano” pelo qual seria necessário navegar, em meio ao qual havia a dificuldade de não se afogar;¹⁷ Adrien Baillet (1685-1686 apud BURKE, loc. cit.), bibliotecário francês, sugere que a multiplicação de livros poderia resultar em uma barbárie; Conrad Gessner, humanista suíço, embora tenha cunhado a expressão “a ordem dos livros”, reclamava da “multidão confusa e irritante de livros”; Michael Giesecke, estudioso alemão, descreve a imprensa germânica dos séculos XV e XVI como “estudo de caso sobre a penetração de novas informações e tecnologias de comunicação”¹⁸ e faz uma descrição voltada para o sistema daquilo que chamava “a tipografia como sistema de informação”¹⁹. Em suma: os contemporâneos do advento da imprensa percebem a necessidade de se controlar a “desordem de livros” que havia surgido.

¹⁷ “As metáforas de florestas e oceanos eram *topoi*, naturalmente, mas como *topoi* em geral também expressavam a experiência vivida.” (BURKE, 2002, p. 175).

¹⁸ Tradução nossa do seguinte trecho: “Fallstudie über die Durchsetzung neuer Informations- und Kommunikationstechnologien.” (BURKE, loc. cit.).

¹⁹ Tradução nossa do seguinte trecho: “Das Typographeum als Informationssystem.” (BURKE, loc. cit.).

Embora os bibliotecários tenham se tornado indispensáveis, um problema também havia surgido para eles. Para se ter uma idéia da significação social-histórica vivenciada, Arteaga-Fernandéz (2003) afirma que o volume de livros escritos manualmente até o advento da imprensa era de 30 mil títulos e edições em toda a Europa; de 1450 até 1600, apareceram 40 mil títulos; no século XVII foram publicados 1.250.000 títulos; no século XVIII, dois milhões e, por fim, no século XIX foram oito milhões de livros!

Burke (2002, p. 181) narra que surge a necessidade de outros métodos de organização da informação ao invés daqueles adotados antes do advento da imprensa de tipos móveis, o que implicava novas ocupações, como a do revisor e a do bibliotecário, e não somente a de editores. “A eles se juntaram, nos séculos XVII e XVIII, na execução da tarefa de administrar materiais impressos, indexadores, editores e catalogadores profissionais ou semiprofissionais e compiladores de enciclopédias”. Em outra passagem (ibid., p. 176), o autor afirma que, nesse período, os bibliotecários tornaram-se ainda mais imprescindíveis, dada a enormidade do volume de títulos: “a Bodleian Library de Oxford tinha 8.700”; “a Biblioteca Imperial de Viena, 10 mil”; a Biblioteca de Wolfenbüttel contava com 28 mil; a Biblioteca Ambrosiana de Milão, 46 mil (sem contar os manuscritos); e, em meados do século XVIII, Sir Hans Sloane, de Londres, havia acumulado 50 mil volumes, que formariam o núcleo do que é hoje a British Library.

Gregor Reisch, segundo Burke (2002, p. 181), organiza, no século XVI, a enciclopédia *Margarita Philosophica*, de acordo com o currículo das universidades, podendo ser lida do início ao fim, em um processo seqüencial e linear. Burke (op. cit., p. 177) afirma que, em 1550, com as bibliografias, surge uma nova forma de organizar as informações. Conrad Gessner foi autor da *Bibliotheca Universalis* (1545-55), cuja tentativa era organizar por autor e assunto uma bibliografia de obras eruditas (CHARTIER, 1994, p.

75; SERRAI, 1994; ZEDELMAIER, 1992 apud BURKE, 2002, p. 177). Em 1584, pela necessidade de bibliografias específicas e fáceis de manusear, surgem as bibliografias nacionais, como a *Bibliothèque Française* de La Croix du Maine. No início do século XVII, segundo Burke (op. cit., p. 176), imprimiram-se alguns catálogos, como o da Bodleian Library, de Oxford, como alternativa ao catálogo da biblioteca. Em 1620, é concluída a *Bibliotheca Historica de Boldanus*, uma bibliografia organizada “por assunto no campo de teologia, direito, medicina, história e assim por diante” (ibid., p. 177). Desde o jesuíta Possevino, no século XVII, até o protestante Formey, no século XVIII, a *Bibliothecae Selectae* ou *Bibliothèques Choisies* veio como forma de orientação, aos leitores que desejavam formar uma biblioteca, a fazerem a escolha entre livros concorrentes (CANONE, 1993; ZEDELMAIER, 1992 apud BURKE, 2002, p. 177).

De acordo com Burke (2002, p. 177), pelo agravamento da necessidade de se discernir entre “os bons e os maus livros”, em 1650, aparecem as resenhas de obras. Assim, em 1660, temos “a *Philosophical Transactions* da Sociedade Real de Londres e o *Journal des Savants* de Paris” e, em 1680, “a *Acta Erudictorum* de Leipzig e as *Nouvelles de la République des Lettres* de Amsterdã”, que traziam informações sobre novos livros, “incluindo-se resumos e às vezes apreciações críticas”. Da mesma forma que as bibliografias, “algumas dessas revistas eram especializadas, entre elas a *Dänische*, a *Pölnische* e a *Schwedische Bibliothek*”. Burke (2002, p. 178) afirma que, embora as revistas de resenhas houvessem solucionado um problema anterior, havia dificuldade em encontrá-las, uma vez “que eram publicadas em tantas cidades diversas da Europa e às vezes duravam apenas alguns anos”.

Burke (2002, p. 181) discorre que, no final do século XVII, a organização das enciclopédias e bibliografias passa a ser em ordem alfabética e não mais por assunto, sendo

suplantadas, portanto, as classificações hierárquicas, que, apesar de facilitar a consulta, impossibilitava a leitura linear. O autor (2002, p. 178) narra que, em 1747, Daniel Morhof edita o *Polímeta*, um guia, constantemente revisto e ampliado, de informações sobre informações, que começava com uma lista em ordem alfabética das revistas especializadas em resenhas, resumos de novos títulos, “não exatamente uma história da literatura no sentido moderno, mas um guia para o mundo dos livros e suas instituições” (ibid., p. 177).

Às bibliografias logo se juntaram estantes de outros livros de referência [...] [que] ofereciam informações sobre palavras (dicionários), pessoas (dicionários biográficos), lugares (dicionários geográficos e atlas), datas (cronologias) e coisas (enciclopédias). Havia também coleções de muitos volumes de textos sobre tópicos específicos – leis, tratados, crônicas, decisões de concílios da Igreja, descrições de lugares exóticos feitas por viajantes etc. (BURKE, 2002, p. 178-179).

Burke (2002, p. 176) afirma que, com a variedade e grande quantidade de livros impressos foi preciso, em meados do século XVIII, compilar catálogos para bibliotecas, tanto particulares como públicas. Baillet, que catalogou em 32 volumes as obras do magistrado Lamoignon, enfrentou problemas para organizá-los: por autor (em ordem alfabética) ou por assunto (segundo o tradicional currículo das universidades ou de um modo novo e mais adequado às novas descobertas)? Durey de Noinville (BURKE, 2002, p. 179), em 1758, é “ridicularizado pelo literato exilado Melchior Grimm” por publicar, em Paris, a *Table alphabétique des dictionnaires*, um dicionário de dicionários. Burke (loc. cit.) afirma que tais livros foram, no decorrer dos tempos, incrementados “não só pelo aumento da informação, mas também pela competição” que causaram.

[...] a comercialização deu um grande passo para a frente no século XVIII, participando do surgimento da “sociedade de consumo” na Inglaterra, na França, na Alemanha e em outros países por volta de 1750. (BURKE, 2002, p. 179).

Novamente, as transformações, oriundas da forma de publicação e da comercialização de livros, provocaram mudanças nos estilos de leitura, escrita e organização de informações. Em 1819, Francis Jeffrey, segundo Phillips (2000 apud BURKE, 2002, p. 179), expressa: “se continuarmos a escrever e rimar no ritmo atual por mais 200 anos, será preciso inventar alguma nova arte de *leitura taquigráfica* – caso contrário toda leitura será abandonada em desespero” (grifo do autor). Quanto à leitura, Burke (loc. cit.) afirma que houve mudança

da leitura “intensiva” para a “extensiva” (ou, na famosa metáfora de Francis Bacon, do hábito de “engolir” livros para o de “provar” deles). [...] Um novo vocabulário entrou em uso no início do período moderno para descrever essa “revolução na leitura”, incluindo-se palavras como “referir-se”, “consultar”, “ler superficialmente” e “pular”. Como comentava Jonathan Swift com seu costumeiro humor pessimista, “entrar no palácio do conhecimento pelo portão principal exige um consumo de tempo e formalidades. Gente muito apressada e pouco cerimoniosa se contenta com entrar pela porta dos fundos”.

2.1.2 – Dois pontos de vista sobre a organização da informação: a biblioteca e o acesso

Pela necessidade de a informação ser organizada de forma a poder ser utilizada posteriormente e pela existência de locais construídos especificamente para esse fim, pretendemos traçar a história do surgimento das bibliotecas. Para tanto, os conceitos de biblioteca a serem apresentados servirão para a proposição da conceituação adotada neste trabalho:

- a) Cícero (106-43 a.C.) emprega *bibliothēca,ae* como “lugar em que se guardam livros” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 443);

- b) etimologia francesa “*bibliothèque*” (1493), do grego *biblion* - “livro” + *têkê* - “caixa, depósito”, através do latim *bibliothēca,ae* (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 444);
- c) “coleção de livros” (HOUAISS; VILLAR, loc. cit.);
- d) “edifício ou recinto onde ficam depositadas, ordenadas e catalogadas diversas coleções de livros, periódicos e outros documentos, que o público, sob certas condições, pode consultar no local, ou levar de empréstimo para devolução posterior” (HOUAISS; VILLAR, loc. cit.);
- e) biblioteca é uma coleção organizada de itens em vários formatos (livros, periódicos, vídeos, CD-ROMs etc.) com os serviços requeridos de modo a torná-los disponíveis a grupo ou grupos de usuários (TENNANT, 1999);
- f) “todo tipo de organização atuante na área de informação e/ou documentação, que trabalhe com os registros do conhecimento em todo e qualquer tipo de suporte, independentemente de sua designação. São consideradas unidades de informação todos os tipos de bibliotecas, mapotecas, centro / serviço / departamento / sistema de informação e/ou documentação, de acordo com sua área de atuação e extensão” (AMARAL, 1998, p. 15).

Como proposta deste trabalho, faz-se necessária a compreensão da biblioteca como uma coleção de materiais para uso, após serem ordenados e catalogados, em qualquer suporte (as tecnologias de época assim se colocam: desde as tábulas de argila aos registros de computador), com uma política sistemática de formação do acervo (resultando em intenções, conscientes ou inconscientes, particulares ou institucionais) e preocupações

voltadas tanto à preservação e ordem quanto ao acesso às suas coleções, para que se possa tirar proveito e oportunidade na condição de usuário, podendo também ter a função de ferramenta social ou de depósito para a memória da humanidade.

2.1.3 – Bibliotecas e as tecnologias da contemporaneidade

As sociedades, em geral, são tão dependentes da tecnologia quanto as bibliotecas. Segundo Cunha (2000, p. 75), o acesso às bases de dados em substituição aos textos impressos, sucedâneos aos manuscritos demonstram que as bibliotecas acompanharam os novos paradigmas tecnológicos. Borges, Oliveira e Pohlman Filho (1999, p. 3) ressaltam que a “transição da mídia impressa para a mídia digital afirma-se como passo decisivo para a criação de uma nova estrutura de bibliotecas onde a informação poderá ser acessada remotamente e compartilhada de forma quase instantânea”.

Amaral (2004), baseada em trabalho de Carrion Gútiez, traça um quadro sinóptico quanto às classificações de bibliotecas e a tipologia das informações acessadas, sumariando-as em:

- a) biblioteca automatizada – acesso local às informações impressas com metainformações digitais;
- b) biblioteca digital – acesso remoto às informações e metainformações digitais;
- c) biblioteca híbrida – acesso local e remoto às informações impressas e digitais e às metainformações digitais; e
- d) biblioteca tradicional – acesso local às informações e metainformações impressas.

Já Sharon e Frank, na Conferência Geral da IFLA (2000 apud CABRERA FACUNDO; COUTÍN DOMÍNGUEZ, 2005a, p. 15), propuseram:

- a) bibliotecas analógicas – biblioteca em papel com catálogo manual;
- b) bibliotecas automatizadas ou híbridas – biblioteca analógica com catálogo informatizado;
- c) biblioteca digital – biblioteca automatizada, com maior parte das informações em meio digital.

Ohira e Prado (2002, p. 61), baseadas nos trabalhos de Marchiori, Machado et al. e Pereira e Rutina, propõem a divisão da história e evolução das bibliotecas em três momentos distintos:

- a) biblioteca tradicional – etapa que compreende de Aristóteles até o início da automação em bibliotecas, caracterizada por espaço físico delimitado e serviços e produtos mecanizados;
- b) biblioteca automatizada – fase em que há adoção de tecnologia computacional nos serviços meios e fins e acesso *online* aos bancos de dados por meio de redes;
- c) biblioteca eletrônica – período em que há substituição do espaço físico pelo ciberespaço e acesso *online* a textos completos e informações digitalizadas.

Cunha (2000, p. 75), entretanto, analisa a evolução das bibliotecas agrupando-as em: Era I – tradicional moderna; Era II – automatizada; Era III – eletrônica; e Era IV – digital e virtual.

Percebe-se, portanto, com Drabenstott e Burman (1997, p. 183), que as opiniões quanto às fases evolutivas das bibliotecas são diversas. Às vezes são divididas em [1] “bibliotecas do tempo de Aristóteles até começos da fase de automação”, depois como [2] “modernas bibliotecas com seus serviços plenamente automatizados” e, finalmente, [3] a “fase contemporânea da biblioteca eletrônica”; e, em outros casos, em [1] “biblioteca em papel, seguida pela [2] bibliotecas de processos automatizados, e a [3] biblioteca digital, com artefatos armazenados eletronicamente”.

Entretanto, por importância e necessidade metodológicas reescalamos as bibliotecas de acordo com o acesso e não quanto a ambientação física, as tecnologias adotadas ou ao seu suporte.

Desse modo, propomos a divisão das bibliotecas em *in loco*, em tempo real e híbridas por considerarmos que o vetor do acesso seja determinante na contemporaneidade, haja vista a formação de redes²⁰ para transferência de informações, a reconfiguração do tempo e do espaço ora vigentes e a forma com que as tecnologias computacionais – como vimos no Capítulo anterior - afetam a criação, o uso, a gestão e o fluxo da informação.

²⁰ Concordamos com a afirmação de McGarry (1999, p. 122), para quem o “conceito de rede abrange totalmente as atividades de comunicação humana” e afirma que “qualquer novo recurso, de qualquer tipo, tende a transformar as relações entre as pessoas” (ibid., p. 123).

2.2 – *Bibliotecas in loco*

As principais características da biblioteca *in loco*, que também pode assumir outras identificações como presencial, tradicional, física, palpável, *off-line*, corporalizada, convencional e concreta, são: [1] ocupação pelo corpo, no momento do acesso, a uma instalação física definida, sendo possível visitá-la e ter “contato real com paredes, móveis, etc. e conteúdo” (ZANG et al., 2000, p. 220), de modo que [2] acervo e [3] catálogo utilizam o papel como suporte de registro da informação (CUNHA, 2000, p. 77, 1999, p. 258; MORIGI; PAVAN, 2004, p. 121). Acrescentaríamos, ainda, que esse tipo de biblioteca pode disponibilizar aos seus usuários produtos eletrônicos, como rádio, televisão, videocassete, DVD, computadores – porém sem acesso à rede –, no anseio de minimizar a exclusão infotecnológica.

Quanto a ambientação física, “a biblioteca pode estar localizada em um único local ou distribuída”, de forma que esta pode ser em bibliotecas setoriais ou em locais longínquos (ZANG et al., op. cit., p. 222). É primordial enfatizar que, contemporaneamente, o acesso a esse tipo de biblioteca é feito pelos dromoinaptos.²¹

Na visão de alguns bibliotecários e também para uma parte dos usuários por eles atendidos, a biblioteca sempre foi considerada um símbolo de estabilidade e constância. Muitas pessoas imaginam que ela deve ser um local para quietas reflexões e contemplações; um lugar em que, muitas vezes, as pressões do mundo agitado são minoradas ou quase expurgadas. (CUNHA, 1999, p. 257).

²¹ O assunto é retomado no Capítulo 3 e na Conclusão.

Segundo Morigi e Pavan (2004, p. 120), verifica-se que, em períodos em que os registros eram em papel, havia um maior contato entre o bibliotecário, sempre presente, e os usuários, sendo marcada a interação face-a-face e a comunicação oral. Os autores, em outro momento (MORIGI; PAVAN, 2004, p. 121), afirmam que o contato era mantido por relações visíveis ao olho humano, de forma que, como organização, era capaz de criar sociabilidade ou, ao menos, referendar tipos de sociabilidade definidos historicamente.

Com esse formato a biblioteca existe desde o final da Idade Média. Segundo Verger (1999), na França, de 1350 a 1450, observa-se o aumento na dimensão média das bibliotecas (apesar da diminuição na produção de livros) e a superfluidade dos títulos no século XVI.

Nos quadros sinópticos apresentados a seguir, pretende-se, mostrar a trajetória das bibliotecas no decorrer da Idade Média.

Quadro 1 – Bibliotecas monásticas

Bibliotecas monásticas (catedrais, mosteiros e conventos)	1450 a 1460	França	Mosteiro de Claraval – 1.600 volumes
	1450 a 1460	Itália	Mosteiro de Monte Cassino – 1.100 volumes
	1450 a 1460	Áustria	Mosteiro de Melk – 800 volumes
	Final do século XV	França	Biblioteca da Catedral de Notre-dame – 300 volumes
	1480	França	Biblioteca da Catedral de Reims – 486 volumes
	1745	Roma	Biblioteca do Vaticano – 2.500 volumes

(Fonte: BURKE, 2002, p. 176; VERGER, 1999)

De acordo com McGarry (1999, p. 114), a principal ocupação nas bibliotecas monásticas era a cópia de textos, o que garantia, de certa forma, a transmissão da cultura e, como tal, tornaram-se os protótipos da universidade moderna.

Quadro 2 – Bibliotecas de colégios universitários, faculdades e universidades

Bibliotecas de colégios universitários, faculdades e universidades	1338	França	Colégio da Sorbonne – 1.772 volumes
	1395	França	Colégio de Pélegruy – 78 livros
	1395	França	Faculdade de Medicina de Paris
	1411	França	Universidade de Orleans
	1427	França	Universidade de Avignon
	1433	Alemanha	Colégio de Erfurt – 647 livros
	1435	França	Colégio d'Annecy – 150 livros
	1439 a 1447	Inglaterra	Biblioteca de Oxford – 280 livros (fundada em 1412)
	1446	França	Universidade de Poitiers
	1462	França	Colégio d'Autun – 200 livros
	1475	França	Faculdade de Direito Canônico de Paris
	1500	França	Colégio de Navarra e o Colégio de Foix – 800 livros (juntos)
	1515	França	Universidade de Cahen – 277 livros

(Fonte: VERGER, 1999)

Para Verger (1999), as bibliotecas dos colégios universitários tinham, como acervo inicial, as obras do próprio fundador e depois, acolhiam doações de benfeitores ou antigos membros do colégio. Os estatutos, entretanto, não indicam acesso de visitantes externos às bibliotecas dos colégios e, tampouco, mais tarde, nas bibliotecas das universidades.

Quadro 3 – Bibliotecas privadas

Bibliotecas privadas	1400	França	Bibliotecas dos homens do Parlamento de Paris (média de 100 volumes)
	1419	França	Biblioteca de Nicolas de Baye (bibliófilo) – 198 volumes
	1470	França	Biblioteca de Roger Benoiton (bibliófilo) – 257 livros

(Fonte: VERGER, 1999)

Verger (1999) considera que, no final da Idade Média, pode ser observado um grande número de bibliotecas privadas. Nesse caso, incluem-se as bibliotecas [1] dos homens de saber – praticamente os únicos a possuírem bibliotecas até o final do século XV, consideradas como de alguma importância, abrangendo-se médicos, advogados, procuradores, juízes ou oficiais do rei –, que contava também com pequenos cadernos e

anotações pessoais; [2] dos indivíduos alfabetizados, incluindo-se a pequena e a média nobreza, mercadores e baixo clero, embora com pouquíssimos livros; [3] dos estudantes, com cerca de uma dúzia de volumes; e [4] dos professores, em geral com aproximadamente trinta livros, mas havia os que possuíam cerca de uma centena de volumes.

Quadro 4 – Bibliotecas institucionais

Bibliotecas institucionais	1380	França	“livraria” do Louve com a morte do Rei Carlos V – 1.300 volumes
	1369	França	Biblioteca dos papas de Avignon – em inventário após a morte do papa de Avignon Urbano V contabilizou mais de 2.000 livros
	Século XV	França	Biblioteca do Duque de Bourgogne, Filipe o Bom – 880 livros

(Fonte: VERGER, 1999)

Verger (1999) acentua que existiam três tipos de bibliotecas que poderiam receber a qualificação de públicas ou institucionais: [1] principescas, com acesso por parte dos familiares do soberano, seus visitantes distintos e seus conselheiros políticos; [2] dos pontífices, cujo acesso era liberado aos cônegos e frades que serviam as próprias igrejas ou mosteiros; e [3] catedrais, mosteiros e conventos, cujas antigas coleções haviam sido esquecidas no final da Idade Média, mas importantes na conservação dos manuscritos mais antigos (vide acima no Quadro 1).

Verger (1999) conclui que, com o advento da imprensa, houve alargamento considerável do público da cultura escrita e que, no período entre 1480 e 1530, houve multiplicação das pequenas bibliotecas, constituídas por acervos de oficiais subalternos e de vigários, com cerca de uma dezena de volumes. Entretanto, no que concerne aos homens de saber, não se sabe qual era a proporção ou composição das bibliotecas antes de 1500.

Segundo Cunha (1999, p. 258), porém, no final do século XIX, houve uma grande revolução na configuração das bibliotecas com a adoção do catálogo em fichas e não mais sob a forma de livros. Para Zang et al. (2000, p. 222), outra grande mudança a ser considerada é o momento em que a função primordial “deixa de ser principalmente a guarda e manutenção do acervo e passa a ser a localização e a recuperação de informações não mais restritas ao seu ambiente físico”. Entendemos, contudo, que mesmo em casos de obtenção de recursos informacionais em outras bibliotecas, há a necessidade do deslocamento físico até a unidade concreta de conhecimento registrado e a provisão de cópias em papel, representando, da mesma forma, o saber materializado e o poder constituído pelas gerações.

As bibliotecas, por decorrência de sua organização voltada para o uso por públicos específicos, podem ter funções diversas: a conservação da história cultural (como a Biblioteca de Alexandria), a formação da educação dos povos e democracia (como as bibliotecas públicas) e o crescimento e desenvolvimento do Estado nacional moderno (como as bibliotecas nacionais).

Segundo McGarry (1999, p. 112), a Biblioteca de Alexandria, voltada para a conservação da história cultural, seria, em termos atuais, “uma combinação de centro de pesquisas, editora, instituto de estudos lingüísticos, museu e repositório cultural”. O autor afirma (ibid., p. 113) que a política de formação de seu acervo, não se fazia somente com negociações de autores, comerciantes e colecionadores de livros, mas, também, com a obrigatoriedade de entrega, pelos navios que lá aportavam, de seus livros, para que fossem copiados pela bibliotecas, o que fez com que se tornassem uma espécie de moeda corrente.

“A liderança no desenvolvimento do ideal da biblioteca pública cabe aos Estados Unidos”, de acordo com McGarry (op. cit., p. 116). Isso, segundo o autor (ibid., p. 117), é

aceito pelo fato de o povo daquele país acreditar que as bibliotecas públicas devem servir à democracia e, somente assim, é possível fazer uma sociedade cujos cidadãos são educados e informados em prol do benefício de suas próprias escolhas. “O conceito nuclear da biblioteca pública desafia que os ideais democráticos seja comprovados”.

Já as bibliotecas nacionais, segundo McGarry (1999, p. 114), por voltarem-se ao “crescimento e desenvolvimento do Estado nacional moderno”, apresentam “forte elo recíproco entre maturidade democrática e amplitude dos serviços de bibliotecas e informações”. “Quanto mais antigo e mais politicamente forte o Estado, maior e mais influente a biblioteca” (loc. cit.). O autor identifica que diversos suportes refletem “a variegada tecnologia do armazenamento e transmissão de informações” (ibid., p. 116) nas bibliotecas nacionais, revelando “as relações entre cultura material e não-material, ou entre a mensagem e sua manifestação física” (loc. cit.).

As bibliotecas, segundo Gusmão (2001, p. 13), podem ser consideradas, tendo em vista as necessidades informacionais da sociedade, tanto instituições dinâmicas, por apresentarem movimento constante de adaptação, quanto evolutivas, por adotarem, em processos graduais, novos padrões e costumes sociais. Foskett (1984 apud GUSMÃO, 2001, p. 13) relata: “Os serviços da biblioteca transcendem o tempo e o espaço, e pela organização de seus documentos para uso ativo torna disponível a sabedoria dos séculos e a experiência diária”. Isso pode ser reafirmado com Cunha (1999, p. 261) que considera, a título de exemplo, o fato de que as bibliotecas universitárias, “tradicionalmente utilizaram políticas de desenvolvimento de coleções que antecipavam as possíveis necessidades de informação de sua clientela”. Porém, há que se considerar a ressalva feita por Demas (1994 apud CUNHA, loc. cit.), de que “o tamanho do acervo terá diminuição da sua importância,

pois o que irá contar, daqui para frente, não são os milhões de itens do acervo, mas as opções para acessar a informação demandada”.

Cunha (2000, p. 79) afirma que, todavia, no decorrer dos tempos, tornou-se dificultoso prover acesso à demanda informacional dos usuários. O maior investimento recaía sobre o registro de informações catalográficas, indicando ao usuário o documento. Ou seja, o foco era a automação dos catálogos bibliográficos, índices e mecanismos de descrição bibliográfica. Em outro trabalho (id., 1999, p. 259), o autor afirma que a explosão bibliográfica, o crescente custo para aquisição e a constante necessidade de alocação física dos documentos podem ser as causas da impossibilidade em adquirir o que se publica.

Drabenstott e Burman (1997, p. 181) acenam como problemas identificados, por diversos autores, em relação à coleção de materiais impressos, em constante coleta,

altos preços de materiais impressos e [o] respectivo armazenamento em estantes e similares; [o] contínuo número de itens disponíveis para compra, com o agravamento de repetição de conteúdos; as duplicações de operações catalográficas e de coleções em bibliotecas do mesmo tipo e áreas do conhecimento; [a] necessidade contínua de espaço e aquisição de estantes para armazenar materiais e para acomodar usuários, cujo cálculo para redução de espaço de armazenamento para a informação digital é cada vez maior; [a] redução de orçamentos e/ou de suas porcentagens; [a] crise com os seriados, devido à elevação e custos com assinaturas de revistas especializadas; [e as] despesas mais altas com materiais de encadernação, declinando compras.

Objetivando reforçar a importância da biblioteca como organização baseada na geração, disseminação e fluxo de informações e como instituição voltada para o desenvolvimento social, as bibliotecas redefinem, constantemente, seus produtos e serviços. Assim, passaram a utilizar técnicas e processos diferenciados de acordo com o suporte da informação, bem como em relação ao seu armazenamento, registro e recuperação. Isso, de acordo com Cabrera Facundo e Coutín Domínguez (2005a, p. 5), faz

com que haja necessidade de constantes e amplas formas de avaliação, de modo a considerar imbricados vários pontos, como: serviços, coleção, objetivo, pessoal, instalações, atividades entre as várias bibliotecas, recursos financeiros etc.

Para o porvir, Drabentott e Burman (1997, p. 181) afirmam:

no caso da biblioteca tradicional, daqui a 20 ou 50 anos, coleções estarão deterioradas; novas edificações serão necessárias para acomodação de milhares de documentos recém-publicados; novas funções serão atribuídas aos bibliotecários; coleções de valor histórico deverão ser encaminhadas a museus e o resto será reciclado.

Entretanto, ressalvas são necessárias.

2.3 – Bibliotecas em tempo real

O processo de adoção de tecnologias se faz presente nas sociedades, desde a Idade da Pedra, e, desse modo, as bibliotecas não teriam como fugir a isso. Entretanto, faz-se necessária a compreensão do contexto histórico, econômico e cultural no qual essas mudanças emergem. Há duas décadas, diversas transformações têm início, alcançando uma velocidade e profundidade vertiginosas, com a proliferação do uso das tecnologias de informação.

Como instituição social, a biblioteca possui longa e complexa experiência com as tecnologias vigentes a cada época: “imprensa, máquina de escrever, telefone, telex, mimeógrafo, microfilme, cartão perfurado nas margens, computador, disco ótico e redes eletrônicas” (CUNHA, 1999, p. 257). Levacov (1997a, p. 133) deixa claro que a automatização “permitiu que as bibliotecas melhorassem novamente, expandissem e agrupassem atividades e serviços mais úteis para usuários e *staff*”.

Desse modo, entende-se, como premente, a expressão das idéias, compiladas por Cunha (1997, p. 195-196), de autores que, no período de 1945-1985, previram a necessidade de mudanças nas bibliotecas tradicionais e que imaginaram a utilização de recursos tecnológicos de modo a melhorar o acesso à informação:

- a) Vannevar Bush (1945) – imaginou uma máquina – denominada Memex – que facilitaria a disseminação da informação científica na qual seria possível

armazenar, para uso posterior, toda a informação de interesse; é considerado o pai da biblioteca digital;

- b) Albert G. Hill (1951) – propôs a idéia de uma biblioteca eletrônica que facilitasse o acesso à informação por parte do pesquisador que, mediante perfis de interesses armazenados no computador, poderia receber e enviar informações relevantes para as suas atividades;
- c) Theodor Holm Nelson (1965) – apresentou uma biblioteca eletrônica – Xanadu (“lugar mágico da memória literária onde nada seria esquecido”) – na qual poderiam ser armazenados textos integrais de documentos; é o idealizador do hipertexto;
- d) J. C. R. Licklider (1965) – seguidor das idéias de Bush, sugeriu a criação de uma biblioteca eletrônica por considerar o livro como suporte inadequado de informação;
- e) John Kemeny (1965) – afirmou que a biblioteca do futuro dependeria fortemente da automação e que o acesso à informação seria feito por meio de redes automatizadas;
- f) Edwin B. Parker (1970) – previu que, até 1975, os catálogos em linha estariam disponíveis e que, em 1985, o acervo bibliográfico mundial estaria armazenado em computadores; imaginou uma máquina que teria tela e teclado, contendo as funções de uma biblioteca e de um jornal, com a capacidade de acessar redes de informação por meio da linha telefônica;

- g) Robert S. Taylor (1972) – propôs a necessidade de abandono do conceito tradicional de biblioteca como depositária da informação e a adoção de um novo conceito de comunicação científica que transcendesse as estruturas físicas da biblioteca;
- h) F. W. Lancaster (1978 e 1982) – comentou suas idéias sobre a sociedade sem paredes na qual a biblioteca tradicional seria substituída pela biblioteca digital;
- i) Kenneth Dowlin (1984) – apresentou a idéia de criação de uma biblioteca eletrônica na qual o rápido acesso à informação por meio de sistemas de comunicação eletrônica deveria ser enfatizado.

Todas essas inovações, vistas como necessárias a ponto de serem incorporadas ou abandonadas pelas bibliotecas tradicionais, encontram-se, contemporaneamente, sob diversas designações: digital, eletrônica, virtual, biônica, sem paredes, livros sem páginas, do futuro, máquina eletrônica, *online*, imaterial, binária, global, multimídia, lógica, metabiblioteca, transbiblioteca (DRABENSTOTT; BURMAN, 1997, p. 181; ORTIGARI, 1999, SALARELLI, 2000, SANTORO, 2003 apud ALENCAR, 2004, p. 2). Essas definições podem dar uma noção da intensidade das mudanças em curso.

A mais profunda mudança, o acesso remoto às fontes de informação, ocorreu a partir da grande difusão do uso da Internet, de modo que Levacov (1997a, p. 126) afirma: “a biblioteca deixa de ser um tranquilo depósito de livros para tornar-se o ponto focal de pesquisa variada, acessada a qualquer hora por usuários virtuais de vários lugares do mundo”. Julgamos indispensável a apresentação das diversas conceituações objetivando levantar o constructo necessário para a explanação da definição a ser adotada. Enfatizamos

que tais conceituações foram preteridas por não haver consenso entre os próprios autores, por elas não apresentarem especificidade, clareza e distinção e por não satisfazerem o foco principal desta pesquisa.

As conceituações levantadas sobre a biblioteca eletrônica são:

- a) biblioteca que consiste de materiais e serviços eletrônicos; materiais eletrônicos podem incluir todos os materiais digitais, bem como uma variedade de materiais de formatos analógicos que requerem eletricidade para uso; como exemplo temos os videotapes que são formatos analógicos e requerem uso de equipamento eletrônico (TENNANT, 1999);
- b) biblioteca “formada por material primário essencialmente em formato eletrônico”; “não se refere à automação da biblioteca”; “não se trata apenas da Internet, pois todos concordam que a Internet é anárquica”; “não se trata de conjunto de dados secundários” (ROWLEY, 2002, p. 20);
- c) “uma coleção organizada e administrada de informações numa variedade de meios (texto, imagem fixa, imagem em movimento, som, ou suas combinações), porém todos em formato digital” (OPPENHEIM, 1997 apud ROWLEY, 2002, p. 4);
- d) “biblioteca fisicamente identificável, [...] que não possui material impresso [...] e faz parte de uma biblioteca virtual” (COLLIER et al., 1993 apud ROWLEY, 2002, p. 4);
- e) biblioteca que pode ter presença física (“enquanto a biblioteca virtual, posto que é percebida como transparente, [pode possuir] instalações físicas

transparentes e bibliotecários transparentes”) (BECKMAN, 1993 apud ROWLEY, loc. cit.);

- f) “ambiente administrado de materiais multimídia em formato digital, destinado a beneficiar a população de usuários, estruturado para facilitar o acesso a seu conteúdo e equipado com recursos de auxílio à navegação na rede global”; “ligada a um espaço físico ao qual as pessoas recorrem em busca de serviços fornecidos de forma eletrônica” (ROWLEY, op. cit., p. 20);
- g) biblioteca na qual “os processos básicos [...] são de natureza eletrônica, o que implica ampla utilização de computadores e de suas facilidades na construção de índices *on-line*, na busca de textos completos e na recuperação e armazenagem de registros” (BARKER, 1994 apud MARCHIORI, 1997, p. 118).

Já biblioteca digital pode congrega as seguintes definições:

- a) biblioteca com informações existentes somente na forma digital, armazenada em diferentes meios, “como as memórias eletrônicas (discos magnéticos e óticos)”; “não contém livros na forma convencional e a informação pode ser acessada, em locais específicos e remotamente, por meio de redes de computadores” (BARKER, 1994 apud MARCHIORI, 1997, p. 118);
- b) biblioteca com conteúdo composto de “hiperlivros e livros-virtuais”; pode ser vista “como uma livraria com uma imensa disponibilidade de livros,

levada a efeito pela conexão em rede de um número crescente de bibliotecas” (LANDONI et al., 1993 apud MARCHIORI, 1997, p. 119);

- c) “conjunto de ‘recursos de informação em formato digital’, inseridos em um ‘contexto organizacional’ que procura selecionar, registrar e sistematizar para tornar disponível e que permite, ‘mediante recursos de telecomunicações, o acesso local ou a distância’ por parte de uma comunidade de ‘usuários locais ou remotos’” (AMARAL, 2004);
- d) biblioteca que consiste de materiais e serviços digitais; materiais digitais são itens que podem ser armazenados, processados e transferidos em mecanismos digitais (binário) e redes; serviços digitais são serviços (como um serviço de referência) oferecidos novamente em redes digitais (TENNANT, 1999);
- e) “organizações que fornecem os recursos, incluindo o pessoal especializado, para selecionar, estruturar, oferecer acesso intelectual, traduzir, distribuir, preservar a integridade e garantir a permanência das coleções digitais, de tal forma que elas estejam disponíveis para uma ou várias comunidades” (YORK, 2002 apud AQUINO, 2004, p. 12);
- f) “coleção organizada de dados multimídia com métodos de gerenciamento da informação, que representa os dados como informação útil e conhecimento para o povo numa *variedade de contextos sociais e organizacionais*” (GRIFFIN, [s. d.] apud CUNHA, 1999a, grifo do autor);
- g) “website que dispõe de uma coleção pública ou privada de livros, documentos eletrônicos ou congêneres, organizada para estudo, leitura e

consulta. Organizadas por estantes virtuais [em ordem de autor, gênero ou obra] e que guardam e/ou ordenam arquivos de documentos eletrônicos, onde os leitores de todo o mundo acessam e fazem download a partir de um único servidor ou de vários servidores interligados” (PROCÓPIO, 2005, p. 89, colchetes do autor);

- h) “conjunto de computação, armazenamento, e maquinaria de comunicações digitais juntamente com conteúdo e software necessários para reproduzir, emular, e estender os serviços fornecidos pelas bibliotecas convencionais com base em papéis e outros meios materiais para reunir, catalogar, buscar, e disseminar informações. Um serviço completo de biblioteca digital deve realizar todos os serviços essenciais das bibliotecas tradicionais, e também explorar as conhecidas vantagens do armazenamento, busca, e comunicação digitais” (GLADNEY, 1994 apud ALENCAR, 2004, p. 3);
- i) “ambiente que reúne coleções, serviços, e pessoas para apoiar o ciclo completo de criação, disseminação, discussão, colaboração, utilização, nova autoria, preservação de dados, informações, e conhecimento”; não é equivalente “a uma coleção digitalizada com ferramentas de administração de informações” (ATKINS, 1997 apud ALENCAR, 2004, p. 3);
- j) “conjunto de meios eletrônicos e habilidades técnicas associadas para criação, busca, e uso de informações”; “extensão e otimização do armazenamento das informações, e dos sistemas de recuperação que manipulam dados digitais em qualquer meio (texto, imagens, sons; imagens estáticas ou dinâmicas) e existem nas redes distribuídas”; seu conteúdo “inclui dados e metadados que descrevem vários aspectos dos dados (por

exemplo, representação, criador, proprietário, direitos de reprodução”); “construídas, reunidas, organizadas por (e para) uma comunidade de usuários [...] [com] habilidades funcionais [que apoiam] as suas necessidades de informações e usos”; “constituição de comunidades nas quais indivíduos e grupos interagem entre si, utilizando dados, informações, e fontes de conhecimento e sistemas”; “extensão, otimização, e integração das várias instituições de informações como lugares físicos onde recursos são selecionados, reunidos, organizados, preservados, e acessados no apoio a uma comunidade de usuários” (BORGMAN, 1998 apud ALENCAR, 2004, p. 4);

- k) “ambiente digital presente na *web* ou em redes locais suportada por profissionais que realizam a busca, recuperação, tratamento, indexação e digitalização de acervos em diversos formatos (vídeo, áudio, imagem e texto), combinando serviços da biblioteca tradicional tais como indexação e organização da informação, associando esses serviços aos recursos e serviços digitais, servindo a uma comunidade, seja ela mundial ou específica, e possibilitando interações entre os seus usuários” (ALENCAR, 2004, p. 6).

Cunha (1999, p. 258) aponta, como características encontráveis nas bibliotecas digitais:

acesso remoto pelo usuário, por meio de um computador conectado a uma rede; utilização simultânea do mesmo documento por duas ou mais pessoas; inclusão de produtos e serviços de uma biblioteca ou centro de informação; existência de coleções de documentos correntes onde se pode acessar não-somente a referência bibliográfica, mas também o seu texto completo [...]; provisão de acesso em linha a outras fontes externas de informação [...]; utilização de maneira que a biblioteca local não necessite

ser proprietária do documento solicitado pelo usuário; utilização de diversos suportes de registros da informação tais como texto, som, imagem e números; e existência de unidade de gerenciamento do conhecimento [...].

Harter (1996 apud LUCAS, 2004, p. 8-9) apresenta em um quadro as propriedades inerentes às bibliotecas digitais, considerando as versões limitada, moderada e ilimitada, que reproduzimos abaixo.

Quadro 5 – Propriedades da Biblioteca Digital

Visão limitada (baseada na biblioteca tradicional)	Visão moderada (posição intermediária)	Visão ilimitada (baseada livremente na Internet)
Objetos são recursos de informação	A maioria dos objetos são recursos de informação	Objetos em geral (tudo é recurso informacional)
Objetos são selecionados em termos de qualidade	Alguns dos objetos são selecionados em termos de qualidade	Nenhum controle de qualidade; sem barreiras para entrada
Objetos estão localizados em um lugar físico	Objetos estão localizados em um lugar lógico (precisa ser distribuído)	Objetos não estão localizados em um lugar físico ou lógico
Objetos são organizados	Alguma organização	Nenhuma organização
Objetos são submetidos à um controle de autoria	Alguns aspectos de controle de autoria estão presentes	Nenhum controle de autoria
Objetos são fixos (não mudam)	Objetos mudam de modo padronizado	Objetos são fluidos (podem mudar e variar a qualquer tempo)
Objetos são permanentes (não são retirados)	Retirada dos objetos é controlada	Objetos são transitórios (podem ser retirados a qualquer momento)
Autoria é um conceito importante	Conceito de autoria é frágil	Não há conceito de autoria
Acesso aos objetos é limitado a usuários específicos	Acesso a alguns objetos é limitado à classes específicas de usuários	Acesso à tudo para todos
Serviço de referência é oferecido	Algum serviço é oferecido	Somente serviços oferecidos por programas de software (AI)
Especialistas humanos (bibliotecários)		Não há bibliotecários
Grupo de usuários bem definido	Algumas classes de objetos tem grupos de usuários associados	Não há grupos de usuários definidos

(Fonte: HARTER, 1996 apud LUCAS, 2004, p. 8-9)

Finalmente, biblioteca virtual poderia ser conceituada como:

- a) bibliotecas que existem somente virtualmente – isto é, não existe na “vida real”; pode ser composta de materiais de uma variedade de bibliotecas

separadas e que foram organizadas no espaço virtual, usando computadores e redes de computadores (TENNANT, 1999);

- b) biblioteca que “não implica localização física, seja para o usuário final, seja para a fonte”; a informação pode ser acessada “de qualquer ponto [e pode] estar em qualquer lugar”; “é irrelevante para o usuário saber onde a informação é mantida”; “é acessada e fornecida pelas redes de comunicações”; “pode ser oferecida pela biblioteca eletrônica, mas a recíproca não é verdadeira” (ROWLEY, 2002, p. 21);
- c) biblioteca relacionada ao “conceito de acesso, por meio de redes, a recursos de informações disponíveis em sistemas de base computadorizada, normalmente remotos” (POULTER, 1994 apud MARCHIORI, 1997, p. 118);
- d) biblioteca que “implica integração eletrônica de novos serviços com os serviços tradicionais de bibliotecas, podendo ser tão limitada como um OPAC²², ou tão abrangente como a utilização de redes de computadores e recursos eletrônicos para a notificação de reuniões, novos desenvolvimentos em conjunto com outras bibliotecas e a disponibilidade em rede de livros, relatórios e artigos” (CLOYES, 1994 apud MARCHIORI, 1997, p. 119);
- e) biblioteca que pressupõe “acesso remoto aos conteúdos e serviços de bibliotecas e outros recursos de informação, combinando uma coleção interna de materiais correntes e fartamente usados em ambas as formas

²² A abreviação de OPAC é utilizada para referir-se a *OnLine Public Access Catalog*.

(eletrônica e impressa), com redes eletrônicas que provêm acesso e a transferência de fontes de conhecimento e de informação, com bibliotecas e instituições comerciais externas em todo o mundo” (GAPEN (apud PIGGOTT, 1993; SAUNDERS, 1995) apud MARCHIORI, 1997, p. 119);

- f) “biblioteca que, para existir, depende da tecnologia da realidade virtual” e que se utiliza de recursos de *software* simulador de ambiente de biblioteca (com imagens tridimensionais na tela do computador), que possibilitam entrar e circular pelas suas prateleiras (BARKER, 1994 apud MARCHIORI, 1997, p. 118);
- g) biblioteca que dissemina informação seletiva diretamente ao usuário da biblioteca, em geral por via eletrônica, com pouco ou nenhum acervo de livros e periódicos, salas de leitura, ou pessoal técnico (POWELL, 1994 apud MARCHIORI, 1997, p. 119);
- h) “biblioteca mais tradicional que transformou alguns pontos significativos de seus canais de busca de informação em formato eletrônico, para que muitos ou o máximo de seus clientes não precisem visitar fisicamente a biblioteca para obter informação” (POWELL, 1994 apud MARCHIORI, 1997, p. 119);
- i) “biblioteca que opera como uma conexão de atividades de gerenciamento de informações selecionadas dentro da organização, algumas delas centralizadas, mas a maioria das quais acontecendo por meio de esforços de um *staff* descentralizado, de recursos e sistemas e mesmo de fornecedores externos, que estão acessíveis e dispersos por toda a organização” (POWELL, 1994 apud MARCHIORI, 1997, p. 119);

- j) biblioteca que se utiliza de “computação avançada em alta velocidade e [de] possibilidades de telecomunicação de acesso e distribuição dos recursos informacionais” (ROOKS, 1993 apud PEREIRA, 1995, p. 5).

Macedo, entretanto, apresenta definição própria, como condensadora do documento de Drabenstott e Burman (1997, p. 181), interpretando a biblioteca do futuro:

a biblioteca digital, biônica, transmitida eletronicamente em rede – a biblioteca do século XXI – vem a ser uma potente, transparente e universal provedora de informação, também chamada de biblioteca sem paredes. Não deixa de ser uma máquina: a **máquina virtual**, que, utilizando a informática e as telecomunicações, possibilita acesso a um reservatório diversificado e infinito de dados e conhecimento. Cerca vários tipos de recursos informacionais, como bibliotecas formais/convencionais, bases de dados, textos ou fontes eletrônicas, arquivos e os mais dinâmicos artefatos digitais, que, de modo formal ou informal, ultrapassam os materiais tradicionais impressos, vindos das mais diversas partes do mundo. Um grande número de usuários, tanto em nível pessoal, comercial ou acadêmico, pode acessá-la em terminais simultaneamente por conexão a redes eletrônicas internacionais, utilizando endereços eletrônicos e senhas. Novos recursos pelo rádio-vídeo e outros mecanismos tecnológicos e telemáticos a serem criados prometem superar ainda mais o acesso à informação, futuramente. (Grifo do autor).

Para fins deste trabalho, consideraremos biblioteca em tempo real aquela com coleção de informações ou de unidades documentárias de quaisquer natureza (texto completo, imagem fixa ou em movimento, som, em suas variadas combinações, e assim por diante), organizadas no espaço virtual, com base em objetivos determinados em prol de usuários com necessidades específicas, inseridos ou não em um contexto organizacional, que não têm como freqüentar, presencialmente, o ambiente, por estar alhures. Pode consistir de materiais de diferentes bibliotecas, com armazenamento em diferentes meios e com uso de memórias eletrônicas, que podem ser criadas, armazenadas, organizadas, processadas e distribuídas com apoio de redes de telecomunicações e com possibilidade de abranger grande variedade de aplicativos. Tem acervo definido pelo acesso e não pela

posse em si, de modo a disponibilizar, imaterialmente, a unidade documentária, independente de instância física e de significação de tempo ordinário, prescindindo, portanto, de rede, usuário e acesso em tempo real.

Kuny e Cleveland (1998 apud LUCAS, 2004, p. 2-3), em 1998, identificaram vários mitos e desafios a serem desvendados e criticados: [1] definição da Internet como biblioteca digital²³: calcule-se como desafios a construção de infra-estrutura descentralizada com recursos informacionais criados autonomamente e a necessidade de “profissionais que entendam as necessidades e usos da informação”; [2] a unicidade de uma biblioteca digital: dessa vez, os desafios seriam a definição de direitos autorais e de cópias, os custos para digitalização e infra-estrutura técnica e o desenvolvimento de normas de interoperabilidade; [3] acessibilidade igualitária a todos: as previsões para o acesso equitativo aos serviços e a coleções digitais parecem crescentemente mais problemáticas; e [4] barateamento das bibliotecas digitais diante das bibliotecas impressas: a análise da relação custo/benefício desta nova situação se desconhece, sendo que, em alguns casos, a substituição de periódicos impressos por eletrônicos poderia significar repasse de custo de impressão aos usuários.

Funções de preservação e manutenção de acervos, disseminação, compartilhamento e recuperação de informações e de conhecimento se mantêm, sendo necessárias novas maneiras de viabilizá-las. Para Côte (2000, p. 4) a principal função da biblioteca tem sido a manutenção da memória coletiva e, com a Internet – importante fator de redirecionamento na prestação dos serviços bibliotecários –, essa memória tornou-se distribuída, volátil e em constante transformação, o que, por um lado, dificultou a tarefa de

²³ Quanto a esse ponto, os autores respondem, ironicamente: “A Internet está para as bibliotecas assim como um mercado de pulgas está para a Library of Congress.” (KUNY, CLEVELAND, 1998 apud LUCAS, 2004, p. 2).

análise de informações relevantes e, por outro, demonstrou a tendência do usuário em dispensar a intermediação dos especialistas em informação na obtenção de unidades documentárias relevantes às demandas específicas.

Entretanto, qualquer que seja a unidade documentária a ser disponibilizada, os atuais projetos de construção de bibliotecas em tempo real deverão, inevitavelmente, requerer um processo de revisão dos modelos ultimamente em uso, abarcando, inclusive, as funções dos profissionais envolvidos, a preservação, legibilidade e acessibilidade de documentos digitais por programas específicos.

Com a implantação das bibliotecas em tempo real, é necessário que vários pontos sejam repensados. Drabenstott e Burman (1997, p. 188 et seq.) sugerem a missão, as coleções e o seu desenvolvimento, a administração, as operações técnicas, a gestão e o compartilhamento de recursos, os serviços aos usuários, a capacitação de pessoal e as comodidades físicas (incluindo espaços e equipamento). Já Levacov (1997a, p. 128, 132) considera os aspectos legais e éticos (quanto à propriedade intelectual), os aspectos econômicos, os padrões para a descrição de páginas (devido às idiossincrasias de diferentes códigos de acesso e recuperação de dados), a autoria, a autenticidade, a permanência, que requerem novas maneiras de tratamento da informação. Segundo Oliveira (2002, p. 7), devem ser considerados os aspectos legais, a sistemática de coleta de informações, os mecanismos de pesquisa eficientes, o controle seguro e o registro de acesso, o gerenciamento dos empréstimos de documentos digitais. Para Harter (1996 apud LUCAS, 2004, p. 9) os questionamentos devem coroar a qualidade, a autoria, a organização, a mutabilidade, a preservação, a autoridade, a legalidade, a política de acesso, os serviços, a integração de recursos, a função ou existência de bibliotecários e a categoria específica e definida de usuários.

A mudança de hábito decorrente da adoção de processos automatizados fez com que, segundo Heemann (1994, p. 173 et seq.), houvesse maior fluidez da informação, de modo que arquivos de computadores controlem catálogos e acervos, que circulação não seja institucionalizada, mas de usuário para usuário e, por fim, que coleta, armazenagem e disseminação não sejam possíveis da forma que o eram.

Altera-se, assim, o processo de transferência da informação, desde o ciclo produtor/emissor, os suportes, até o destino/receptor, mesmo porque as políticas da Internet não parecem ainda estar comprometidas com a preservação da informação e talvez as bibliotecas sejam instadas a atuar como armazenadores de arquivos eletrônicos. (CÔRTE, 2000, p. 5).

Como vantagens, segundo Drabenstott e Burman (1997, p. 182), desse novo tipo de biblioteca voltada para a acessibilidade em tempo real, apresentam-se: [1] a ausência de problemas de espaço físico tanto com acervo quanto com pessoal pela possibilidade de dispensa de prateleiras, salas e prédios, [2] o armazenamento de vasta quantidade de informação em forma digital, e [3] o processo de busca de informação e de comunicação interpessoal não sujeitam-se ao deslocamento físico e adequação ao horário de funcionamento. Borges, Oliveira e Pohlman Filho (1999, p. 7) ressaltam, ainda [1] os custos reduzidos de produção, manutenção e armazenamento das informações digitalizadas e aqueles relacionados a *hardware*, *software*, pessoal e estrutura física, [2] a não ocorrência de desgaste do material de consulta e [3] as novas formas de consulta, com a possibilidade de a catalogação, a indexação e a filtragem de informações serem feitas a partir de novos parâmetros que não os determinados nas formas convencionais de consulta bibliográfica. Alencar (2004, p. 7-10) destaca [1] a preservação dos conteúdos, [2] a facilidade de pesquisa, [3] os baixos custos para disponibilização e uso, [4] a democratização da informação, [5] o fortalecimento de pesquisas pela centralização inclusiva de conteúdos, [6] a disponibilização de vídeos e áudios na *web*, [7] a edição de textos, imagens, vídeos e

áudios, [8] a onipresença, [9] a facilidade de atualização da informação, [10] o uso simultâneo dos materiais, [11] a salvaguarda de conteúdo em muitas línguas, [12] a ausência de pessoas intermediárias e [13] a construção de coleções pessoais.

Embora vantagens possam ser encontradas as vimos como acríticas, utópicas e ideológicas. Por considerarmos que mudanças ocorrem, não sem riscos, julgamos imprescindíveis a reflexão e a análise dos processos tecnologizados.²⁴ Entendemos como imaturos os posicionamentos em defesa das vantagens conferidas às bibliotecas em tempo real em relação às bibliotecas *in loco*. Não há, a nosso ver, vantagens, mas, novas necessidades diante do contemporâneo – aqui lembramo-nos de Baudrillard ao afirmar que a cada nova tecnologia há uma nova necessidade! Acerca da propalada liberdade, pelos usuários, no gerenciamento das pesquisas em bibliotecas em tempo real, nós a encaramos como inexistente, pois, o produtor e o gerenciador destas bibliotecas é quem decide, *a priori*, quais os arquivos, os *links*, os hipertextos, os textos integrais, as metainformações etc. a serem disponibilizados(as). Há que se discutir o fato de as bibliotecas sem paredes apresentarem novos muros, desta vez, ideológicos, burocráticos, legais e excludentes, por termos que considerar a impossibilidade de todos os cidadãos terem pleno domínio das senhas infotecnológicas de acesso.

²⁴ A discussão será aprofundada no próximo Capítulo.

2.4 – Bibliotecas híbridas

Como destacado anteriormente, o ritmo acelerado de produção e disseminação de informações, com o advento das tecnologias em rede, exigiu que as unidades de informação fossem em busca de infra-estrutura compatível com a demanda. No Brasil, de acordo com Martinelli (1998 apud CÔRTE, 2000, p. 6), o processo de informatização das bibliotecas teve início com as mudanças na política de informática, a partir de 1993. A transmissão eletrônica de informações direciona a biblioteca a melhor disponibilizar as unidades documentárias, embora problemas ainda possam existir.

É premente ressaltar que muitas bibliotecas estão em fase de transição, o que, de acordo com Drabenstott e Burman (1997, p. 184), demonstra que, com as novas tecnologias, a biblioteca convencional não será abolida, mas que em seu acervo coexistirão, tanto livros quanto programas computadorizados, tendo, como princípio orientador, o uso da tecnologia apropriada a cada propósito particular.

Embora a infovia tenha a capacidade de possibilitar, a partir do ponto de vista de alguns autores, maior acessibilidade às informações internacionais, não parece que milhões de materiais que utilizaram o papel para o registro da história humana nos últimos séculos sejam convertidos em formato digital de forma abrangente.

Barker (1994 apud MARCHIORI, 1997, p. 118) utiliza o termo polimídia para denotar os vários meios em que a informação pode ser armazenada. Adotando-se essa linha

de raciocínio, segundo o autor, as bibliotecas que armazenam, processam e disseminam informações em diversos suportes pode ser identificadas como polimídias.

Amaral (2004) restringe-se a afirmar que a biblioteca híbrida trata de informações impressas e digitais, com serviços locais e remotos, constituindo-se de novas e velhas funções, e Zang et al. (2000, p. 222) afirma que o acervo tanto pode ser impresso como pode ser digitalizado, de modo que o acesso convencional passa a ser substituído pelo remoto.

Robson Martins (2003, p. 9), ao conceituar biblioteca universal, une acervos reais e virtuais e define que os objetos deixariam de estar conectados ao suporte impresso para assumir o “processo impresso, visual, audiovisual, oral, tatal, multimídia e virtual”. Para o autor, o conceito de informação, na biblioteca assim concebida, volta-se para a disponibilização, quer seja na biblioteca presencial, com documentos reais, quer seja consultando documentos virtuais, na rede, alterando-se a cultura de materiais fixos nas estantes.

Para Dertouzos (1998, p. 241),

as bibliotecas continuarão com a custódia dos materiais educativos sólidos, com destaque para os livros. Mas elas se tornarão também gerenciadores de linhas de comunicação com outros locais de conhecimento, com a condição de que as bibliotecas físicas controlem a qualidade das bibliotecas virtuais, decidindo quais conhecimentos existentes em outras instituições merecem menção pelos selecionadores e hiperorganizadores da biblioteca local. [...] O gerenciamento eficaz desses selecionadores de conhecimento será crucial para a qualidade das instituições de ensino no futuro [...].

Garcez e Rados (2002, p. 45 et seq.) intitulam biblioteca híbrida como o conceito mais adequado para satisfazer as atuais necessidades informacionais, o estado transacional das bibliotecas: aquela designada a agregar diversas tecnologias e fontes, cujo acervo não é

completamente impresso e tampouco digital, “utilizando tecnologias disponíveis para unir, em uma só biblioteca, o melhor dos dois mundos” (GARCEZ; RADOS, 2002, p. 47). Os autores, ao citarem Rusch-Feja, afirmam que a biblioteca híbrida “deve integrar o acesso a diferentes tecnologias para o mundo da biblioteca digital e através de diferentes mídias” (1999 apud GARCEZ; RADOS, op. cit., p. 45). Ao mencionarem Sabattini, afirmam que “o sistema futuro terá de unificar materiais de muitas bibliotecas existentes em diferentes formatos, linguagem, e sumarizar a informação encontrada de tal modo que se torne fácil e rápido para o usuário navegar pelo mesmo” (1999 apud GARCEZ; RADOS, op. cit., p. 46). Ao referirem-se a Rusbridge, afirmam que seria “importante integrar estas mídias e acabar com a incompatibilidade existente entre as várias fontes de informações [...]” (1998 apud GARCEZ; RADOS, op. cit., p. 45).

Entretanto, como o foco deste trabalho para a designação das bibliotecas está no acesso e não no suporte, consideraremos como bibliotecas híbridas aquelas que não só possuem acervo constituído em formato analógico e digital, que adotam grande diversidade de mídias, mas aquelas em que o acesso, feito fisicamente em um *locus* definido (como o da biblioteca *in loco* apresentado anteriormente), em modo presencial, possibilita tanto o acesso às bibliotecas em tempo real como aos itens materiais, isto é, tanto atômico quanto binário. Essencialmente são constituídas de um espaço físico dedicado à biblioteca, com acervo de livros, periódicos, vídeos, microfimes, *software* de computadores etc., com processos muitas vezes automatizados, no qual o usuário vai até a *biblioteca em tempo real* sem de fato ir ou, não se sabe ao certo, se é a informação que vem até ele.²⁵

²⁵ Quanto a este trecho – acerca do ir sem que haja deslocamento físico – baseamo-nos em Virilio (1993a, p. 11) e Trivinho (2003a, p. 117).

Nessas bibliotecas, as bases de dados remotas constituem ferramentas indispensáveis no processo de acesso às informações, tanto referenciais – com resumo ou não – como em texto completo.

Amaral e Guimarães (2000, p. 2) relatam que um número cada vez maior de bibliotecas

se utilizam da Internet para alcançar seus objetivos de forma mais efetiva, utilizando o ciberespaço para oferecer serviços e produtos, fornecer informações institucionais, estabelecer comunicação com seus públicos, servir como portal para outras fontes de informação de interesse de seus públicos, fazer promoção, alcançar um maior número de usuários, em menor tempo e com a possibilidade de custos razoáveis dentre outros.

Entretanto, não vimos essa situação como abrangente na definição, por nós sugerida e adotada, por desconsiderarmos a Internet como base de dados organizada e voltada para público específico e, ainda, por focarmos o ciberespaço somente como uma nova forma de comunicação.

Para Penniman (1993 apud LANCASTER, 1994, p. 10) as bibliotecas devem enfatizar e avaliar a política de distribuição das informações, firmando alianças de pesquisa. Garcez e Rados (2002, p. 46) reafirmam a postura de necessidade de compartilhamento de recursos como o único meio de satisfazer as demandas de forma a assegurar acesso aos recursos disponíveis nas várias bibliotecas institucionais. Entendemos que, nas diversas situações que podem ser vivenciadas nessa biblioteca, cabe aos administradores da unidade informacional [1] integrar a gama de serviços disponíveis, [2] estabelecer uma estrutura adequada à nova filosofia de oferta de produtos e serviços e [3] redesenhar práticas e processos no intuito de demonstrar aos usuários na diversidade de oportunidades voltadas para as suas demandas, apesar de se defrontarem com problemas

oriundos das condições de acesso, de dificuldade de tomada de decisão acerca do desenvolvimento e formação do acervo.

Cabe ressaltar que, nessa nova realidade de processo massificado de adoção de novas tecnologias como ferramentas constituintes da nova prática profissional dos bibliotecários e agentes de informação, houve alteração, segundo Morigi e Pavan (2004, p. 124-125), nas formas de subjetivação da profissão e nas formas de sociabilidade, o que implica redimensionamento dos papéis sociais, reinterpretação das práticas de gerenciamento da informação e dos serviços e mudança “na construção, na apreensão e na articulação do conhecimento da sociedade contemporânea”.

Desse modo, para melhor identificar a necessidade de interação interpessoal dos bibliotecários, Garcez e Rados (2002, p. 47-48) classificam os usuários de bibliotecas híbridas em [1] usuário presencial: usuários ligados a instituições de ensino, geograficamente próximos à sede física da biblioteca, que, no processo de busca por informações, podem receber ou não a intermediação de gerenciadores do processo; [2] usuário *off campus*: usuários ligados a instituições de ensino, embora distantes geograficamente das bibliotecas, que podem ou não ser intermediados pelos gerenciadores da informação; [3] usuário remoto: usuários que não necessariamente têm vínculo com a instituição provedora e o processo de acesso às informações pode ocorrer via correio eletrônico, telefone ou fax; e [4] bibliotecas participantes e cooperantes: bibliotecas que tanto podem utilizar-se dos serviços de outra biblioteca como podem prestar atendimento, simultaneamente, “tanto a seus usuários locais, *off campus* e remotos, [quanto] às bibliotecas que participam de sistemas de rede” (ibid., p. 48).

Embora Barker (1994 apud MARCHIORI, 1997, p. 117-118) identifique as funções de “arquivo de conhecimento, preservação e manutenção da cultura, [de] disseminação de

conhecimento, [de] compartilhamento de conhecimento, [de] recuperação de informação, [de] educação [e de] interação social”, propomos, porém, a reavaliação destas pelos sistemas de bibliotecas no que permeia não só a biblioteca híbrida, mas também aquela em tempo real.

Após apresentarmos a contextualização histórico-cultural das bibliotecas quanto aos seus modelos de organização da informação e reescalarmos as bibliotecas pelo vetor do acesso (separando-as em bibliotecas *in loco*, em tempo real e híbridas), focaremos, no próximo Capítulo, a estética da informação nas bibliotecas do contemporâneo.

CAPÍTULO III

BIBLIOTECAS NA CIBERCULTURA

A estética da informação no novo panorama planetário

Com o intuito de apresentarmos, de forma crítica, a estética da informação na era do *cyberspace*, focaremos, no primeiro tópico deste Capítulo, a conceituação de informação e a imbricação de duas áreas quanto a este objeto de estudo de modo a reconfirmarmos o estabelecimento do foco desta Dissertação à área de Comunicação. A seguir, nos tópicos subseqüentes, denunciaremos o paradoxo da democratização da acessibilidade às informações no *cyberspace* e discutiremos a estética da informação e a estética da cultura como características próprias do contemporâneo.

3.1 – Imbricação das áreas de Comunicação e de Ciência da Informação do ponto de vista da informação

Por percebermos a necessidade de um maior esclarecimento sobre o entrelaçamento entre as áreas de Comunicação e de Ciência da Informação quanto ao conceito de informação, de modo a ser estabelecida a pertinência deste trabalho à área de Comunicação e não à Ciência da Informação, decidimos apresentar este item no Capítulo.

Partimos das hipóteses de que a imbricação das áreas de Comunicação e de Ciência da Informação ocorre por estudarem, ora de forma interdisciplinar ora interdependente, [1] a informação em rede, a geração e o estudo de seu fluxo, bem como o seu tratamento; [2] a teorização e o gerenciamento da informação no ambiente social, cujos processos comunicacionais são imprescindíveis com pertinência e foco no aspecto cultural; [3] a relação entre a informação e os indivíduos, como agentes sociais e no espaço social; e [4] a informação como direito básico da cidadania, embora deva existir um posicionamento crítico dessa visão utópica.

Promovida pela explosão documental decorrente do processo científico e tecnológico posterior à Segunda Guerra Mundial, a informação (e a cultura, de forma geral, em decorrência da indústria cultural) passa a ter a conotação de mercadoria, além de matéria-prima e de produto (tanto como informação registrada quanto como organizada em sistemas de informação). Esse fator fez com que fossem propostos e assumidos novos redirecionamentos de acessibilidade, de controle, de uso da informação, bem como de

cunho profissional, de modo a requerer técnicas para organização, classificação e recuperação de informações com vistas às necessidades dos usuários.²⁶ Antes associada às bibliotecas e estudada pela biblioteconomia, a informação hoje, conjugada às mediatizações tecnológicas, coloca-se [e é colocada] como necessária à sobrevivência, de modo a participar de todo o contexto social, político, econômico, cultural, acadêmico e profissional de uma sociedade. Levacov (1997a, p. 125) lembra que, com a Revolução Industrial, houve marginalização da agricultura como fonte de renda, trabalho e poder e, com a Revolução da Informação, o capital migra “para a própria informação, sua distribuição e recuperação”, não havendo, entretanto, eliminação do modelo anterior, mas, diríamos, uma forma de convivência marginal.

Quanto à falta de consenso na literatura científica sobre a definição de informação, Capurro, Fleissner e Hofkirchner (1999 apud MATHEUS, 2005, p. 154) nomeia três dificuldades: a univocidade, a analogia e a equivocidade.²⁷ Matheus (loc. cit.) explica tais dificuldades como:

ao mesmo tempo em que não é possível estabelecer um conceito único para informação em todas as áreas do conhecimento, as diferentes disciplinas científicas buscam conceitos compatíveis a fim de permitir a interdisciplinaridade e o diálogo, o que pode levar à perda de qualidade, a analogias inadequadas e a equívocos.

Entretanto, com o intuito de elucidar e contextualizar o aspecto norteador deste trabalho, apresentamos algumas acepções de informação:

- a) “ação de formar, de fazer, fabricação”; “esboço, desenho, plano idéia, concepção”; “formação, forma” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1615);

²⁶ Somente a partir da década de 1970, fundamentalmente, as bibliotecas irão considerar a necessidade de voltar seus serviços aos usuários e não mais, somente, à conservação e à organização de seu acervo (CARDOSO, 1996, p. 74).

²⁷ Fleissner e Hofkirchner nomearam como Trilema de Capurro as dificuldades quanto ao consenso acerca do

- b) “a interface, o evento, entre um estímulo externo (mensagem) e um cognóscio, que tal estímulo ou mensagem altera” (CHRISTOVÃO, BRAGA, 1997, p. 34);
- c) “‘conceito encruzilhada’, que toma corpo e relevância quando visto no entrecruzamento conceitual de muitas questões e perspectivas teóricas” (MORIN, 1984 apud MARTELETO, 1995, p. 7);
- d) “assimilada, interiorizada e processada por um sujeito específico, ela é a base para sua integração no mundo, propiciando ajustes contínuos entre o mundo interior e o mundo exterior” (TÁLAMO, 2004);
- e) “elemento de transformação de estruturas conceituais sociais” (BELKIN; ROBERTSON, 1976 apud MARTINS, E., 2004, p. 92);
- f) “sinônimo de notícia e expressa a ‘idéia de dar forma a alguma coisa’. [...] relativo à representação, criação de idéias ou noção” (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995, p. 5);
- g) “a informação é, pois, a qualidade da realidade material de ser organizada (o que representa, igualmente, a qualidade de conservar êste estado organizado) e sua capacidade de organizar, de classificar em sistema, de criar (o que constitui igualmente sua capacidade de desenvolver a organização)” (ZEMAN, 1970, p. 157);
- h) “a informação, em si mesma, é uma propriedade da matéria e da percepção, agindo para conectar os dois por meio de seu relacionamento com a

variedade e a reflexão” (URSUL (apud BELKIN, 1978) apud PINHEIRO; LOUREIRO, 1995, p. 6);

- i) termo que pode relacionar-se a *coisas*, *processos* e *conhecimento*. Ao relacionar-se a *coisa*, diz respeito a um objeto com conteúdo informativo, dado, documento e conhecimento registrado que pode ser manipulado, armazenado, operacionalizado e recuperado; como *processo*, trata tanto do tornar-se informado quanto do ato de informar, pelo processamento de informações, documentos, dados; e como *conhecimento*, concebido pela percepção do receptor, por referir-se a uma entidade intangível (BUCKLAND, 1991 apud CAPURRO; HJØRLAND, 2003, grifo nosso);
- j) consiste de um ou mais dados (que podem ser matéria ou substância) com forma própria (estruturada de acordo com a sintaxe do sistema escolhido, código ou língua analisado) e significado (cumprindo o significante – semântica – do sistema, código ou língua envolvidos) (FLORIDI, 2005b);
- k) “conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada” (SILVA; RIBEIRO, 2002 apud SILVA, A., 2006)²⁸;
- l) “qualidade de um certo sinal em relação a um certo mecanismo de liberação. O sinal é um fenômeno de baixa energia que atende a certas especificações

²⁸ Informação obtida em material distribuído pelo Prof. Dr. Armando Malheiros da Silva em palestra por ele proferida como aula aberta da disciplina “Informação e Cultura”, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo, em 31 maio de 2006.

de liberação. [Conclui-se que] O sinal é assim uma causa indireta, e o processo do mecanismo de liberação é a causa direta da reação de mais alta energia resultante [do mecanismo de liberação em relação ao sinal]. O mecanismo de liberação é em si, naturalmente, uma entidade emergente, quando ela é vista sob uma perspectiva cosmológica. Esta é precisamente a agenda, para a biogony e a biogênese, a fim de prover teorias que analisem tal emergência. Podemos assim definir mais precisamente mecanismos de liberação [como] sistemas que têm a sua disposição uma reserva de energia potencial, tendo o sistema sido ‘projetado’ para liberar tal energia de uma maneira específica, sempre que disparado por um sinal que preencha as especificações do mecanismo de liberação” (KARPATSCHOFF, 2000 apud CAPURRO; HJØRLAND, 2003; tradução retirada de MATHEUS, 2005, p. 147, colchetes do tradutor);

m) “conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte. [...] É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. Inscrição feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação” (LE COADIC, 2004, p. 4).

Capurro e Hjørland (2003) afirmam que, embora o conceito de informação tenha sua origem ligada à cibernética, na década de 1940, a tendência, a partir da década de 70, é de que este seja re-humanizado, de forma a assumir um contexto cultural – resultado da adoção da concepção do termo à filosofia da ciência e à filosofia analítica. Entretanto, as

reflexões pertinentes à comunicação e à informação, apresentam diferenças específicas. Estas reflexões significam, por um lado, o renascimento de uma dimensão ontológica (pela retomada do ponto de vista humanista dada a origem grega do termo informação), e, por outro, o tratamento da ontologia comunicativa (que traça a perspectiva da informação como comunicação do conhecimento e reconhece que seres vivos e outros tipos de sistemas produzem, estocam, processam e trocam informações). Matheus (2005, p. 146) cita os mesmos autores para afirmar que as variações conceituais para informação advém do fato de ora serem abordadas como coisa ou objeto e ora como conceito subjetivo (que implica interpretação e contexto).

Informação, mesmo sem consenso sobre a sua conceituação, permeia como objeto de estudo, segundo nosso entendimento, várias áreas do conhecimento e em diferentes contextos. Nesse trabalho, entretanto, adotaremos o sentido adotado por Buckland de informação relacionada a coisa (objeto com conteúdo informacional), como processo (o estar informado ou o ato de informar) e como conhecimento (entidade imaterial formada a partir da percepção do receptor).

Esse ponto de vista conceitual permite-nos estabelecer a inter-relação entre as áreas de Comunicação e de Ciência da Informação, salvaguardando as aplicações e pertinências específicas a cada uma. Carregal e Cordeiro (1994, p. 776) afirmam que a Comunicação interessa-se pela “abrangência do processo de relacionamento humano, desde sua simbologia aos canais de transmissão no espaço e no tempo”, enquanto a Ciência da Informação abordaria o “processo de transferência, com todo o fluxo da informação, da geração aos usuários ou receptores” (CARREGAL; CORDEIRO, loc. cit.). Já Pinheiro e Loureiro (1995, p. 15) afirmam que a natureza da aproximação entre a Ciência da Informação e da Comunicação está no fato de que “ambas padecem dos males ou

malefícios da indústria da informação, das novas tecnologias da informação, nos seus campos particulares” e, concluem, ao citarem Muniz Sodré (1972 apud PINHEIRO; LOUREIRO, 1995, p. 15), que isso contribui para que a prática teórica dessas áreas seja frágil e em menor grau do que as práticas industriais. Para Saracevic (1996, p. 53), a relação entre essas áreas ocorre pelas “relações envolvidas entre informação como fenômeno e comunicação como processo” e no fato de que “cada conceito atua de forma complexa sobre o outro”. Em outra passagem, o autor afirma: “pesquisadores que trabalharam tanto em CI como em comunicação entendem que o foco unilateral em informação ou em comunicação, por si mesmo é muito estreito” (loc. cit.). Como conclusão, o autor relaciona as várias dimensões de convergência entre a Ciência da Informação e a Comunicação:

um interesse compartilhado na comunicação humana, juntamente com a crescente compreensão de que a informação como fenômeno e a comunicação como processo devem ser estudadas em conjunto; uma confluência de certas correntes de pesquisa; algumas permutas entre professores; e o potencial de cooperação na área da prática profissional e dos interesses comerciais/empíricos. (Ibid., p. 54).

Neelameghan (1980 apud CARREGAL; CORDEIRO, 1994, p. 763) enfatiza que a Ciência da Informação tem aspecto interdisciplinar, haja vista que os campos teóricos e práticos da área abrangem:

geração, coleta, armazenamento, organização, processamento, disseminação e transferência da informação, em diferentes ambientes de usuários; uso, abuso e impacto da informação sobre indivíduos e comunidades, em diferentes contextos; projeto, desenvolvimento e gerenciamento dos sistemas de informação; análise de aspectos sociais, econômicos, políticos e legais da informação e de seus sistemas; educação e pesquisa sobre a informação.

Concluimos que a pertinência do termo informação à área de Comunicação, se faz presente pelo tratamento desta última [1] como “campo de reflexão teórica para o

pensamento em virtude do formidável desenvolvimento das tecnologias de comunicação verificado no século XX” (RÜDIGER, 2005, p. 15), [2] como “núcleo dos mecanismos de interação social [que] permite às pessoas entrarem em contato, compreenderem-se mutuamente e coordenar suas ações, malgrado o contexto vital de cada indivíduo variar de pessoa para pessoa, de grupo para grupo, de sociedade para sociedade” (PARSONS (apud SAPERAS, 1992) apud RÜDIGER, 2005, p. 63) e [3] como forma generalizada “simbolicamente de comunicação” (PARSONS (apud SAPERAS, 1992) apud RÜDIGER, 2005, p. 63); pela consideração do termo como objeto da área de Ciência da Informação por dedicar-se [1] a signos – representações do conhecimento –, dados, textos e objetos concretos e significativos (informação verbal)²⁹; [2] à discussão crítica sobre “questões pretensamente ‘paradigmáticas’” de forma a considerar relevantes aquelas que discutem “a despersonalização, a fragmentação, a confiabilidade e a racionalização do conhecimento” (WERSIG, 1993 apud KOBASHI; TÁLAMO, 2003, p. 13);³⁰ [3] à investigação das “propriedades e [do] comportamento da informação, [das] forças que governam seu fluxo, e [dos] meios de processá-la para otimizar sua acessibilidade e uso” (BORKO, 1968 apud LIMA, 2003, p. 77; apud PINHEIRO; LOUREIRO, 1995, p. 2); [4] ao estudo dos “mecanismos de representação, codificação e uso racional da informação”; do “impacto da informação no receptor, que por sua vez estaria procurando informações a fim de resolver problemas”; do “conhecimento objetivo, materializado [...] cujo foco é a informação registrada”; da “recuperação da informação”; das “necessidades do usuário [...] em situações problemas [...] e nos modelos mentais”; das “ferramentas e práticas das ciências

²⁹ Informação obtida em palestra proferida pela Prof. Dra. Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo como aula aberta da disciplina “Informação e Cultura”, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo, em 14 jun. 2006.

³⁰ O autor relaciona a despersonalização do conhecimento à “ausência crescente de contatos pessoais” e à “confiabilidade do conhecimento” (ibid., p. 13-14), e, a fragmentação do conhecimento, à derivação “da autonomização das esferas de ação, [...] [pois] a percepção da impossibilidade de aplicar padrões e calcular certos fenômenos promove a busca de novos paradigmas de racionalidade (ibid., p. 14).

sociais e da filosofia, [como a] hermenêutica, [a] análise de discurso, [a] análise de domínio, [as] redes sociais [...]”. (CAPURRO, 1991, 2003 apud MATHEUS, 2005, p. 152-153); e [5] “à significação e à dimensão informacional da vida social” (HJØRLAND, 2002 apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2004, p. 57).

O próximo tópico tem o intuito de desmascarar, baseando-se em variados autores e seus respectivos pontos de vista, o paradoxal discurso ciberufanista proferido em defesa da democratização da acessibilidade às informações no *cyberspace*. Vimos que, este é um dos fatores condicionantes da situação da estética da informação na contemporaneidade.

3.2 – Dromocracia e exclusão: o paradoxo da democratização da acessibilidade às informações no cyberspace

O paradoxo da acessibilidade às informações no *cyberspace* (ou tentativa de transparencialização dos fatos na sociedade) pode ser verificado no discurso político público (sem que aqueles que assim se pronunciam tenham de fato conhecimento de seu papel crítico e social nesse cenário) com a finalidade de promover lugar para todos na sociedade cibercultural. Por entendermos que a política pública e o discurso que a ela se refere são estabelecidos pela estética da informação e da cultura – o que faz com que sejam reconfirmados, pela falta de criticidade necessária, os paradoxos que envolvem a democratização da acessibilidade às ciberinformações – apresentaremos, neste tópico, vários conceitos que envolvem a democracia, a exclusão, a colonização do imaginário, a elitização da cultura e da técnica, a velocidade e a dromocracia.

De acordo com Marcondes e Gomes (2000) as potencialidades da Internet é que “alimentam o mito da modernização tecnológica como capaz de resolver problemas sociais e transformar o mundo”. O “lugar ao sol” já não existia no formato predecessor de sociedade e, desse modo, não seria agora que a democracia poderia ser realizada. Em outras palavras, o contra-senso atual é a divulgação do *cyberspace* como disponível à massa populacional no intuito de promoção social da democracia.

Almeida Júnior (1999, p. 7) destaca que o conceito de democratização da informação no *cyberspace* “parece estar muito próximo daquele utilizado na Grécia

Antiga, em Atenas”. Os defensores desse ponto de vista consideram a rede uma praça pública na qual as pessoas podem se relacionar, mesmo virtualmente; um espaço que, mesmo quando feito a partir do domo, possui características públicas. O que nos interessa é a explanação de Chauí (2002, p. 134), ao afirmar que, na democracia ateniense, “nem todos são cidadãos”. A cidadania existe “apenas para os homens livres adultos naturais de Atenas”. Desse modo, os conceitos de democracia e de cidadão são, também no espaço cibertecnológico, restritos.

De acordo com Rüdiger (2002a, p. 9), vários autores notaram que, na cibercultura, a tecnologia tem a sua formação “não só como força econômica articulada cientificamente [...], mas também como uma espécie de ideologia [...], de imaginário (tecnológico)”. Em outra passagem (ibid., p. 11), o autor afirma que “a consciência cotidiana dos sujeitos à nova era da informática parece estar pouco a pouco se deixando colonizar por esse imaginário”. Entretanto, o capital social, especificamente cibercultural, se põe e, para tal, é exigido acesso privado pleno bem como o domínio das linguagens infotecnológicas, fazendo com que características de guerra (por analogia à morte, segregação e eliminação do ente humano “por desaparecimento simbólico motivado por privação de acesso e por carência de capital democrático cibercultural” – TRIVINHO, 2003a, p. 116) e naturalização do vigiar (invisível, curricular e até cognitivo) e do punir (como exclusão) sejam colocados como processo e regime dentro do sistema cibercultural.

Para Dupas (2006, p. 11), o discurso sobre progresso não faz sentido, haja vista que esse “ato de fé secular, traz também consigo exclusão, concentração de renda e subdesenvolvimento” e completa a linha de raciocínio ao confirmar que existem contradições “entre o conceito de *progresso* [...] e a evolução dos padrões civilizatórios associada à realização cada vez mais plena das potencialidades humanas em direção à

justiça, à equidade e à garantia de um porvir” (ibid., p. 26). Para Virilio (2000b, p. 34), a “cultura técnica é uma necessidade, como foi a cultura crítica. Infelizmente, esta cultura técnica não foi desenvolvida e mantém-se muito elitista. Não há democratização desta cultura técnica”.

Sugerimos, portanto, que façamos outra linha de raciocínio, a de que, talvez, essa idéia de elitização da cultura técnica e propriamente cibercultural tenha relação intrínseca com a forma de se fazer e de se tratar a história (pela elite dominante). Expliquemos melhor: a versão histórica, como a conhecemos, é divulgada de acordo com a visão da elite, da burguesia e dos soberanos. Concordamos, neste ponto, com Vattimo (1991, p. 11): a história não se faz de imagens do passado propostas por pontos de vista supremos, globalizantes, unificantes, que parecem ser relevantes aos olhos de certo ideal de homem, mas de pontos de vistas relevantes. “Aquilo de que fala a história são os factos da gente que conta, dos nobres, dos soberanos, ou da burguesia quando se torna classe de poder; mas os pobres, ou mesmo os aspectos da vida que são considerados ‘baixos’, não ‘fazem história’”. (VATTIMO, loc. cit.). Segundo Lyotard ([s.d.] apud VATTIMO, op. cit., p. 13), os *mass media* devem ser considerados “determinantes para o processo de dissolução dos pontos de vista centrais”, bem como a impossibilidade de a história seguir um curso unitário.

Virilio (2000b, p. 19-20) critica os autores que vêm, da mesma forma que o mito de Saint-Simon quanto à aproximação entre os povos, o fato de que a “informática seria um meio de desenvolver o intercâmbio e a comunicação entre os cidadãos”, comparando essa situação com a de outrora, na qual até mesmo a estrada de ferro fez com que houvesse as classes de velocidade, onde os mais ricos utilizavam o trem expresso enquanto isso era inacessível aos mais pobres. E continua: “há a ilusão de uma velocidade salvadora, a ilusão

de que a aproximação exagerada das populações não vai levar a conflitos mas ao amor, que deve-se amar o seu longínquo como a si mesmo” (ibid., p. 21). Em se tratando de velocidade, Virilio (op. cit., p. 16) a caracteriza como o próprio poder que dita ritmo e controle à sociedade, e, em outra passagem (VIRILIO, op. cit., p. 32), exemplifica que não estamos mais na era da “velocidade dos transportes e da velocidade das transmissões [...] mas aquela da era atômica, isto é, da possibilidade de um fim do mundo decidido pelo homem através de uma guerra total entre o Leste e o Oeste”.

A principal característica presente na cibercultura, específica da pós-modernidade, é a crítica da idéia de unidade, bem como a de coesão e a de massa. “As novas tecnologias da informação são tecnologias do estabelecimento de redes das relações e da informação e, enquanto tais, veiculam muito evidentemente a perspectiva de uma humanidade unida, mas também de uma humanidade reduzida a uma uniformidade.” (VIRILIO, 2000b, p. 12). As características de defesa da alteridade e de crítica da idéia de história unitária, reveladoras do caráter ideológico dessas representações, são totalmente divergentes daquela na qual se prega a existência de direitos iguais.

Trivinho (2002a, p. 259), em posição além da adotada por Virilio, coloca a velocidade como “materializada no próprio aparato produtivo, em sua dinâmica interna, em sua lógica operacional, em suas necessidades de reprodução infinita, de maneira que ela recai, em maior ou menor medida, como violência [...], sobre os ombros de todos os contemporâneos” e conclui que, “*a velocidade é, incomparavelmente, a forma atual mais sutil da violência da técnica*” (loc. cit., grifo do autor). Essa violência da velocidade, como o autor expõe (ibid., p. 260), “abundantemente estetizada por abstrações culturais”, coloca-se, entretanto, como “violência simbólica”, como “violência [...] do aparato produtivo e de suas exigências programáticas e funcionais”, como “violência do dinamismo formal do

aparato cultural-comunicacional e de seus apelos lúdicos sedutores” e como “violência de toda a organização urbana sobre os corpos e o imaginário dos viventes”.

A questão continua: seria possível que as políticas públicas (mais especificamente os seus agentes) promovessem (de fato e de direito) a democratização do acesso às informações e ao conhecimento para o exercício pleno da cidadania? Em suma: o *cyberspace* poderia servir à democracia? Virilio (2000b, p. 33) nos lembra o temor de Norbert Wiener quanto à ameaça de que a cibernética poderia trazer à democracia de modo a provocar “um controle totalitário das populações”. Para Trivinho (2002a, p. 265-266), “essa democracia não é, hoje, senão a forma sintomaticamente protuberante da dromocracia cibercultural”. Segundo o autor (TRIVINHO, 2005b, p. 3), a dromocracia consolida-se pelos princípios de desempenho e de eficácia – conjugados na velocidade que rege cada época. Esse gerenciamento infotécnico da existência, tanto na esfera do labor quanto do domo, tanto no modo de produção quanto no de lazer, recontextualiza, segundo Trivinho (2002a, p. 267) a questão do poder e da riqueza.³¹

Na cibercultura, poder é manter estável ou, melhor, ascendente a dromoaptidão, sob o pressuposto de que todo e qualquer desempenho (sempre produtivo) é sinônimo de conquista, de sucesso. Riqueza é dominar os elementos e novos códigos de base desse tipo de poder dromocrático, em suma, é possuir não tanto recursos materiais em seu modelo “pregresso” (terras, gado, meios de produção, imóveis etc.), mas, antes, fatores simbólicos e concretos próprios de uma cultura técnica credenciada. (TRIVINHO, loc. cit.).

Vimos, entretanto, que uma resposta positiva à questão acima demonstra uma situação um tanto utópica e, de certa forma, inocente, dado à natureza transpolítica³²

³¹ Quanto a essa exposição, cf., neste trabalho, o tópico 1.2 Cibercultura na perspectiva crítica.

³² O termo transpolítica apresenta a conotação do que é feito por todos e por ninguém da mesma forma que para todos e para ninguém, com um objetivo que não se sabe bem a que veio. É de natureza, portanto, pantópica. Segundo Trivinho (2005b, p. 15), transpolítica, para Baudrillard, equivale ao “congelamento estrutural do movimento da história”, no qual ambos combatentes proíbem-se de movimento temendo represálias. É a impotência ou impossibilidade de fazer política. Já para Virilio, segundo o mesmo autor (TRIVINHO, loc. cit.), é a guerra do ponto de vista da velocidade e voltada para ela mesma, com

implicada no processo, na produção social de desigualdade e na segregação pela dromoaptidão, observáveis na era cibercultural, que desqualificam qualquer orientação nesse sentido (o de que o *cyberspace* e a cibercultura estão ou estariam disponíveis a todos), de modo a concordamos com Trivinho (2005b, p. 18) ao afirmar que:

o Estado não se apresenta à altura da missão histórica que, na esteira do iluminismo de que é depositário e do qual é caudatário, lhe caberia cumprir: interromper a cadeia de reprodução social-histórica da violência sociodromocrática cibercultural, mediante a geração de mecanismos macroeconômicos de distribuição socialmente equitativa das senhas infotécnicas de acesso (o que começa com a desconcentração estrutural da riqueza e com a redistribuição da renda nacional) para condicionar o acesso coletivo (mais equilibrado e com menor taxa de excepcionalidades) à sociossemiose plena da interatividade. [...] Nessa (des)medida, a condição dromocrática da existência contém, na essência de seu conteúdo, uma *necessidade compulsória insuperável* de convivência e de jogo com e sob tais injunções de época. (Grifo do autor).

Na atualidade, de acordo com Trivinho (2005b, p. 13), a lógica da desigualdade e o fator impositivo da dromoaptidão propriamente cibercultural³³ requerem disponibilidade financeira para aquisição e uso de objetos infotécnicos de acesso à rede, domínio cognitivo e prático das linguagens tecnológicas e condições de acompanhamento da “*lógica de reciclagem estrutural*” (grifo do autor). Verifica-se, dessa forma, a “*estratificação sociodromocrática flexível*”: no topo encontra-se a “*elite cibercultural dromoapta*”, na parte inferior dessa pirâmide confina-se a “*camada social dromoinapta*” e coexistem, na área que intermedeia estes extremos, “*camadas sociais verticalmente escalonadas de acordo com a potência da dromoaptidão cibercultural* conquistada e periodicamente

invisibilidade civil, feita no político e para além dele. Para Trivinho (2005b, p. 16) “o conceito de transpolítica nomeia [...] a natureza refratária de acontecimentos, processos e tendências sociais que se autolegitimam e se consolidam aquém ou para além do potencial de previsão, administração, gerenciamento ou monitoramento por parte da política e das instituições herdadas do projeto da modernidade”. E sintetiza: “a transpolítica diz respeito a tudo aquilo para o que a política, em seu modelo realizado, com seus recursos institucionais de praxe, não está preparada” (ibid., p. 17).

³³ Trivinho, em outro momento, apresenta a dromoaptidão propriamente cibercultural como “fator cobrado pelo regime dromocrático sustentado na informatização e virtualização da vida social” (TRIVINHO, 2002a, p. 267), e a dromocracia cibercultural como “regime eclipsado na dinâmica tecnológica da democracia

reconfirmada” (ibid., p. 13-14, grifo do autor).³⁴ Novamente os vetores de exclusão e de dromocracia conjugam, segundo Trivinho (2002a, p. 261), o modo de se fazer, ser e estar no mundo.

Marcuse (1998, p. 82) cita que Veblen, em 1922, já afirmava que “o processo da máquina pede um ‘treino consistente na apreensão mecânica das coisas’ e este treino, por sua vez, promove uma ‘programação da vida’, um ‘grau de compreensão treinada e uma estratégia ágil em todas as formas de ajustes quantitativos e adaptações...’”. Veblen (1922 apud MARCUSE, 1998, p. 79) afirma que o conhecimento orientado ao trato da máquina “presume uma certa atitude intelectual ou espiritual da parte do operário, uma atitude que assimile prontamente e preze o factual e se precavenha contra a impregnação deste conhecimento por supostas sutilezas anímicas ou antropomórficas, interpretações quase pessoais dos fenômenos observados e suas inter-relações”.

Não haveria, portanto, uma forma na qual o acesso às informações no meio cibercultural, tão apregoado pelas políticas públicas, seja determinante e atingível. Vimos que existe um discurso no qual se propaga um valor utópico e com resquícios de metarrelatos que ainda se fazem presentes, sem que seja, de fato, identificada uma nova estrutura de poder, de política e de vivência social, propriamente cibercultural. Em suma: não há nenhum processo de identificação das políticas sociais e governamentais com a população e o *modus operandi* em vigor. O que há é, pela influência dos *mass media*, uma grande ilusão de que a democratização possa estar disponível a todos, pregada novamente pela elite e pelos soberanos. Assim, a regra, consubstanciada na sociedade cibercultural,

contemporânea”. (TRIVINHO, 2002a, p. 265).

inabilita a existência de qualquer processo inclusivo.³⁵ A democracia no *cyberspace* está, de alguma forma, somente disponível àqueles que são dromoaptos.

Ressaltamos que, em nossa visão, a política pública e o seu discurso, e as bibliotecas e os serviços por elas prestados se utilizam, reciprocamente, da estética da informação e da cultura como aspectos mantenedores de movimentos acrílicos em prol do bem comum que envolve o *cyberspace*. Desse modo, apresentaremos, no tópico seguinte, as especificidades, com enfoque crítico, da estética da informação.

³⁵ O que, também não teria como, a partir de exposição feita anteriormente, diga-se de passagem, apresentar-se como garantia de uma posição efetiva nessa sociedade dromocrática cibercultural.

3.3 – Crítica da estética da informação

No intuito de discutirmos a estética das bibliotecas em tempo real, é necessário, inicialmente, que se contextualize a estética da cultura na contemporaneidade. A seguir, apresentaremos a organização estética dos textos (verbais, escritos e mediáticos interativos) como fator determinante na experiência perceptual, enquanto negociação entre receptor e a informação, e a estética das bibliotecas em tempo real como afirmadora e reprodutora dos clichês da indústria cultural tecnológica.

Contemporaneamente, a cultura, afetada pelo desenvolvimento de redes e da tecnologia, segundo Trivinho (1992, p. 181), é saturada pela “proliferação de modelos e imagens”. Entenda-se por estética da cultura, segundo o mesmo autor, [1] a “estetização geral dos processos, dos objetos, das pessoas, enfim, de toda a cultura” (ibid., p. 121); [2] o “resultado ulterior da colonização das redes” (ibid., p. 123); [3] a “saturação das redes” (ibid., p. 125); [4] a “estética tecnológica, no sentido mais amplo de um ‘constructo’ somente viabilizado em determinadas condições tecnológicas, por pressuposto, capitalistas” (ibid., p. 128); [5] a “estética pertencente à cultura presente, uma forma de manifestação dessa cultura” (ibid., p. 128); e [6] o “constructo que joga com modelos, com a publicidade, com as imagens artificiais e com a performance” (ibid., p. 128). Como resultado desta estetização da cultura, apresenta-se, segundo o autor (ibid., p. 177), o fim do referente e do real, bem como a espectralização de novas referências que se deslocam diante do olhar e da estrutura psíquica (aspectos já tratados em nosso trabalho em várias passagens).

Com base nas palavras de Trivinho (1992, p. 175) – para quem “é impossível não ver que a estetização geral da cultura consolida a pós-modernidade como cultura do olhar” –, compreendemos a estetização geral da cultura como resultado da proliferação continuada da estética de imagens, de objetos e do comportamento das pessoas. Vemos a estética da cultura contemporânea como aquela marcada pelo tautismo (SFEZ, 2000, p. 13)³⁶, pelas tecnologias do espírito (ibid., passim)³⁷, pela obliteração do real (proveniente do reescalonamento do tempo e do espaço)³⁸, também pelo fim do referente e do real, pela exigência contínua da visão (para que se possa absorver o fluxo imagético que se modifica em alta velocidade com o devir), pela necessidade da (re)confirmação do *status* conferido aos dromoaptos, pela lógica de mercado assumida pela cultura, e outras características específicas do período pós-moderno.

Por estética da informação compreendemos o conjunto de elementos gráficos, textuais e imagéticos que, pelo fluxo de informações mediatizadas, determinam a renegociação entre sujeito e signos e interferem na forma de percepção do mundo. Essa abordagem abarca a estética tanto como forma da organização da informação quanto no sentido de percepção estética. Neste trabalho, o efeito estético da percepção é determinado pelo modo de a informação estar organizada.³⁹

³⁶ Abordagem sobre o tautismo foi feita, em linhas gerais, nesta Dissertação, no Capítulo 1, tópico 1.2 e, em específico, na Nota de rodapé nº 8.

³⁷ Abordagem sobre as tecnologias do espírito foi feita nesta Dissertação, no Capítulo 1, tópico 1.3.

³⁸ Abordagem sobre a obliteração do real foi feita nesta Dissertação, no Capítulo 1, tópico, 1.2, sub-tópico 1.2.1.

³⁹ Discordamos de Jauss (2002a, p. 80) ao afirmar que “é só de modo parcial que a necessidade estética é manipulável, pois [...] mesmo sob as condições da sociedade industrial, não consegue determinar a recepção”. Apesar de o autor afirmar que o consumo não é passivo pois implica aprovação e recusa e, assim, não está sujeito ao “planejamento mercadológico”, a discordância ocorre haja vista que, na contemporaneidade, devido ao domínio da cibercultura, há determinações sutis de recepção, marcadas pela conformidade de comportamentos, pela sensação de naturalidade no uso das tecnologias, pela obliteração do real, pela reorganização do tempo, pelo *apartheid* cibertecnológico, pelo uso das tecnologias do espírito (como demonstrado em momento anterior com as noções de rede, de paradoxo, de simulação e de interatividade) e tantos outros aspectos típicos da estética da pós-modernidade, que, em função das recepções mediáticas, (re)significam a cultura e a psique, de modo a influenciar a formação da identidade.

Para o aprofundamento da matéria, consideremos, em primeiro lugar, a forma de organização da informação em várias épocas. Em geral, para compartilhar descobertas, utiliza-se de textos e de códigos de comunicação. Luiz Silva (2002, p. 1) aponta que, pela necessidade humana de criar e controlar registros, promoveu-se o desenvolvimento de artefatos e técnicas para a referida demanda. Não somente as formas de apresentação de informações – externamente ao corpo – mudam de acordo com a cultura e, conseqüentemente, com a tecnologia da comunicação adotada, mas também o modo de organizá-las e recuperá-las. Conforme diz McGarry (1999, p. 111): “a organização para *uso* define sua função como *recipiente* ou *depósito* para a memória externa da humanidade; mas armazenamento implica *recuperação* e recuperação implica *acesso*, ou a oportunidade de tirar proveito disso na condição de usuário” (grifo do autor).

Segundo McGarry (op. cit., p. 133), nos textos verbais recorre-se ao uso de imagens “para ilustrar seu conteúdo conceitual”, fato que impõe uma “linearidade de intenção que é essencial ao pensamento lógico” (loc. cit.). A escrita, definida por esse autor (ibid., p. 101) essencialmente como “a redução física do som dinâmico ao espaço”, é considerada “uma ferramenta externa, uma reciprocidade entre mão e pensamento” (loc. cit.) e assumida como tecnologia que implica instrumentos para o registro, de forma a “tornar mais analíticos, e lineares, os pensamentos expressados” (loc. cit.). Para o autor (ibid., p. 114), pela preocupação com a “transmissão da cultura em suas formas variadas de aptidões, idéias e valores”, deve-se recorrer à mencionada “memória externa”, que pode se sobrepor apesar de suas formas internas específicas. Entretanto, vale lembrar, os registros externos são produtos culturais que nascem e mudam em razão de necessidades sociais e tecnológicas (ibid., p. 130).

Atualmente, a organização estética da informação passou a abranger diversos formatos em um mesmo “suporte”. Expliquemos de outra forma: antes do advento da tecnologia interativa e do *cyberspace*, a informação tinha a sua organização estética configurada de acordo com as especificidades de seu suporte impresso ou analógico: o livro envolvia escrita e imagens, os discos e as fitas cassetes abrangiam os registros sonoros. Com o uso de computadores e o advento do *cyberspace*, a organização estética da informação e mesmo a cultura deixam de encerrar-se em formas estéticas específicas e apartadas para assumir hibridização inédita de formas por conjugar imagem (fixa e em movimento), texto e som. Essa mudança estética, que ocorre com o devir, também pode ser entendida por estética do desaparecimento. Tal estética é assim denominada por Virilio (2000b, p. 23-24) para configurar a nova estética cultural, definida pela percepção da informação mediada por tecnologias de comunicação em tempo real e pela “persistência cognitiva da visão”, e não pela “persistência de um substrato material – o mármore ou a tela do pintor”. Desse modo, a informação assume a conjugação do referente simbólico, uma vez que se relaciona só aos signos, dado o desaparecimento do referente real.

Essa nova modalidade de organização de informações no ambiente interativo traz outra novidade: a não-linearidade específica ao formato analógico. Nos textos que se utilizam de tecnologia interativa, é possível um novo arranjo que não se prenda à linearidade do texto impresso e sonoro (em formato analógico) e, tampouco, como dito em parágrafo anterior, renda-se a uma única tipicidade sensorial, seja ela visual ou auditiva. Há como se configurar em idêntico documento a imagem (com ou sem movimento), o som e o texto escrito. Esse novo documento denomina-se *texto mediático interativo*.

Em se tratando da configuração de textos mediáticos interativos, Moreira (2003, p. 4) aponta que, na criação de um hipertexto, é possível o estabelecimento de “nós entre

textos diferentes (*links* semânticos) e entre partes de um mesmo texto (*links* referenciais)”, o que diverge do processo de linearidade na criação de um texto verbal ou escrito. Essas conexões garantem ao leitor, segundo Moreira (op. cit., p. 6), “uma obra única, com pontos de acesso e decisões sobre indexação personalizadas e particularíssimas, sem que perca sua originalidade autoral”. Com visão diferente quanto a esse processo de linearidade, embora aqui refira-se ao processo de recepção – e não de criação –, Xavier (2005, p. 175) afirma: “para ser inteligível, o hipertexto [...] precisa apresentar alguma linearidade, pois não pode subverter os níveis de organização das línguas naturais [...] utilizada por uma dada sociedade”. E, em outra passagem, conclui que “todo texto impresso pode ser um hipertexto, mas nem todo hipertexto pode ser um texto impresso” (loc. cit.).

Isto posto, consideremos, agora, a percepção estética e a alteração perceptual decorrente da tipicidade organizacional de informações e textos mediáticos interativos na contemporaneidade.

Para Jauss (2002a, p. 69), a experiência estética não é apresentada, primeiramente, “pela compreensão e interpretação do significado de uma obra” ou pela “reconstrução da intenção de seu autor” (loc. cit.), mas se realiza na “compreensão fruidora e na fruição compreensiva” (loc. cit.). Jauss (op. cit., p. 75) afirma que a legitimidade da experiência estética está na *Poiesis* (como técnica), na *Katharsis* (como comunicação) e na *Aisthesis* (como visão de mundo).⁴⁰

Com os aparatos tecnológicos, houve alteração no modo de relação do usuário com a informação. Quanto a essas mudanças, a maior influência advinda do tempo real procura,

⁴⁰ Jauss (2002b, p. 100-101) define *Poiesis* como “o prazer ante a obra que nós mesmos realizamos”; por *Katharsis* designa “aquele prazer dos afetos provocados pelo discurso ou pela poesia, capaz de conduzir o ouvinte e o espectador tanto à transformação de suas convicções quanto à liberação de sua psique” (ibid., p.

nos dizeres de Virilio (2000b, p. 49), “fazer-nos perder definitivamente o corpo próprio em proveito do amor imoderado pelo corpo virtual, por este espectro que aparece na ‘estranha lucarna’ [lanterna] e no ‘espaço da realidade virtual’”. Isso, ao nosso ver, faz com que, pelo (re)estabelecimento dos conceitos de tempo e de espaço, localmente destituídos, sejam alteradas as relações estéticas entre informação e usuário e entre homem e máquina.

Verifica-se que, no caso de utilizar-se de aparatos analógicos, a forma de interação informacional liga-se aos órgãos sensoriais e à superfície informacional física e que, se dispor de mecanismos interativos, a forma de interação com as informações relaciona-se, principalmente, com o imaginário.⁴¹ Assim, podemos inferir que os aspectos perceptuais, num contexto não-mediado, rendem-se aos órgãos sensorio-motores e, na cibercultura, utilizam-se também da interface. Virilio (1993a, p. 39-40) define interface como:

esta nova “superfície” que anula a separação clássica de posição, de instante ou de objeto, assim como a tradicional divisão do espaço em dimensões físicas, em benefício de uma *configuração instantânea*, ou quase, em que o observador e o observado são bruscamente acoplados, confundidos e ligados por uma linguagem codificada [...]. (Grifo do autor).

E, em outra passagem, Virilio (op. cit., p. 13), apresenta a terminologia superfície-limite para autenticar o que antes se designava por delimitação de espaço físico:

O que até então era a fronteira de uma matéria, o “terminal” de um material, torna-se agora uma via de acesso dissimulada na entidade mais imperceptível. A partir de agora a aparência das superfícies esconde uma transparência secreta, uma espessura sem espessura, um volume sem volume, uma quantidade imperceptível... (loc. cit.).

101-102); e afirma que *Aisthesis* “designa o prazer estético da percepção reconhecadora e do reconhecimento perceptivo, explicado por Aristóteles pela dupla razão do prazer ante o imitado” (ibid., p. 101).

⁴¹ Para Virilio (1993a, p. 9), a superfície da tela deixa de ser espessura para tornar-se “‘distância’, profundidade de campo de uma representação nova, de uma visibilidade sem face a face, na qual desaparece e se apaga a antiga confrontação de ruas e avenidas: o que se apaga aqui é a diferença de posição, com o que isto supõe, com o passar do tempo, em termos de fusão e confusão” (grifo do autor).

Na literatura ensaística específica da cibercultura, essas mudanças oriundas da *interface* denominam-se *interatividade*. Apregoa-se, por vários autores, que, para o acesso à informação no ambiente cibercultural, não há limitação por obstáculo físico ou distância a ser percorrida. Há, quanto a este ponto, aquela confusão e ligação entre *Criador* e *Creatura* de que falava Sfez. Dessa forma, pela naturalização da comunicação interativa, Trivinho (2005b, p. 11) define interatividade como o “procedimento prático-operacional socialmente padrão e protocolar [...], já instaurado como *habitus*”, por ocasião da “dromocratização da existência”. Segundo Sfez (2000, p. 109), com a prática social contemporânea, “há uma tecnicização do *Lebenswelt*”: a comunicação tecnologicizada substitui “os modos de acordo tradicionais, que são a linguagem cotidiana e as culturas subjacentes às quais sua linguagem recorre”. Para Virilio (2000b, p. 48), por considerar que “ser é estar presente aqui e agora” e relacionar-se ao “corpo territorial”, ao “corpo social” e ao “corpo animal ou humano”, essa prática social da “telepresença deslocaliza a posição, a situação do corpo” e promove a negação do “*hit et nunc*”: “aqui já não existe, tudo é agora” (loc. cit.). A referida prática social, segundo (SFEZ, op. cit., p. 315), assemelha-se a:

um universo de ficção científica em que as máquinas falam e onde os homens se comunicam por meio de próteses artificialmente ramificadas em circuitos anônimos [...] em que a devoção pela técnica assume ares de religião, sacraliza os ídolos, *idola*, imagens [...]. (Grifo do autor).

Gostaríamos de, brevemente, focar a percepção estética do texto escrito que, embora não seja o foco específico de nosso trabalho, vemo-la como fundamental. Para McGarry (1999, p. 135), apesar da reconstrução do significado do texto pelo leitor, a palavra do autor tem soberania (por se tratar de um texto intencional), “mesmo que o leitor julgue, com os melhores motivos, que o texto fala de algo totalmente distinto”. Com visão

diferente desse mesmo processo, Eagleton (2003, p. 102) periodiza a história da teoria literária como voltada [1] para o autor, [2] para o texto e [3] para o leitor, e afirma que os textos literários “são processos de significação que só se materializam na prática da leitura”. Desse modo, não somente o autor deve ser vital mas também o leitor. Entendemos, com base neste autor, que, por haver transferência acentuada da atenção para o leitor e não mais unicamente para o autor e o texto, constitui-se, como regra, a ordem não-linear de leitura e apropriação cognitiva dos textos.

A leitura, mediada pela tecnologia, não é só de palavras e pode, para Xavier (2005, p. 175), “viabilizar a absorção de diferentes aportes sígnicos numa mesma superfície de leitura, tais como palavras, ícones animados, efeitos sonoros, diagramas e tabelas tridimensionais”, de modo a receber a designação de pluritextual ou multitemiose. Quanto à modalidade de leitura de textos interativos, Xavier (op. cit., p. 176) afirma que, com o hipertexto⁴², surge uma nova modalidade de leitura, designada como leitura sinestésica: “o acondicionamento das várias formas de textualização das idéias superpostas e intra-relacionadas sobre um mesmo suporte físico”. Nesse caso, Luís Silva (2002, p. 8) afirma que a leitura “passa a ter dinamismo e interatividade, a partir do momento que o leitor participa na redação do texto” proporcionando, assim, o deslocamento do texto “diante do leitor e não o contrário” (ibid., p. 7).

Consideremos, neste ponto, a questão da estética das bibliotecas em tempo real cuja necessidade e funcionamento ocorre por processos afirmadores e reprodutores de clichês da indústria tecnológica informática e, portanto, da estética da informação.

⁴² De acordo com McGarry (1999, p. 133), “*hipertexto* é um termo usado em informática para designar o texto composto de pequenas unidades [...] entre as quais o leitor pode saltar usando ligações (*links*) previamente definidas. Ao contrário de um livro em que as páginas estão em seqüência, o hipertexto permite que qualquer uma de um certo número de páginas venha após a que se está lendo, e na ordem desejada.” (MCGARRY, loc. cit., grifo do autor). Já Xavier (2005, p. 171) define hipertexto como: “uma forma híbrida,

A biblioteca, enquanto instituição, ressurgue ciclicamente, com novas designações, com invariantes, com nova roupagem, de modo que a organização, a aparência e o uso da informação, o tratamento aos usuários, a divulgação da acessibilidade, a aparente “interatividade” e o conteúdo variam minimamente, ou quase nada. Alguns detalhes envolvidos nesse processo podem se tornar nefastos porque os clichês da indústria tecnológica assim o colocam. Tais detalhes, ao serem ignorados, possibilitam a implantação e a divulgação das bibliotecas de uma forma arbitrária. Tais bibliotecas parecem se tornar obrigatórias, como se fossem necessidade de um público específico ou da sociedade cibercultural. Há uma espécie de modismo que diz ser necessário implantá-las. Um modismo que não envolve a criticidade no que se refere a esta implantação, nem leva em conta sua real necessidade ou a especificidade de um público a que ela se dirija. A razão de ser dessas bibliotecas é confirmada por mera repetição da necessidade que lhes é conferida, de modo a preocuparem-se mais com o efeito, com a performance e com o detalhe técnico da pesquisa do que, efetivamente, com a obra, com as especificações e com o entrosamento com o usuário. Os gestos são mecanizados tal qual o atendimento em um mercado. O logro das bibliotecas em tempo real não se faz, desse modo, no acesso, mas na impessoalidade e na massificação semelhante aos serviços oferecidos por indústrias sem rosto. É isso que deve ser questionado e criticado. Sabe-se tudo ou quase tudo acerca do sistema infotécnico, e nada, ou quase nada, acerca das preferências pessoais do seu público e das especificidades da obra e do autor. Deixemos claro: este ponto de vista em nada contradiz o fato de essas bibliotecas se firmarem dadas as características específicas da cibercultura. Pelo contrário, reafirmam-se com e pelos arranjos sociais que a envolvem.

A organização estética das bibliotecas é delineada de acordo com o seu processo de atendimento aos seus usuários. O processo de busca, nas bibliotecas *in loco*, é linear e alfabético, uma vez que a organização dos catálogos em fichas impressas, seja letra por letra, seja palavra por palavra. Entretanto, em virtude do uso de bancos de dados para a organização de informações, as bibliotecas em tempo real dispõem de recuperação não-linear, caótica e aleatória para o mesmo processo de busca, com a oportunidade de se utilizar de operadores booleanos (ou representações destes imageticamente), de forma que podem ser abolidas – se assim for a preferência do usuário – as pesquisas que percorrem índices de autor, de título e de assuntos (estes, por sua vez, pré-determinados pelos gerenciadores de informações). Vimos, entretanto, que essa deslinearização é uma forma de recepção e não regra.

A utilização das bibliotecas em tempo real, pelos ciberaculturados e dromoaptos, poderia ser designada como *self-service*, quanto à exploração dos ícones e signos disponíveis na tela; porém, convém lembrar, o “cardápio” já está pré-determinado.⁴³ Pode haver, no caso de pesquisa a critério do usuário, fatores como superabundância ou asfixia por excesso de informações, resultantes do desconhecimento dos critérios burocrático-organizativos que regem estas instituições.⁴⁴

Quanto à organização estética das informações nas bibliotecas em tempo real pode-se dizer que ela obedece a clichês da indústria da tecnologia informática, isto é, há falsa interatividade, previsão de comportamentos conformes e massificação no estabelecimento das necessidades dos usuários – propalados com idealismo acrítico pelas instituições

⁴³ Quanto à terminologia *self-service*, adotamos o sentido utilizado por Xavier (2005, p. 174) ao se referir à leitura demandada pelo hipertexto.

⁴⁴ Relembremo-nos, *en passant*, da dificuldade em não se “afogar” (termo adotado por BASNAGE, 1994 apud BURKE, 2002, p. 175) em meio aos livros no período imediatamente posterior ao advento da imprensa de tipos móveis, fato expressado neste trabalho, no Capítulo 2, tópico 2.1, sub-tópico 2.1.1.

mantenedoras e desenvolvedoras de *softwares* gerenciadores destas bibliotecas. Esse posicionamento, especificamente, baseia-se na verificação de que, em geral, várias bibliotecas, com o intuito de serem consagradas como bibliotecas híbridas – ao disporem de bibliotecas em tempo real no ambiente *in loco* –, ao disponibilizarem informações na *web*, evocam o sentido conferido por Adorno e Horkheimer (1985, p. 120) ao referirem-se à indústria cultural:

A compulsão permanente a produzir novos efeitos (que, no entanto, permanecem ligados ao velho esquema) serve apenas para aumentar, como uma regra suplementar, o poder da tradição ao qual pretende escapar cada efeito particular. Tudo o que vem a público está tão profundamente marcado que nada pode surgir sem exibir de antemão os traços do jargão e sem se credenciar à aprovação ao primeiro olhar.

Em outra passagem os autores (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 127) afirmam que “é com razão que o interesse de inúmeros consumidores se prende à técnica, não aos conteúdos teimosamente repetidos, ociosos e já em parte abandonados”.

Completa-se, assim, o argumento, delineado criticamente, que perfaz a categoria da estética perceptual como estritamente dependente e coadjuvante da organização estética e imagética da cultura pós-moderna e que, por sua vez, pode ser observada na organização estética da biblioteca em tempo real, resultante de clichês da indústria da tecnologia informática.

CONCLUSÃO

No decorrer do trabalho houve preocupação constante em formar o constructo epistemológico para o entendimento das modificações das necessidades informacionais na contemporaneidade, como parte de um processo social decorrente da ciberaculturação.

O delineamento histórico, sociocultural e tecnológico da cibercultura e da pós-modernidade fizeram-se primordiais para a compreensão e contextualização dos diferentes modelos de organização da informação (justificados pela necessidade de seu registro para uso posterior). Tais modelos surgem em decorrência das diversas tecnologias desenvolvidas, adotadas, aprimoradas, substituídas e que, vez por outra, são conviviais e acopladas com tratamento e objetivo voltados, primeiramente, à organização da informação e ao *locus* biblioteca em si, e, *a posteriori*, centrados no usuário e no acesso, sem desvincularem-se, entretanto, do suporte, da instalação física e da tecnologia utilizada para o seu registro e processamento.

Em virtude da preocupação e cuidado com uma proposta que satisfizesse [1] os aspectos de cunho descritivo, porém, reflexivo, [2] a reconfiguração do tempo ordinário e do espaço pelo tempo real e a [3] a sociedade cibercultural tipicamente dromocrática, procurou-se reescalonar as bibliotecas quanto à forma de acesso, a situação do corpo neste momento e a unidade documentária que se acessa, examinando-as, desse modo, como bibliotecas *in loco*, bibliotecas em tempo real e bibliotecas híbridas.

Por considerar-se a informação como matéria imprescindível neste trabalho reportou-se ao paradoxo da democratização da acessibilidade às informações no *cyberspace* e a sua nova estética neste panorama que se nos apresenta, em prol da explanação e da compreensão da democracia e exclusão, haja vista o tema ser de pertencimento às áreas de Comunicação e de Ciência da Informação, pela perspectiva de estudos ora interdisciplinares e interdependentes e ora transdisciplinares e co-dependentes.

As hipóteses de [1] o surgimento da biblioteca em tempo real não apresentar correlação com a biblioteca *in loco* e de [2] o desenvolvimento da primeira decorrer do da segunda não vieram a se confirmar na pesquisa. Entretanto, pela reflexão possível pela análise da bibliografia utilizada, concluiu-se pela veracidade da terceira hipótese levantada: *as bibliotecas em tempo real se põem como necessárias na contemporaneidade dada a tipicidade característica da cultura democrática.*

A pós-modernidade, caracterizada pelo “momento da civilização em que Deus foi levado a desaparecer, a sociedade foi despedaçada, os princípios questionados” (SFEZ, 2000, p. 255), coloca em crise o sistema vocacionado à linearidade da biblioteca *in loco*. Entendemos que essa crise ocorre pelo fato de lhe serem apresentadas responsabilidades com as quais essa biblioteca não tem condições de lidar, dada a natureza transpólitica, cibercultural e democrática e por ocasião dos efeitos da estética da informação na cibercultura. Esta biblioteca, assumida como sinônimo de presencial, tradicional, palpável, física, atômica, *off-line*, corporal, convencional, concreta, em função da localização do corpo em uma instalação física definida, e com coleção e catálogo inscritos em material atômico, atende, na sociedade marcada pelo domínio dos processos comunicacionais infotecnologizados, uma necessidade específica: fornecer acesso informacional à camada social democrática.

Em virtude do processo de informatização, de virtualização e de instantaneidade da vida social pelo regime dromocrático, à elite cibercultural dromoapta cabe desfrutar da biblioteca em tempo real, uma vez que à ela estão disponíveis a velocidade absoluta, a cultura técnica e o domínio das senhas infotecnológicas de acesso.⁴⁵ Deduz-se, assim, que a biblioteca voltada para a informação em *bits*, diversificadamente nomeada como digital, eletrônica, virtual, hipermediática, *online*, imaterial, binária, global, multimídia, metabiblioteca, transbiblioteca, é resultado da sociedade infotecnologizada na qual está inserida e da qual é partícipe.

Pretendemos, em outro momento, o estudo, a análise e a compreensão [1] das atividades sociais nas bibliotecas em tempo real, por considerarmos que, na cibercultura, o indivíduo continua só e que a argumentação sobre a interação na cultura informática é falaciosa; [2] da possibilidade da existência da percepção quali-quantitativa em estado sedentário, sob o vetor da velocidade, ao utilizar-se das bibliotecas em tempo real; [3] da possibilidade de haver a ocorrência da cultura através do sígnico, de forma a prescindir da linguagem escrita; e [4] da exequibilidade de se estudar a comunicação nas bibliotecas sob a ótica de que esta gera informação sobre si e de si mas somente para si mesma.

⁴⁵ Veja-se o Capítulo 3, tópico 3.2 deste trabalho.

REFERÊNCIAS

1 – Obras citadas

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALENCAR, A. F. Bibliotecas digitais: uma nova aproximação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 14, n. 1, p. 1-13, 2004. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/issue/view/10>>. Acesso em: 28 jul. 2006.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. **Agorá informacional**. São Paulo: APB, 1999. (Ensaio APB, 67).

AMARAL, S. A. A. Gestão dos serviços de informação digital. In: CICLO DE PALESTRAS: SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO LEGISLATIVO, 2004, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: Information Resource Center, 2004. Disponível em: <<http://irc.embaixadaamericana.org.br/download/Sueli.ppt>>. Acesso em: 08 out. 2004. _____ . **Marketing**: abordagem em unidades de informação. Brasília: Thesaurus, 1998.

AMARAL, S. A. A.; GUIMARÃES, T. P. Sites das bibliotecas universitárias brasileiras: estudo das funções desempenhadas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12., 2000, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: SNBU, 2000. p. 1-15.

ANDERSON, P. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

AQUINO, M. A. Metamorfoses da cultura: do impresso ao digital, criando novos formatos e papéis em ambientes de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 7-14, maio/ago. 2004.

ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à filosofia. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1993.

ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.

ARTEAGA-FERNANDÉZ, F. Las nuevas tecnologías en la comunicación de la información. **UMSA**: Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información, Bolívia, 23 jun. 2003. Disponível em: <<http://bvumsa.umsanet.edu.bo/revistas/bibliotecologia/numero2/articulos/nuevtecnol.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2004.

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Ed. 70, 1981.

_____. **Senhas**. Rio de Janeiro: Difel, 2001.

BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1977.

BORGES, K. S.; OLIVEIRA, J. B.; POHLMAN FILHO, O. Ensino a distância, bibliotecas digitais e direitos autorais. In: WORKSHOP DE INFORMÁTICA NA ESCOLA, 5., 1999, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Computação, 1999. p. 1-12. Disponível em: <<http://www.bibdigital.pucrs.br/bibdigital/acervo/artbibdigwie99.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2004.

BURKE, P. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 44, p. 173-185, 2002.

CABRERA FACUNDO, A. M.; COUTÍN DOMÍNGUEZ, A. **Las bibliotecas digitales**. Parte I: Consideraciones teóricas. ACIMED, v. 13, n. 2, p. 1-27, 2005a. Disponível em: <http://bvs.sld.cu/revistas/aci/vol13_2_05/aci04204.htm> Acessado em: 03 maio 2006.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. **The concept of information**. Disponível em: <<http://www.asis.org/Publications/ARIST/vol37.htm>> Acesso em: 21 maio 2006. A versão online não é idêntica à versão impressa publicada originalmente em *Annual Review of Information Science*, v. 37, p. 343-411, 2003.

CARDOSO, A. M. P. Pós-modernismo e informação: conceitos complementares? **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 63-79, jan./jul. 1996.

CARREGAL, L. T. L.; CORDEIRO, R. I. N. Transferência de informação nos setores populares urbanos. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 2., 1994, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ABMG, 1994. p. 761-780.

CHAUÍ, M. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. 2. ed. rev. ampl. atual. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHRISTOVÃO, H. T.; BRAGA, G. M. Ciência da informação e sociologia do conhecimento científico: a intertematicidade plural (sobre “A ciência e seus público”, de Léa Velho: um ponto de vista da Ciência da Informação). **Transinformação**, Campinas, v. 9, n. 3, p. 33-45, set./dez. 1997.

CONNOR, S. **Cultura pós-moderna**: introdução às teorias do contemporâneo. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

CÔRTE, A. R. **A biblioteconomia frente às inovações tecnológicas**. São Paulo: APB, 2000. (Ensaio APB, 85).

COSTA, B. C. G. da. **Estética da violência**: jornalismo e produção de sentidos. Piracicaba: UNIMEP, 2002.

CUNHA, M. B. **Biblioteca digital**: aspectos econômicos. 1999a. Disponível em: <<http://www.ime.usp.Br/~cesar/simposio99/murilo/sld001.htm>>. Acesso em: 14/10/2006.

_____. Biblioteca digital: bibliografia internacional anotada. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 195-213, maio/ago. 1997.

_____. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 71-89, jan./abr. 2000.

_____. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 257-268, set./dez. 1999b.

DERTOUZOS, M. L. **O que será**: como o novo mundo da informação transformará nossas vidas. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DRABENSTOTT, K. M.; BURMAN, C. M. Revisão analítica da biblioteca do futuro. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 180-194, maio/ago. 1997.

DUPAS, G. **O mito do progresso**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

EAGLETON, T. **Teoria da literatura**: uma introdução. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FLORIDI, L. **Por una filosofía de la información**. [2005a?]. p. 1-12. Disponível em: <<http://www.wolfson.ox.ac.uk/~floridi/pdf/pufdli.pdf>> Acesso em: 21 maio 2006.

_____. Semantic conceptions of information. In: **STANFORD Encyclopedia of Philosophy**. 2005b. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/information-semantic>> Acesso em: 21 maio 2006.

FRANCELIN, M. M. Configuração epistemológica da ciência da informação no Brasil em uma perspectiva pós-moderna: análise de periódicos da área. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 49-66, maio/ago. 2004.

GARCEZ, E. M. S.; RADOS, G. J. V. Biblioteca híbrida: um novo enfoque no suporte à educação a distância. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 44-51, maio/ago. 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 55-67, jan./abril 2004.

GUSMÃO, A. O. M. **Avaliação da qualidade e determinantes de desempenho do Aleph500 em bibliotecas universitárias brasileiras**. João Pessoa, 2001. Dissertação, Universidade Federal da Paraíba, 2001.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**: doze lições. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HEEMANN, V. Mudança de hábito: impacto das novas tecnologias na qualificação do profissional bibliotecário e no usuário final. In: SEMINÁRIO SOBRE AUTOMAÇÃO EM BIBLIOTECAS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO, 5., 1994, São José dos Campos. **Anais...** São José dos Campos: UNIVAP, 1994. p. 172-176.

- HORKHEIMER, M. **Eclípe da razão**. São Paulo: Centauro, 2000.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JAMESON, F. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2000.
- JAUSS, H. R. A estética da recepção: colocações gerais. In: LIMA, L. C. **A literatura e o leitor**: textos de estética da recepção. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002a. p. 67-84.
- _____. O prazer estético e as experiências fundamentais da *poiesis*, *aisthesis* e *katharsis*. In: LIMA, L. C. **A literatura e o leitor**: textos de estética da recepção. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002b. p. 85-103.
- KOBASHI, N. Y.; TÁLAMO, M. F. G. M. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. esp., p. 7-21, set./dez., 2003.
- KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LANCASTER, F. W. Ameaça ou oportunidade?: o futuro dos servidores de biblioteca à luz das inovações tecnológicas. **Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 7-27, jan./jun. 1994.
- LE COADIC, Y.-F. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.
- LEVACOV, M. Bibliotecas virtuais: (r) evolução? **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 125-135, maio/ago. 1997a.
- LIGHTMAN, A. **Sonhos de Einstein**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LIMA, G. A. B. Interfaces entre a ciência da informação e a ciência cognitiva. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 77-87, jan./abr., 2003.
- LÓPEZ-QUINTAS, A. **Estética**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- LUCAS, C. R. O conceito de biblioteca nas bibliotecas digitais. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 1-11, 2004. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/issue/view/9>>. Acesso em: 28 jul. 2006.
- LYON, D. **Pós-modernidade**. São Paulo: Paulus, 1998.
- LYOTARD, J.-F. **A condição pós-moderna**. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- MARCHIORI, P. Z. “Ciberteca” ou biblioteca virtual: uma perspectiva de gerenciamento de recursos de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 115-124, maio/ago. 1997.

MARCONDES, C. H.; GOMES, S. L. R. O impacto da Internet nas bibliotecas brasileiras. **Revista do Terceiro Setor**, v. 2, n. 92, 3 a 7 jul. 2000. Disponível em: <http://www.rits.org.br/rets/edicoes_a/ed040700_2/re_editorial.cfm>. Acesso em: 01 maio 2001.

MARCONDES FILHO, C. **Jornalismo fin-de-siècle**. São Paulo: Página Aberta, 1993.

MARCUSE, H. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

MARTELETO, R. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 1-8, 1995. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline/include/getdoc.php?id=935&article=580&mode=pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2006.

MARTINS, E. V. O contexto político e o discurso da ciência da informação no Brasil: uma análise a partir do IBICT. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 91-100, jan./abr., 2004.

MARTINS, R. D. Perspectiva para uma biblioteca no futuro: utopia ou realidade. **Revista Informativa On-line**, p. 1-15, 17 set. 2003. Disponível em: <<http://biblioteca.estacio.br/artigos/005.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2005.

MATHEUS, R. F. Rafael Capurro e a filosofia da informação: abordagens, conceitos e metodologias de pesquisa para a Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 140-165, jul./dez., 2005.

MCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MOREIRA, W. Produção e leitura de hiperdocumentos: novos modos de interação leitor-texto. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 13, n. 1, p. 1-15, 2003. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/viewFile/118/113>>. Acesso em: 28 jul. 2006.

MORIGI, V. J.; PAVAN, C. Tecnologias de informação e comunicação: novas sociabilidades nas bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 117-125, jan./abril 2004.

OHIRA, M. L. B.; PRADO, N. S. Bibliotecas virtuais e digitais: análise de artigos de periódicos brasileiros (1995-2000). **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 61-74, jan./abr. 2002.

OLIVEIRA, A. C. S. Informação digital no contexto universitário: proposta de criação da Biblioteca Digital da Universidade Potiguar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12., 2002, Recife. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/oralpdf/5.a.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2006. p. 1-10.

PARENTE, A. **O virtual e o hipertextual**. Rio de Janeiro: Pazulin, 1999.

- PEREIRA, M. N. F. Bibliotecas virtuais: realidade, possibilidade ou alvo de sonho. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 1-15, jan./abr. 1995. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline/include/getdoc.php?id=937&article=583&mode=pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2006.
- PINHEIRO, L. V. R.; LOUREIRO, J. M. M. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 1-19, 1995. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline/include/getdoc.php?id=931&article=576&mode=pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2006.
- PROCÓPIO, E. **Construindo uma biblioteca digital**. São Paulo: Edições Inteligentes, 2005.
- PUCCI, B. Apresentação. In: PUCCI, B.; LASTÓRIA, L. A. C. N.; COSTA, B. C. G. **Tecnologia, cultura e formação... ainda Auschwitz**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 7-18.
- ROWLEY, J. **A biblioteca eletrônica**. Brasília: Briquet de Lemos, 2002.
- RÜDIGER, F. **Elementos para a crítica da cibercultura**: sujeito, objeto e interação na era das novas tecnologias de comunicação. São Paulo: Hacker, 2002a.
_____. **Introdução à teoria da comunicação**: problemas, correntes e autores. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDICON, 2005.
- SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.
- SFEZ, L. **A saúde perfeita**: crítica de uma nova utopia. São Paulo: Unimarco: Loyola, 1996.
_____. **Crítica da comunicação**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- SILVA, A. M. M. **Informação e cultura**. Material distribuído pelo autor em palestra proferida como aula aberta da disciplina Informação e Cultura do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo em 31 maio 2006. p. 1-36.
- SILVA, L. O. M. O livro eletrônico: mudando paradigmas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12., 2002, Recife. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/oralpdf/78.a.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2006. p. 1-14.
- TÁLAMO, M. F. G. A pesquisa: recepção da informação e produção do conhecimento. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, v. 5, n. 2, abr. 2004. Disponível em: <http://dgzero.org/abr04/Art_01.htm>. Acesso em: 14 out. 2006.
_____. **Informação e cultura**. Palestra proferida como aula aberta da disciplina Informação e Cultura do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo em 14 jun. 2006.

TENNANT, R. **Digital v. electronic v. virtual libraries**. Última atualização em 1999. Disponível em: <<http://sunsite.berkeley.edu/mydefinitions.html>>. Acesso em: 02 out. 2003.

TRIVINHO, E. Cibercultura, sociossemiose e morte: sobrevivência em tempos de terror dromocrático. **Revista Fronteiras: Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 5, n. 2, p. 97-123, dez. 2003a.

_____. **Cyberspace**: crítica da nova comunicação. São Paulo, 1999a. Tese, Universidade de São Paulo, 1999.

_____. **Dromocracia, cibercultura e transpolítica**: contextualização sociodromológica da violência invisível da técnica e da civilização mediática avançada. São Paulo, 2005b. Cópia reprográfica. 21 p.

_____. **Estética da cultura, comunicação e pós-modernidade**. São Paulo, 1992. Dissertação, Universidade de São Paulo, 1992.

_____. Velocidade e violência: dromocracia como regime transpolítico da cibercultura. In: PORTO, S. D. (Org.). **A incompreensão das diferenças**: 11 de setembro em Nova York. Brasília: IESB, 2002a. p. 257-272. (Comunicação).

VATTIMO, G. **A sociedade transparente**. Lisboa: Ed. 70, 1991. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 17).

_____. **O fim da modernidade**: niilismo e hermenêutico na cultura pós-moderna. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VERGER, J. Os livros na Idade Média. In: _____. **Homens e saber na Idade Média**. Bauru: EDUSC, 1999. Disponível em: <<http://www.escriitoriodolivro.org.br/historias/idademedia.html>> Acesso em: 05 maio 2006.

VIRILIO, P. **A inércia polar**. Lisboa: Dom Quixote, 1993b.

_____. **Cibermundo**: a política do pior. Lisboa, Teorema, 2000b.

_____. **O espaço crítico**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993a.

WEIL, P. A normose informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 61-70, maio/ago. 2000.

XAVIER, A. C. Leitura, texto e hipertexto. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção de sentido. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 170-192.

ZANG, N. et al. Biblioteca virtual: conceitos, metodologia e implantação. **Revista de Pesquisa e Pós-Graduação**, Erechim, n. 1, p. 217-236, 2000.

ZEMAN, J. Significado filosófico da noção de informação. In: COLÓQUIOS FILOSÓFICOS INTERNACIONAIS DE ROYAMONT. **O conceito de informação na ciência contemporânea**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. p. 154-179.

2 – Obras consultadas

ARAÚJO, E. A. Por uma ciência formativa e indiciária: proposta epistemológica para a Ciência da Informação. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. esp., p. 1-14, jan./jun. 2006.

ARAÚJO, V. M. R. H.; FREIRE, I. M. A rede Internet como canal de comunicação, na perspectiva da Ciência da Informação. **Transinformação**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 45-55, maio/ago. 1996.

AUGÉ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994. (Travessia do Século).

BADIOU, A. **Para uma nova teoria do sujeito**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BARBOSA FILHO, A.; CASTRO, C.; TAKASHI, T. (Org.). **Mídias digitais**: convergência tecnológica e inclusão digital. São Paulo: Paulinas, 2005.

BARRETO, A. A. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 3-8, 1994.

_____. As palavras voam, a escrita permanece: a aventura do hipertexto.

DataGramZero: Revista de Ciência da Informação, Brasília, v. 5, n. 5, out. 2004.

Disponível em: <http://dgz.org.br/out04/Art_01.htm>. Acesso em: 28 out. 2004.

_____. As tecnoutopias do saber: redes interligando o conhecimento. **DataGramZero**, v. 6, n. 6, dez. 2005. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez05/F_I_art.htm> Acesso em: 30 maio 2006.

_____. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 122-126, maio/ago. 1998.

_____. O tempo e o espaço da ciência da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 17-24, jan./jun. 2002.

_____. Perspectivas da Ciência da Informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 21, n. 2, p. 155-166, jul./dez. 1997.

BAUDRILLARD, J. **A transparência do mal**: ensaios sobre os fenômenos extremos. São Paulo: Papirus, 1990.

_____. **A troca simbólica e a morte**. São Paulo: Loyola, 1996a.

_____. **As estratégias fatais**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996b.

_____. **Da sedução**. Campinas: Papirus, 2002.

BATAILLE, G. **A parte maldita**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

BAUMAN, Z. **Globalização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BLATTMANN, U.; ALVES, M. B. M. Organizações virtuais da informação. **Biblos**, Rio Grande, v. 11, p. 119-131, 1999.

BLATTMANN, U.; BELLI, M. J. **As bibliotecas na educação a distância: revisão de literatura**. In: CIBERÉTICA: Simpósio Internacional de Propriedade Intelectual, Informação e Ética, 1998, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/~ursula/papers/ciberead.html>>. Acesso em: 13 fev. 2000.

BLATTMANN, U.; FACHIN, G. R. B.; RADOS, G. J. V. Bibliotecário na posição do arquiteto da informação em ambiente web. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12., 2000, Recife. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/~ursula/papers/arquinfo.html>>. Acesso em: 01 maio 2001.

BLATTMANN, U.; FAQUETI, M. F. Espaços de leituras nas instituições educacionais: reflexões sobre o leitor real e virtual. **Revista Digital em Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 57-70, 2004.

BLATTMANN, U.; FRAGOSO, G. M. (Org.). **O zapear a informação em bibliotecas e na Internet**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BOYLE, J. **The second enclosure movement and the construction of the public domain**. 2003. Disponível em: <<http://www.law.duke.edu/pd/papers/boyle.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2005, 15:30.

BRETON, P. **A utopia da comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. (Epistemologia e Sociedade, 11).

BRONCANO, F. (Ed.). **Nuevas meditaciones sobre la técnica**. Madrid: Trotta, 1995. (Estructuras y Procesos – Serie Filosofía).

BUCKLAND, M. **Redesigning library services: a manifesto**. Disponível em: <<http://sunsite.berkeley.edu/Literature/Library/Redesigning/html.html>>. Acesso em: 17 jun. 2003.

CABRERA FACUNDO, A. M.; COUTÍN DOMÍNGUEZ, A. **Las bibliotecas digitales**. Parte II: Componentes. **ACIMED**, v. 13, n. 3, 2005b. Disponível em: <http://bvs.sld.cu/revistas/aci/vol13_3_05/aci05305.htm> Acessado em: 03 maio 2006.

CALDAS, S. Biblioteca virtual para acompanhar o pique das reformas. **Revista Anamatra**, v. 11, n. 36, p. 25-26, maio 1999.

CAPURRO, R. **Epistemologia e Ciência da Informação**. Disponível em: <http://www.capurro.de/enancib_p.htm> Acesso em: 30 maio 2006. Apresentado originalmente no ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte.

CARVALHO, I. C. L. **A socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias**. Niterói: Intertexto e Interciência, 2004.

CARVALHO, K. Imprensa e informação no Brasil, século XIX. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, 434-437, 1996. Disponível também em: <<http://www.ibict.br/cionline/viewissue.php?id=30#Artigos>>. Acesso em: 28 jul. 2006.

CASTELLS, M. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CHASTINET, Y. et al. **Como surgiram as bibliotecas virtuais do Prossiga**. Rio de Janeiro: CNPq, 1999. Disponível em: <http://www.lig_sr1.nuca.ie.ufrj.br/historicobvs.2.htm>. Acesso em: 07 dez. 2004.

CHATAIGNIER, M. C.; SILVA, M. P. Biblioteca digital: a experiência do Impa. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 7-12, set./dez. 2001.

COOL, C. The concept of situation in information science. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 35, p. 5-42, 2001.

CORNELIUS, I. Theorizing information for Information Science. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 36, p. 393-425, 2002.

CUNHA, M. B. A era da referência virtual. In: CICLO DE PALESTRAS: SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO LEGISLATIVO, 2004, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: Information Resource Center, 2004. Disponível em: <<http://irc.embaixadaamericana.org.br/download/Murilo.ppt>>. Acesso em: 08 out. 2004. _____ . As tecnologias de informação e a integração das bibliotecas brasileiras. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 2, p. 182-189, maio/ago. 1994.

CUNHA, M. B.; ARELLANO, M. A. M. Metodologias para o ensino de bibliotecas digitais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS, 2., 2004, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas: UNICAMP, 2004. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?view=8298>>. Acesso em: 20 maio 2005.

CUNHA, M. B.; MCCARTHY, C. Digital library development in Brazil. **OCLC Systems & Services**, Dublin, v. 19, n. 3, p. 114-119, 2003.

CUNHA FILHO, P. C. A comunicação vigiada: nota sobre a suspeição na cibercultura. **Contemporânea**: Revista de Comunicação e Cultura, Salvador, v. 1, n. 2, p. 9-28, 2004a. _____ . Comunicação no ciberespaço: redefinindo a relação centro-periferia. **Boletín Temático Comunicación y Salud Alaic**, São Paulo, v. 4, n. 16, p. 1-10, 2004b. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/alaic/boletin16/Texto%20-%20paulo%20cunha.htm>>. Acesso em: 02 Dez. 2005.

CUNHA FILHO, P. C. (Org.). **Identidade(s)**. Recife: Editora Universitária, 1999.

CUNHA FILHO, P. C.; GALINDO, M.; NEVES, A. **Onde as ruas não têm nomes**: um olhar sobre o ciberespaço. Recife: Editora Universitária, 1997.

CUNHA FILHO, P. C.; LEMOS, A. (Org.). **Olhares sobre a cibercultura**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2003.

CUNHA FILHO, P. C.; PINTO, R. C. Modelos de cidadania digital: hipermídia e democracia na sociedade da informação. **Ícone**, Recife, v. 3, n. 4, p. 43-61, 1999.

DERY, M. **Flame wars**: the discourse of cyberculture. EUA: Duke University Press, 1997. _____ . **Velocidad de escape**: la cibercultura en el final del siglo. Madrid: Siruela, 1998.

- DREIFUSS, R. A. **A época das perplexidades**: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. **Transformações**: matrizes do século XXI. Petrópolis: Vozes, 2004.
- DUMANS, M. L. F. Internet: novas perspectivas para a biblioteca no ciberespaço. **Transinformação**, Campinas, v. 5, n. 1-3, p. 72-79, jan./dez. 1993.
- DUPAS, G. **Ética e poder na sociedade da informação**: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. São Paulo: UNESP, 2000.
- DUSSELL, E. **Ética da libertação**: na idade da globalização e da exclusão. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- FELINTO, E. **A religião das máquinas**: ensaios sobre o imaginário da cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- FERREIRA, R. S. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 36-41, jan./abr. 2003.
- FERREIRA, S. M. S. P. A arte de navegar novos espaços informacionais. In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO CAMPUS DE MARÍLIA, 2., 1997, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 1997a. p. 69-76.
- _____. Biblioteca do futuro: sonho ou realidade. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 113-114, maio/ago. 1997b.
- _____. Construindo a biblioteca digital lusófona em ciências da comunicação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre, 2004. [a ser publicado no site da INTERCOM].
- _____. Design de biblioteca virtual centrado no usuário: a abordagem do Sense-Making para estudo de necessidades e procedimentos de busca e uso de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 214-217, maio/ago. 1997.
- _____. Introdução às redes eletrônicas de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 2, p. 258-263, maio/ago. 1994.
- _____. Novos paradigmas e novos usuários de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 217-233, maio/ago. 1996.
- FERREIRA, S. M. S. P.; DUDZIAK, A. E. A apropriação informacional para a cidadania na América Latina: o ponto de vista do usuário final de programas nacionais de informação e/ou inclusão digital. In: IFLA PRE-CONFERENCE M & M, 2000, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ECA/USP, SIBi/USP, 2004.
- FERREIRA, S. M. S. P.; MODESTO, F.; WEITZEL, S. R. Comunicação científica e o protocolo OAI: uma proposta na área de Ciências da Comunicação. **Comunicação & Sociedade**, Braga, v. 6, p. 193-210, 2004.
- FRANCELIN, M. M. A epistemologia da complexidade e a ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 64-68, maio/ago. 2003.
- FROHMAN, B. The Ethics of Information Science Theory. **ASIS Annual Meeting**, 55th Pittsburgh, 26-29 October 1992. Disponível em:
<<http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/>> Acesso em: 30 maio 2006.

- GIORDAN, M.; STAROBINAS, L.; SCHWARTZ, G. Inclusão digital e reforma universitária. In: **Jornal da Ciência**, n.º 2.735, 29 mar. 2005.
- GOMES, S. L. R. et al. Bibliotecas virtuais na Internet: a experiência do Prossiga. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 445-449, set./dez. 1996. (Relatos de Experiência).
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 60-76, jan./abr. 2003.
- _____. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2003.
- _____. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.
- GORZ, A. **O imaterial**. São Paulo: AnnaBlume, 2005.
- GREINER, C. **O corpo**: pistas para estudos indisciplinados. São Paulo: AnnaBlume, 2005.
- HABERMAS, J. **Pensamento pós-metafísico**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990b.
- JEUDY, H.-P. **A ironia da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- JOHNSON, S. **A cultura da interface**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- KRZYŻANOWSKI, R. F. et al. Implementação do Banco de Dados DEDALUS, do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 168-176, maio/ago. 1997.
- LANDOWSKI, E.; OLIVEIRA, A. C.; DORRA, E. (Eds.). **Semiótica, estesis, estética**. São Paulo: EDUC; Puebla: UAP, 1999.
- LANKES, R. D. AskERIC and the virtual library: lessons for emerging digital libraries. **Internet Research**, v. 5, n. 1, p. 56-63, Mar. 1995.
- LEMOS, A. (Org.). **Cibecidade II**: Ciberurbe: a cidade na sociedade da informação. Rio de Janeiro: e-papers, 2005.
- LEVACOV, M. Bibliotecas virtuais. In: SILVA, J. M.; MENEZES, F. (Org.). **Para navegar no século XXI**: tecnologia do imaginário e cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 1999. p. 261-286.
- _____. Bibliotecas virtuais. **Revista FAMECOS**: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, n. 6, p. 70-85, jun. 1997.
- _____. Bibliotecas virtuais: problemas, paradoxos, controvérsias. **InTexto**: Revista Eletrônica do PPGCOM, Porto Alegre, n. 1, 1997c. Disponível em: <<http://www.intexto.ugr.br/v1n1/a-v1n1a5.html>>. Acesso em: 02 out. 2005.
- LEVACOV, M. (Org.). **Tendências na comunicação**. Porto Alegre: L & PM, 1998.

LISON, B. **A biblioteca pública como parceira na educação continuada e aprendizagem vitalícia**. Notas de palestra apresentada no Colóquio Internacional Sociedade da Informação, realizado em 16 e 17 de maio de 2005, em São Paulo.

LUCAS, C. R. A organização do conhecimento e tecnologias da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 8, n. 3, p. 59-65, set./dez. 1996.

LYOTARD, J.-F. **O inumano**: considerações sobre o tempo. Lisboa: Estampa, 1990.
_____. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MARCHIORI, P. Z. Acessar ou possuir, eis a questão. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 9., 1996, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPr, 1996a. [Em disquete].

_____. Biblioteca virtual: mais que um modismo, menos que uma panacéia. **Boletim Informativo das Bibliotecas da USP**, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 1-3, 1996b.

_____. Profissionais de informação: alguns conceitos de Pierre Bourdieu aplicáveis à possível existência/dinâmica de um campo de atividades de informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 17., 1994, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1994.

MARCHIORI, P. Z.; REZENDE, Y. Do acervo ao acesso: a perspectiva da biblioteca virtual em empresas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 349-352, set./dez. 1994.

MARCONDES, C. H. Tecnologias da informação e impacto na formação do profissional da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 11, n. 3, p. 189-193, set./dez. 1999.

MARCONDES, C. H. (Org.). **Bibliotecas digitais**: saberes e práticas. Salvador: Editora da UFBA, 2005.

MARCONDES, C. H.; SAYÃO, L. F. Documentos digitais e novas formas de cooperação entre sistemas de informação em C&T. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 42-54, set./dez. 2002.

_____. Integração e interoperabilidade no acesso a recursos informacionais eletrônicos em C&T: a proposta da Biblioteca Digital Brasileira. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 24-33, set./dez. 2001.

MATTELART, A. **A invenção da comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. (Epistemologia e Sociedade, 42).

_____. **Comunicação-mundo**: história das idéias e das estratégias. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. (Horizontes da globalização).

_____. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002a.

_____. **História da utopia planetária**: da cidade profética à sociedade global. Porto Alegre: Sulina, 2002b.

MEDEIROS, J. W. M.; BRENNAND, E. G. G. (Org.). **Dialogando com Jürgen Habermas**. São Paulo: Paulus, 2005.

MELO, H. B. **A cultura do simulacro**: filosofia e modernidade em Jean Baudrillard. São Paulo: Loyola, 1988.

- MIRANDA, A. L. C. de. Globalización y sistemas de información: nuevos paradigmas y nuevos desafíos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 308-313, set./dec. 1996.
- MONTEIRO, S. D. Aspectos filosóficos do virtual e as obras simbólicas no ciberespaço. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 108-116, jan./abril 2004.
- NEGRI, A.; HARDT, M. **Império**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.
- NIETZSCHE, F. **Escritos sobre educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.
- PETTIGREW, K. E.; FIDEL, R.; BRUCE, H. Conceptual frameworks in information behavior. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 35, p. 43-78, 2001.
- POULTER, A. Towards a virtual reality library. **Aslib Proceedings**, London, v. 45, n. 1, p. 11-17, Jan. 1993.
- PRADO, J. L. A. A construção da violência em *Veja*. **deSignis**, Barcelona, v. 1, n. 2, p. 259-272, abr. 2002.
- _____. **Brecha na comunicação**. São Paulo: Hacker, 1996.
- _____. O perfil dos vencedores em *Veja*. **Fronteiras: Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 5, n. 2, p. 77, dez. 1993.
- PRETTO, N. L. Tabuleiro digital: educação e cultura digital. In: LEMOS, A. (Org.). **Cibecidade II: Ciberurbe: a cidade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: e-papers, 2005. p. 337-356.
- PRETTO, N. L. et al. Estudo errado: educação em tempos de pós-modernidade. In: _____. (Org.). **Globalização e educação: mercado de trabalho, tecnologias de comunicação, educação a distância e sociedade planetária**. Ijuí: Unijuí, 1999. p. 98-114.
- PRETTO, N. L.; CARVALHO, M. I. S. S. Educação e tecnologias de comunicação e informação: a biblioteca virtual de ensino a distância. **Noésis**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 111-120, 2000.
- PRETTO, N. L.; LIMA, M. F. M.; LUCENA, S. Mídias digitais e educação: tudo ao mesmo tempo agora o tempo todo. In: BARBOSA FILHO, A.; CASTRO, C.; TAKASHI, T. (Org.). **Mídias digitais: convergência tecnológica e inclusão digital**. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 225-256.
- PRETTO, N. L.; SERRA, C. A. Bibliotecas digitais e Internet: em busca da produção coletiva de conhecimento. **Análise & Dados**, Salvador, n. 1, jul. 1999.
- ROBINS, K. **Times of the technoculture: from the information society to the virtual life**. London; New York: Routledge, 1999.
- RODRIGUES, E. **Bibliotecas virtuais e cibertecários: o futuro já começou**. Disponível em: <<http://www.eng.uminho.pt/bib/ciber.html>>. Acesso em: 28 mar. de 1996.

RUBEN, G.; WAINER, J.; DWYER, T. (Org.). **Informática, organizações e sociedade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

RÜDIGER, F. A mídia e a modernidade. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, n. 32, p. 193-196, 1999.

_____. Cibercultura: em direção ao pós-humanismo? **Arquipélago**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 38-43, 2005.

_____. **Ciência social crítica e pesquisa em comunicação**. São Leopoldo: Unisinos, 2002b.

_____. **Civilização e barbárie na crítica da cultura contemporânea**. Porto Alegre: PUC/RS, 2002c.

_____. **Comunicação e teoria crítica da sociedade**. 2. ed. Porto Alegre: PUC/RS, 2001.

_____. **Introdução às teorias da cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

_____. Subjetividade e novas tecnologias de comunicação. **Revista de Biblioteconomia e Comunicação**, Porto Alegre, v. 8, p. 183-197, 2000.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2004.

SAYÃO, L. F. Bases de dados: metáfora da memória científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 232-240, set./dez. 1996.

SCHOPENHAUER, A. **Metafísica do belo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

SILVA, Alzira K. A. A sociedade da informação e o acesso à educação: uma interface necessária a caminho da cidadania. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 1-12, 2001. Disponível em:

<<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/viewFile/295/218>>. Acesso em: 28 jul. 2006.

SILVA, L. A. G. Ciência da informação on-line. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 159-160, maio/ago. 1996a. (Editoriais).

SILVA, L. A. G. et al. Buscando soluções para se publicar na Internet: a experiência do IBICT com a Ciência da Informação on-line. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 454-460, set./dez. 1996b. (Relatos de Experiências).

SIMON, I. ; MORAES, F. F. As novas tecnologias e as universidades milenares. **Revista da USP**, n. 35, p. 7-9, set./nov. 1997.

SIRIHAL, A. B.; LOURENÇO, C. A. Informação e conhecimento: aspectos filosóficos e informacionais. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 1-15, 2002. Disponível em:

<<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/viewFile/154/148>>. Acesso em: 28 jul. 2006.

SOLOMON, P. Discovering information in context. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 36, p. 229-264, 2002.

TEIXEIRA, G. **A habilidade de processar informações como requisito para sobreviver no século XXI**. Disponível em:

<<http://spu.autoupdate.com/ler.php?modulo=22&texto=1383>>. Acesso em: 15 set. 2003a.

_____. **Os efeitos da explosão de informações.** Disponível em:
<<http://spu.autoupdate.com/ler.php?modulo=22&texto=1401>>. Acesso em: 15 set. 2003b.

_____. **Sociedade da informação:** temas e desafios. Disponível em:
<<http://spu.autoupdate.com/ler.php?modulo=10&texto=580>>. Acesso em: 15 set. 2003c.

THIESEN, I.; COSTA, I. T. M. Cibercultura: do caos informacional à produção de subjetividade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2002, Fortaleza. **Anais...** Brasília: IBICT, 2002. p. 112-124.

TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, A. R.; DI CHIARA, I. G. Das redes sociais à inovação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 93-104, maio/ago., 2005.

TRIVINHO, E. Alteridade, corpo e morte no *cyberspace*: cicatrizes de um hipercrime na epifania do virtual. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, n. 23, p. 30-50, 2004.

_____. Cibercultura, iconocracia e hipertexto: autolegitimação social na era da transpolítica e dos signos vazios. **Galáxia: Revista Transdisciplinar de Comunicação, Semiótica, Cultura**, São Paulo, n. 1, p. 111-125, 2001c.

_____. Comunicação, glocal e cibercultura: “bunkerização” da existência no imaginário mediático contemporâneo. **Revista Fronteiras: Estudos Midiáticos**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 61-76, 2005a.

_____. Epistemologia em ruínas: a implosão da Teoria da Comunicação na experiência do cyberspace. In: SILVA, J. M. da; MENEZES, F. (Org.). **Para navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 1999c. p. 179-192.

_____. Erosões do identitário: transparência do efêmero na cibercultura. In: PERUZZO, C.; BRITTES, J. (Org.). **Sociedade da informação e novas mídias: participação ou exclusão?** São Paulo: Intercom, 2002b. p. 79-101.

_____. Estética da cultura, comunicação e pós-modernidade. **Textos: Revista de Cultura e Comunicação**, Salvador, n. 36, p. 111-133, 1996a.

_____. Glocal: para a renovação da crítica da civilização mediática. In: SILVA, D. F. da; FRAGOSO, S. (Org.). **Comunicação na cibercultura**. São Leopoldo: Unisinos, 2001a. p. 61-104.

_____. Novas tecnologias de comunicação, infosemiose e sociedade: a infoiconocracia como estética totalitária da sociedade tecnológica do século XXI. **Face**, São Paulo, n. 3 (esp.), p. 136-144, 1999b.

_____. **O mal-estar da teoria:** a condição da crítica na sociedade tecnológica atual. Rio de Janeiro: Quartet, 2001b.

_____. **Redes:** obliterações no fim de século. São Paulo: AnnaBlume: FAPESP, 1998.

TRIVINHO, E. et al. **Pensar pulsar:** cultura comunicacional, tecnologias, velocidade. São Paulo: NTC, 1996.

_____. **Vivências eletrônicas:** sonhadores e excluídos. São Paulo: NTC, 1998.

TRIVINHO, E.; LOPES, D. F. (Org.). **Sociedade mediática:** significação, mediações e exclusão. Santos: Leopoldianum, 2000.

VIDOTTI, S. A. B. G. Biblioteca virtual: conceituação e aspectos técnicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 18., 1998, São Luís. **Anais eletrônicos...** São Luís, 1998. [Em disquete].

VIDOTTI, S. A. B. et al. A tecnoesfera da comunicação: o ciberespaço e as comunicações mediadas por computador. In: SIMPÓSIO EM FILOSOFIA E CIÊNCIA, 5., 2003, Marília. **Trabalho e conhecimento: desafios e responsabilidades da ciência**. Marília: Unesp Publicações, 2003a. [Em CD-ROM].

_____. Ciberespaço, cibernociabilidade, ciberinteração e cibercomunicação: um panóptico. In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 3., 2003, São José dos Campos. **Anais...** São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, 2003b.

VIDOTTI, S. A. B. G.; CAMARGO, L. S. A. Auto-organização do ciberespaço: uma visão holística. **Textos de La CiberSociedad**, n. 4, 2004a. Disponível em:

<<http://www.cibersociedad.net/textos/articulo.php?art=35>>. Acesso em: 27 jul. 2005.

_____. Ciberespaço: um não-lugar socioespacial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11, 2003, Campinas. **Sociologia e conhecimento além das fronteiras**. Campinas: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2003a. [Em CD-ROM].

_____. Ciberespaço, auto-organização e parâmetros de ordem: a ontogenia.

DataGramZero: Revista de Ciência da Informação, v. 4, n. 6, dez. 2003b. Disponível em: <http://dgz.org.br/dez03/Art_04.htm>. Acesso em: 28 out. 2004.

_____. Duas críticas da tecnologia: Marcuse ou Habermas?. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PROF. PAULO TARCÍSIO MAYRINK, 4., 2004, Marília. **Diálogos e fronteiras da Ciência da Informação**. Marília, 2004b. p. 42-43.

_____. Novas tecnologias, paradigmas, projetos e suas implicações sobre o tempo em que vivemos. In: SIMPÓSIO EM FILOSOFIA E CIÊNCIA, 5., 2003, Marília. **Anais...** Marília, 2003b.

_____. Processos e elementos para organização, recuperação e disseminação da informação em bibliotecas digitais. In: SIMPÓSIO EM FILOSOFIA E CIÊNCIA, 6., 2005, Marília. **Universidade e contemporaneidade: produção do conhecimento e formação profissional**. Marília: Publicações da UNESP, 2005. v. 1. p. 1-5.

VIRILIO, P. **A arte do motor**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996a.

_____. **A máquina de visão**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

_____. **A velocidade de libertação**. Lisboa: Relógio D'Água, 2000a. (Mediações; Comunicação e Cultura).

_____. **Estética de la desaparición**. Barcelona: Anagrama, 1988.

_____. **Estratégia da decepção**. São Paulo: Estação Liberdade, 2000c.

_____. **Guerra pura: a militarização do cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **La bomba informática**. Madrid: Cátedra, 1999.

_____. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996b.